

**PROJETO
INTEGRADO DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO RN**

RELATÓRIO DE PROGRESSO

2018 - 2019

NO RUMO CERTO

MARIA DE FÁTIMA BEZERRA

Governadora do Estado do Rio Grande do Norte

SECRETARIAS E AUTARQUIAS DIRETAMENTE ENVOLVIDAS

José Aldemir Freire

Secretário de Estado de Planejamento
e das Finanças

Maria Virgínia Ferreira

Secretária de Estado da Administração
e dos Recursos Humanos

Getúlio Marques Ferreira

Secretário de Estado de Educação
e da Cultura

Cipriano Maia de Vasconcelos

Secretário de Estado
da Saúde Pública

Íris Maria de Oliveira

Secretária de Estado do Trabalho, da
Habitação e da Assistência Social

Guilherme Moraes Saldanha

Secretário de Estado de Agricultura,
Pecuária e da Pesca

Jaime Calado Pereira dos Santos

Secretário de Estado do
Desenvolvimento Econômico

Francisco Canindé de Araújo Silva

Secretário de Estado da Segurança Pública
e da Defesa Social

Ana Maria da Costa

Secretaria de Estado do Turismo

Manoel Marques Dantas

Diretor Geral do Departamento de
Estradas de Rodagem

FERNANDO WANDERLEY VARGAS DA SILVA

Secretário Extraordinário para Gestão de Projetos e Metas de Governo
e de Relações Institucionais

Ana Cristina G. Spinelli

Gerente Executiva do Projeto – UGP – Projeto Integrado
de Desenvolvimento Sustentável

UNIDADES EXECUTORAS SETORIAIS

Tatiane Alves Santana

Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos

José Pereira Neto

Secretaria de Estado da Educação e da Cultura

Ana Beatriz Cardoso Braz Petta

Secretaria de Estado da Saúde

Fabiano Lima

Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

Rita de Cássia

Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social

Solange Araújo Portela

Secretaria de Estado de Turismo

Valéria de Fátima Costa Alves

Secretária de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social

Nicodemus Ferreira da Silva

Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROJETO

Fernando Wanderley Vargas da Silva

Coordenação Geral

Ana Cristina G. Spinelli

Gerência Executiva

Rizete Pereira de Oliveira

Gerência Financeira

Ana Lúcia da Silva

Gerência Administrativa

Alda Rodrigues dos Santos Liberato

Apoio a Gerência

Maria Aparecida Bezerra

Setor de Contratos e Convênios

Frederico Soares Ferreira

Setor de Patrimônio

Jobson Henrique Gadelha Lima

Setor de Transporte

Ronaldo Barros Pereira

Presidente da Comissão Especial de Aquisição e Licitação

Ana Lúcia Cavalcanti

Comissão de Controle Interno

João Henrique Rabelo

Setor Jurídico

Adriano de Sousa

Assessoria de Comunicação

Daniella Medeiros Cavalcanti

Núcleo de Monitoramento e Planejamento

Andréa Karina Pinto Batista

Núcleo de Gestão Ambiental

Constância Maria da Silva Alvares

Núcleo de Gestão Social

Gevilda Maria Pimenta de Freitas

Núcleo de Capacitação e Eventos

Marivaldo Tinoco

Núcleo de Engenharia - Convênios

Sérgio Ricardo Carvalho de Araújo

Núcleo de Engenharia – Contratos

SUMÁRIO

Apresentação.....	8
Informações Gerais Do Projeto.....	10
1. Arranjo Institucional Do Projeto Governo Cidadão.....	17
Composição Do Arranjo Institucional – Equipe Das Secretarias Envolvidas No Projeto ...	18
2. A Equipe Do Projeto Governo Cidadão.....	19
3. Atividades No Período – Resumo Executivo.....	20
1 – O Objetivo De Desenvolvimento Do Projeto (Pdo)	22
2 – Os Resultados Esperados:	22
3 – Os Resultados Alcançados: Situação Do Alcance Das Metas Dos Indicadores Da Matriz De Indicadores Do Projeto.....	22
4. Situação Atual Do Projeto Governo Cidadão	27
4.2. As Medidas Aceleracionistas Adotadas	31
4.3. Resultados Gerais Alcançados:	34
Obras Estruturantes E De Apoio Às Associações Em Plena Execução.....	40
5. Resultados Por Área.....	40
5.1. Saúde	41
5.3. Agricultura E Pesca.....	53
5.4. Estradas.....	68
5.5. Recursos Humanos	71
5.6. Segurança	74
5.7. Turismo	79
5.8. Gestão Pública	84
5.9. Desenvolvimento Social.....	88
5.10. Desenvolvimento Econômico.....	105
ANEXOS	108
A.1. Análise De Risco Do Projeto	108
A.1.1. Escala De Impacto	111
A.1.2. Escala De Probabilidade	111

A.1.3. Macroprocessos, Eventos De Risco, Causas, Consequências E Controles Existentes	112
A.1.4. Aplicação Da Matriz De Risco	133
A.1.5. Interpretando A Matriz De Risco	138
A.1.6. Avaliação De Risco – Análise Do Tce	139
A.1.7. Ações De Resposta Ao Risco	139
A.1.8. Medidas Mitigadoras Setoriais Adotadas.....	140
ANEXO 2. Medidas Mitigadoras Adotadas	142
ANEXO 3 Capacitação, Mobilização, Sensibilização E Divulgação Realizadas Entre Outubro De 2018 E 2019.....	145

AJUSTANDO O RUMO

O valor estratégico do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do RN é indiscutível, pelo que representa de melhoria na qualidade dos serviços públicos, no acesso à água, na inclusão produtiva das comunidades rurais, na geração de trabalho e renda, no fortalecimento da agricultura familiar, na conservação do meio ambiente. Por isso, antes mesmo de assumir o cargo, a governadora Fátima Bezerra foi ao Banco Mundial, em Brasília, negociar a prorrogação do prazo original de cinco anos do acordo de empréstimo, que expiraria em maio/2019 sem que a maioria dos investimentos, obras e ações tivesse sido executada. A governadora foi bem sucedida. O banco reconheceu o mérito do pleito e estendeu o prazo até março/2021.

Já naquela reunião de novembro/2018, foi possível perceber que a morosidade era apenas um dos problemas – ou o resultado da soma de todos eles – do Governo Cidadão, nome publicitário usado pela gestão anterior. Constatou-se então que, apesar da importância social e econômica do projeto, ele não merecera dos gestores de então cuidado proporcional à magnitude. O descaso incluiu até a elaboração de um plano de aplicação de 375 milhões de dólares, embora o teto do empréstimo fosse de 360 milhões de dólares. O descompasso entre o valor a receber e os gastos planejados foi contornado com adequações no plano de aplicação dos recursos, conforme exigência do Banco Mundial.

Quando assumimos a coordenação do projeto, em fevereiro deste ano, pudemos constatar que aquelas eram só as partes visíveis dos problemas, erros e vícios mantidos sob a superfície das aparências. Debaxo deles, amontoava-se um conjunto de mazelas desafiadoras. A lista era vasta. Começava pelo atraso na execução da maioria dos investimentos planejados, passava por obras paralisadas ou sequer iniciadas, incluía erros nos projetos, demandas por aditivos nos contratos e a falta de acompanhamento pelas UES (Unidades de Execução Setorial).

Diante da cordilheira de problemas, fizemos o que era necessário: escalamos cada montanha, passo a passo, seguindo a determinação inquebrantável da governadora de corrigir, adequar, refazer, consertar – todos os verbos necessários para assegurar a plena execução do projeto e o bom uso dos recursos, que, convém sublinhar, não são a fundo perdido.

Este Relatório de Progresso demarca a diferença entre o estágio em que recebemos o projeto e os resultados obtidos nesses nove meses de muito trabalho para colocar tudo nos trilhos. É possível

perceber muitos avanços, embora tenhamos a consciência de que não conseguimos equacionar todas as questões.

Um avanço estrutural significativo foi a mudança no entendimento do projeto, que passou a ser considerado política de Estado, não mais desse ou daquele governo. Outra transformação a anotar é a implementação, de fato, da gestão integrada, com o chamamento das UES para assumir plenamente suas responsabilidades na execução e gestão dos investimentos. Outra inovação bem sucedida é a celebração de parcerias com entes públicos e da sociedade civil para, por exemplo, realizar capacitações técnicas das quais dependia a retomada de obras e investimentos em geral. Também reforçamos a transparência e o controle social sobre o projeto, regularizando os canais de interação com a sociedade e adotando ferramentas como os aplicativos Candeeiro e SOL, que permitem desde a realização de licitações online até o acompanhamento em tempo real das ações pelos beneficiários, órgãos de fiscalização e pela sociedade civil.

Além desses aspectos conceituais e de gestão, há muitos resultados concretos a anotar, como obras já entregues à população ou em fase de conclusão – Centrais do Cidadão, escolas em reforma ou construção, estradas, sistemas de abastecimento de água, início da readequação das queijeiras do Seridó, entre outros investimentos. E o trabalho continua, para que os recursos do empréstimo sejam aplicados integralmente e de forma correta, cumprindo assim a função social do empréstimo: melhorar a vida da população potiguar.

Fernando Mineiro
Secretário de Gestão de Projetos e Metas
Coordenador do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do RN

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Progresso tem como finalidade avaliar e apontar a evolução do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (Projeto Goveno Cidadão) durante o período de outubro de 2018 a outubro de 2019, visando os seguintes objetivos: 1) medir resultados intermediários – físicos e financeiros – obtidos na execução do Projeto; 2) constatar o funcionamento da estrutura organizacional da instituição executoras e instituições co-executoras e suas contribuições ao desenvolvimento das atividades que compõem os componentes e subcomponentes do Projeto; 3) identificar possíveis problemas e suas causas; e 4) propor ajustes, quando pertinente.

Este relatório foi elaborado a partir da consolidação das informações das ações realizadas pela Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) e pelas Unidades Executoras Setoriais (UES), obtidas a partir de reuniões sistemáticas com os gerentes das UES e pelo Sistema de Gerenciamento e Monitoramento de Informações (SMI).

Para facilitar o entendimento, os capítulos estão organizados como segue: no primeiro é apresentado as informações gerais do Projeto, seguido da apresentação das atividades realizadas no período analisado (out/2018 a out/2019). Por fim, faz-se uma análise dos principais desafios enfrentados, bem como as medidas mitigadoras adotadas.

O segundo capítulo, que abrange as atividades do período, descreve brevemente os antecedentes do Projeto, focando na Avaliação de Meio Termo e na Proposta de Reestruturação, no volume de desembolso obtido nesse período e nas medidas aceleracionistas adotadas. Por fim, é apresentado a situação do projeto até outubro de 2019, enfatizando o desembolso anual e trimestral, os principais investimentos já executados e em execução, bem como a nova dinâmica de tramitação dos investimentos.

O Relatório de Progresso 2018-2019 possui três anexos, em que no primeiro são apresentados detalhes da avaliação de risco do Projeto e das medidas mitigadoras adotadas. O anexo dois mostra o detalhamento de todos os eventos, capacitações, mobilizações e sensibilizações realizados no período indicado, além de listar o acompanhamento de alguns investimentos por secretarias críticas. Por fim, no anexo três é possível visualizar, através de imagens, as melhorias proporcionadas pelas ações desenvolvidas no Projeto Governo Cidadão, com enfoque na geração de emprego e renda e no desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio Grande do Norte.



INFORMAÇÕES GERAIS DO PROJETO

PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO GRANDE DO NORTE PROJETO GOVERNO CIDADÃO – P 126452

HISTÓRICO DAS DATAS-CHAVE E DAS CONDIÇÕES DO EMPRÉSTIMO

CARTA-CONSULTA (COFIEX)	Outubro de 2011
LEI ESTADUAL AUTORIZATIVA PARA NEGOCIAÇÃO DO EMPRÉSTIMO	Lei Ordinária Estadual n.º 9.558, de 14 de outubro de 2011 e alteração introduzida pela Lei nº 9.616, de 29 de março de 2012
RECOMENDAÇÃO DA COFIEX	Recomendação COFIEX N ° 1306, de 02 de janeiro de 2012
PREPARAÇÃO DO PROJETO	Janeiro de 2012 a Outubro de 2012
MISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO	09 a 13 de Janeiro de 2012
MISSÃO DE APPRAISAL	14 a 25 de janeiro e de 22 de fevereiro a 07 de março de 2013.
NEGOCIAÇÃO DO CONTRATO	15 a 16 de maio de 2013
APROVAÇÃO DA DIRETORIA DO BANCO	25 de junho de 2013
APROVAÇÃO NO SENADO FEDERAL	09 de julho de 2013

DATA DA ASSINATURA	04 de outubro de 2013
DATA DE LANÇAMENTO	29 de outubro de 2013
DATA DE 1º DESEMBOLSO	26 de novembro de 2013
DATA DE ENCERRAMENTO INICIAL	31 de maio de 2019, incluído o período de graça
DATA DE ENCERRAMENTO ATUAL (APÓS REESTRUTURAÇÃO)	31 de março de 2021
DETALHES DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO	
NOME DO PROJETO	Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande Do Norte
NOME FANTASIA	Projeto Governo Cidadão (antigo Projeto RN Sustentável)
NÚMERO DO ACORDO DE EMPRÉSTIMO	LN 8276-BR
MUTUÁRIO	GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
AGENTE FINANCIADOR	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD/BANCO MUNDIAL
GARANTIDOR	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
COORDENAÇÃO GERAL DO PROJETO	Secretaria Extraordinária para Gestão e Metas de Governo - SEGEPRO

CO-EXECUTORES	<p>Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE; Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC; Secretaria de Estado da Saúde – SESAP; Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos – SEARH; Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; Secretaria de Estado do Turismo - SETUR; Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social - SESED Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC; Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte – DER.</p>
VALOR DO PROJETO	US\$ 400,000,000
VALOR DO EMPRÉSTIMO	US\$ 360,000,000
VALOR DA CONTRAPARTIDA	US\$ 40,000,000 (DIRETAMENTE DA CONTA DO TESOURO OU DE CONVÊNIOS COM PARCEIROS)
CATEGORIA DO EMPRÉSTIMO	Financiamento de Projeto de Investimentos (Investment Project Financing - IPF)
PRAZO DE AMORTIZAÇÃO	30 (trinta) anos, incluindo o período de carência - 360 (trezentos e sessenta) meses – amortização constante.
PRAZO DE CARÊNCIA	05(cinco) anos - 60 (sessenta) meses
PRAZO PARA DESEMBOLSO	05 (cinco) anos, mais o período de graça de 04 (quatro) meses, após a data de fechamento do Empréstimo.
COMISSÃO DE ABERTURA DE CRÉDITO	Financiada com Fundos do Empréstimo US\$ 900,000
MOEDA DA CONTA DESIGNADA	REAIS
FINANCIAMENTO RETROATIVO	US\$ 72,000,000 (em vigor desse março de 2012)

PRAZO DE VIGÊNCIA	5 (cinco) anos
AUDITORIA EXTERNA	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte
DETALHES DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO	
ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO	<p>Atuar através de uma abordagem de pacotes de intervenções, onde primeiro foram identificadas as regiões mais carentes de serviços básicos e oportunidades, que devem ser apoiadas de forma universal, sujeito às restrições dos recursos do Projeto. Uma vez selecionadas essas regiões, foi definido o escopo territorial para as intervenções produtivas, devendo ser organizadas em torno dos três eixos:</p> <p>Promover o desenvolvimento do cinturão central caracterizado por um verdadeiro vazão de desenvolvimento;</p> <p>Promover o desenvolvimento do Oeste Potiguar, caracterizada por um abandono em relação à oferta de serviços públicos e penetração muito restrita da atividade econômica formal; e</p> <p>Recuperar o antigo centro dinâmico da região do Seridó.</p> <p>* a estratégia de desenvolvimento regional envolve 148 municípios localizados nas 03 áreas prioritárias de abrangência do Estado – População: 1.524.532 pessoas – População Pobre: 607.177 – População Pobreza Extrema: 293.348 pessoas (72,3%)</p>
	<p>Apoiar programas prioritários selecionados a partir do PPA (2012-2015) e do Plano RN Mais Justo.</p> <p>Os investimentos serão ligados a uma estratégia concebida com foco em:</p> <p>Promover o desenvolvimento regional e crescimento inclusivo através da inclusão produtiva, investimentos em infraestrutura, empreendedorismo e acesso a mercados;</p> <p>Promover a eliminação da pobreza extrema, através de maior segurança alimentar e geração de renda;</p> <p>Melhorar na prestação dos serviços públicos essenciais, ou seja, educação, saúde e segurança pública; e</p> <p>Modernizar a gestão do setor público, através de um programa baseado em desempenho que apresenta metodologia de gestão integrada e TIC, bem como medidas para o fortalecimento das instituições públicas.</p>
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO	<p>aumentar a segurança alimentar, o acesso à infraestrutura produtiva e o acesso a mercados para a agricultura familiar;</p> <p>melhorar o acesso e a qualidade dos serviços da educação, da saúde e da segurança pública; e</p> <p>melhorar os sistemas de controle de despesas públicas, dos recursos humanos e da gestão de ativos físicos, no contexto de uma abordagem de gestão baseada em resultados.</p>
ESTRUTURA GERAL	Componente 1 – Desenvolvimento Regional Sustentável

DOS COMPONENTES/ SUBCOMPONENTES	<p>Subcomponente 1.1: Investimentos Estruturantes e Apoio ao Fortalecimento da Governança</p> <p>Subcomponente 1.2: Investimentos em Subprojetos de Iniciativas de Negócio e Socioambientais</p> <p>Componente 2 – Melhoria dos Serviços Públicos</p> <p>Subcomponente 2.1: Atenção à Saúde</p> <p>Subcomponente 2.2: Melhoria da Qualidade da Educação Básica</p> <p>Subcomponente 2.3: Melhoria da Segurança Pública e da Defesa Social</p> <p>Componente 3 - <u>Governança</u> do Setor Público</p> <p>Subcomponente 3.1: Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira Integrada e Baseada em Resultados</p> <p>Subcomponente 3.2: Modernização Institucional e dos Sistemas Administrativos do Estado</p> <p>Subcomponente 3.3: Gestão Estratégica e Eficiente dos Recursos Humanos, Gestão de Ativos e TI</p>
COMPONENTE 1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL	Desenvolvimento Regional Sustentável - Apoio técnico e financeiro para os investimentos prioritários voltados a implementação de elementos-chaves da estratégia de desenvolvimento regional integrado, através do financiamento de infraestrutura socioeconômica (estradas, equipamento turísticos, etc), investimentos socioambientais e produtivos (orientados ao mercado), com foco na redução das desigualdades regionais.
COMPONENTE 2 MELHORIA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	Melhoria dos Serviços Públicos - Apoia ações voltadas à melhoria da qualidade e do acesso dos serviços públicos essenciais (ou seja, saúde, educação e segurança), priorizando os territórios mais vulneráveis do Estado de acordo com a estratégia de focalização e desenvolvimento regional.
COMPONENTE 3 MELHORIA DA GESTÃO DO SETOR PÚBLICO	Melhoria da Gestão do Setor Público – Apoio técnico e financeiro nas ações setoriais prioritárias que fazem parte da estratégia do Governo para promover maior eficiência na gestão e na prestação de serviços públicos, priorizando especialmente os setores de da saúde, da educação e os serviços de segurança pública, bem como os servidores envolvidos nos esforços de reforma administrativa, por meio de: (i) a melhoria na gestão do setor público levando a entrega mais eficiente e eficaz dos serviços públicos; (ii) aumento da disponibilidade de recursos públicos - para as políticas sociais e investimentos - como resultado da redução dos gastos com recursos humanos.
PÚBLICO-ALVO	Devido o caráter multissetorial existem públicos-alvo diferenciados, de acordo com a área de atuação e componentes/subcomponentes do Projeto, embora todos estejam amplamente ligados ao mesmo grupo-alvo, ou seja, a população localizada nas regiões menos desenvolvidas do Estado, carente de acesso a serviços e equipamentos públicos de qualidade e em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A meta geral do Projeto é atender 585.000 (quinhentos e oitenta e cinco mil) pessoas, sendo 400.000 (quatrocentos mil) pessoas pobres, dentre elas 60% constituída por mulheres (240.000 mulheres).

Componente 1 - Será constituído organizações sociais, cooperativas, redes ou alianças formais de produtores da agricultura familiar¹, trabalhados sob a perspectiva de APLs das atividades agrícolas e não agrícolas, e empreendedores individuais da área urbana atuando em redes de economia solidária, inclusive jovens, mulheres, remanescentes de quilombolas e indígenas; e, indiretamente, pequenos e médios produtores rurais, e trabalhadores do setor turístico, porém estes não terão acesso aos incentivos subsidiados do Empréstimo. O CadÚnico² e a Declaração de Aptidão do Pronaf - DAP serão adotadas para identificar e selecionar o público-alvo. A meta é atender 21.400 famílias de agricultores (74.900 pessoas), com um total de 1.660 subprojetos (produtivos e socioambientais), dentre esses 35% devem ser liderados por mulheres

Componente 2 - População pobre e os grupos vulneráveis que vivem em regiões mais vulneráveis do Estado.

2.1 Saúde – O Projeto proporcionará um maior acesso a serviços de saúde, em especial para: (i) crianças com idade de 0 - 24 meses, (ii) mulheres em idade reprodutiva, que correm o risco de mortalidade materna, (iii) mulheres com idade entre 25 - 69, que correm maior risco de câncer de mama e do colo do útero, (iv) a população em geral que necessita de atendimento de emergência. Este subcomponente também irá beneficiar as equipes de gestores estaduais e municipais de saúde, através de mecanismos de reforço na gestão, que são essenciais para a prestação de serviços. A meta é atender 250.000 usuários de saúde.

2.2 Educação - As melhorias na educação apoiadas pelo Projeto irão beneficiar mais de 300 mil alunos matriculados nas 700 escolas estaduais do Rio Grande do Norte (589 urbanas e 111 rurais), representando 40% da população total dos alunos matriculados na educação básica do Estado. Além disso, o subcomponente proporcionará ações específicas voltadas aos grupos mais vulneráveis, ou seja, os agricultores familiares, que se beneficiarão de alfabetização (12,5 mil alunos alfabetizados) e acesso à compra institucional através do Programa Nacional de Alimentação Escola - PNAE, bem como os jovens e mulheres moradores de áreas economicamente marginalizadas que se beneficiarão de maior acesso ao mercado de trabalho orientado para programas de formação técnica e profissional (aproximadamente 15 mil alunos da educação profissional). A meta é atender 260.000 jovens e adultos.

¹ Os empreendedores familiares ou agricultores familiares, tal como definidos na Lei Federal nº 11.326/06, são aqueles que: (i) detenham propriedade rural de até quatro módulos fiscais, unidade esta que varia segundo as condições do solo e os padrões de produção existentes; (ii) tenham renda familiar predominantemente originada de atividades agrícolas; (iii) utilizem predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do estabelecimento; e (iv) dirijam seu estabelecimento com sua família. Inclui-se também na Categoria "Agricultura Familiar: (a) agricultores(as) familiares na condição de posseiros(as), arrendatários(as), parceiros(as) ou assentados(as) da Reforma Agrária; (b) indígenas e remanescentes de quilombos; (c) pescadores(as) artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorem a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em parceria com outros pescadores artesanais; (d) extrativistas que se dediquem à exploração extrativista ecologicamente sustentável; (e) silvicultores(as) que cultivam florestas nativas ou exóticas, com manejo sustentável; (f) aqüicultores (as) que se dediquem ao cultivo de organismos cujo meio normal, ou mais frequente de vida seja a água. Os estabelecimentos familiares são reconhecidos legalmente por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que habilita os agricultores familiares a participarem do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Essa mesma documentação servirá para confirmar a elegibilidade dos integrantes da Organização Produtora para participar do Projeto.

² Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de coleta de dados e informações adotado pelo Governo Federal com o objetivo de identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País.

	<p>2.3 Segurança - os investimentos irão beneficiar a população em geral, apoiando a gestão da Segurança Pública do Estado para melhorar a sua capacidade de resposta a incidentes criminais, monitoramento da segurança dos cidadãos e do arquivo de registros oficiais de documentos civis e criminais. O Projeto também irá beneficiar os grupos de maior risco em sofrer os efeitos negativos do aumento da violência e insegurança, como os jovens e as minorias. As atividades específicas a serem implementadas (apoio ao Programa de Resistência às Drogas – PROERD e da Coordenadoria de Defesa dos Direitos das Mulheres e Minorias – CODIMM) beneficiarão crianças e jovens na escola; mulheres, idosos; lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – GLTT, que são vítimas de violência.</p> <p>Componente 3 - conjunto da sociedade potiguar, particularmente os servidores e usuários dos serviços de saúde, educação e segurança pública, elevando a capacidade do Estado em prover os serviços públicos necessários ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte em bases sustentáveis.</p>
<p>RESULTADOS ESPERADOS</p>	<p>(i) aumento da receita real das organizações produtivas beneficiárias;</p> <p>(ii) aumento da oferta dos serviços de saúde em nível regional relacionadas com as redes de cuidados de saúde prioritárias (rede materno-infantil, rede oncologia e rede de urgência e emergência no Estado);</p> <p>(iii) melhoria do índice da educação básica do ensino secundário (IDEB);</p> <p>(iv) incremento no percentual da população assistida localmente pelo sistema de boletim eletrônico; e</p> <p>(v) aumento do percentual do orçamento de projetos estratégicos que adotem uma abordagem de gestão baseada em resultados/ avaliação de desempenho no seu planejamento e implementação.</p>
<p>CATEGORIA AMBIENTAL</p>	<p>CATEGORIA “B” (Médio Risco) - com potencial de causar impactos ambientais adversos em populações humanas ou áreas ambientalmente importantes, porém menos adversos que aqueles dos projetos classificados sob a Categoria “A” (Alto Risco).</p>
<p>POLÍTICAS DE SALVAGUARDAS APLICÁVEIS</p>	<p>Programa Operacional (OP/ BP 4.01) Avaliação Ambiental, (OP/BP 4.04) Habitats Naturais, (OP/BP 4.36) Florestas, (OP 4.09) Controle de Pragas e Parasitas, (OP/BP 4.11) Recursos Culturais e Físicos, (OP/BP 4.10) Povos Indígenas, (OP/BP 4.12) Reassentamento Involuntário e (OP 4.37) Segurança de Barragens.</p>

1. ARRANJO INSTITUCIONAL DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO

Dada a sua natureza multissetorial, o Projeto é implementado conjuntamente por 9 (nove) Secretarias de Estado e 1 (uma) Autarquia. A SEPLAN, através de uma Unidade de Gerenciamento do Projeto - UGP, é responsável pela gestão global, coordenação, planejamento, monitoramento e avaliação de todas as atividades do Projeto, tanto no nível central como regional.

A SEPLAN também é o principal interlocutor com o Banco Mundial durante toda a implementação do Projeto, sendo responsável pela gestão financeira, aquisições, licitações, desembolsos, pagamento e contabilidade, bem como pela aplicação de instrumentos de salvaguardas sociais e ambientais e divulgação dos resultados do Projeto, através de uma estratégia de comunicação proativa.

Como coordenadora formal do Projeto, a SEPLAN é responsável pela compilação de todas as informações relativas ao Projeto fornecidas pelos outros órgãos co-executores, produzindo os relatórios exigidos pelas políticas do Banco Mundial e descritos no Acordo de Empréstimo. Além disso, são responsáveis por garantir a inclusão no Orçamento do Estado das necessárias provisões dos recursos, tanto da contrapartida como das dotações relacionadas com a entrada dos recursos do Contrato de Empréstimo, e ainda pelo provimento do suporte técnico e de infraestrutura à UGP e as Unidades Executoras (UES), para que estas possam desempenhar eficientemente as suas funções.

A execução operacional dos Componentes será compartilhada pela SEPLAN, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, qualificados como co-executoras do Projeto, abaixo identificadas. Vale salientar que competem às UES demandar (e executar) os investimentos do Acordo de Empréstimo, enquanto que a UGP avalia se tais demandas atendem aos Objetivos de Desenvolvimento do Projeto. Caso atenda, a UGP submete essas demandas ao Banco Mundial, que por sua vez aprova/reprova sua inclusão na Carteira de Investimentos do Projeto.

Quadro 1 - Órgãos e Co-executores do Projeto por Componente

COMPONENTE	ÓRGÃOS CO-EXECUTORES
COMPONENTE 1	Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca – SAPE; Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS; Secretaria de Estado do Turismo – SETUR; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico – SEDEC; Departamento de Estradas e Rodagens do Rio Grande do Norte – DER.
COMPONENTE 2	Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEEC; Secretaria de Estado da Saúde – SESAP; Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social – SESED.
COMPONENTE 3	Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças - SEPLAN; Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos – SEAD

Fonte: Elaborado pela equipe da UGP.

COMPOSIÇÃO DO ARRANJO INSTITUCIONAL – EQUIPE DAS SECRETARIAS ENVOLVIDAS NO PROJETO

GERAL - PROJETO

Nº SECRETARIAS: 10
Nº SERVIDORES/ PESSOAL: 273
Nº DE OBRAS: 530 (ESTRUTURANTES E SUBPROJETOS)
Nº FISCAIS DE OBRAS: 36
Nº DE PROCESSOS: + 3.700
Nº DE CONTRATOS: 1.089
Nº DE FISCAIS DE CONTRATOS: 152
Nº CONVÊNIOS: 764 (PIP, PINS E PSA)

UES - SEAD

Nº PESSOAS ENVOLVIDAS: 08
Nº OBRAS: 0
Nº CONTRATOS: 92

UES - SETHAS

Nº PESSOAS ENVOLVIDAS: 15
Nº OBRAS: 248
Nº CONTRATOS: 126

UES - SEDEC

Nº PESSOAS ENVOLVIDAS: 01
Nº OBRAS: 1
Nº CONTRATOS: 07

UES - SETUR

Nº PESSOAS ENVOLVIDAS: 05
Nº OBRAS: 58
Nº CONTRATOS: 200

UES - SEPLAN

Nº PESSOAS ENVOLVIDAS: 05
Nº OBRAS: 07
Nº CONTRATOS: 319

UES - SAPE

Nº PESSOAS ENVOLVIDAS: 24
Nº OBRAS: 130
Nº CONTRATOS: 123

UES - SESAP

Nº PESSOAS ENVOLVIDAS: 14
Nº OBRAS: 30
Nº CONTRATOS: 123

UES - DER

Nº PESSOAS ENVOLVIDAS: 02
Nº OBRAS: 09
Nº CONTRATOS: 13

UES - SESED

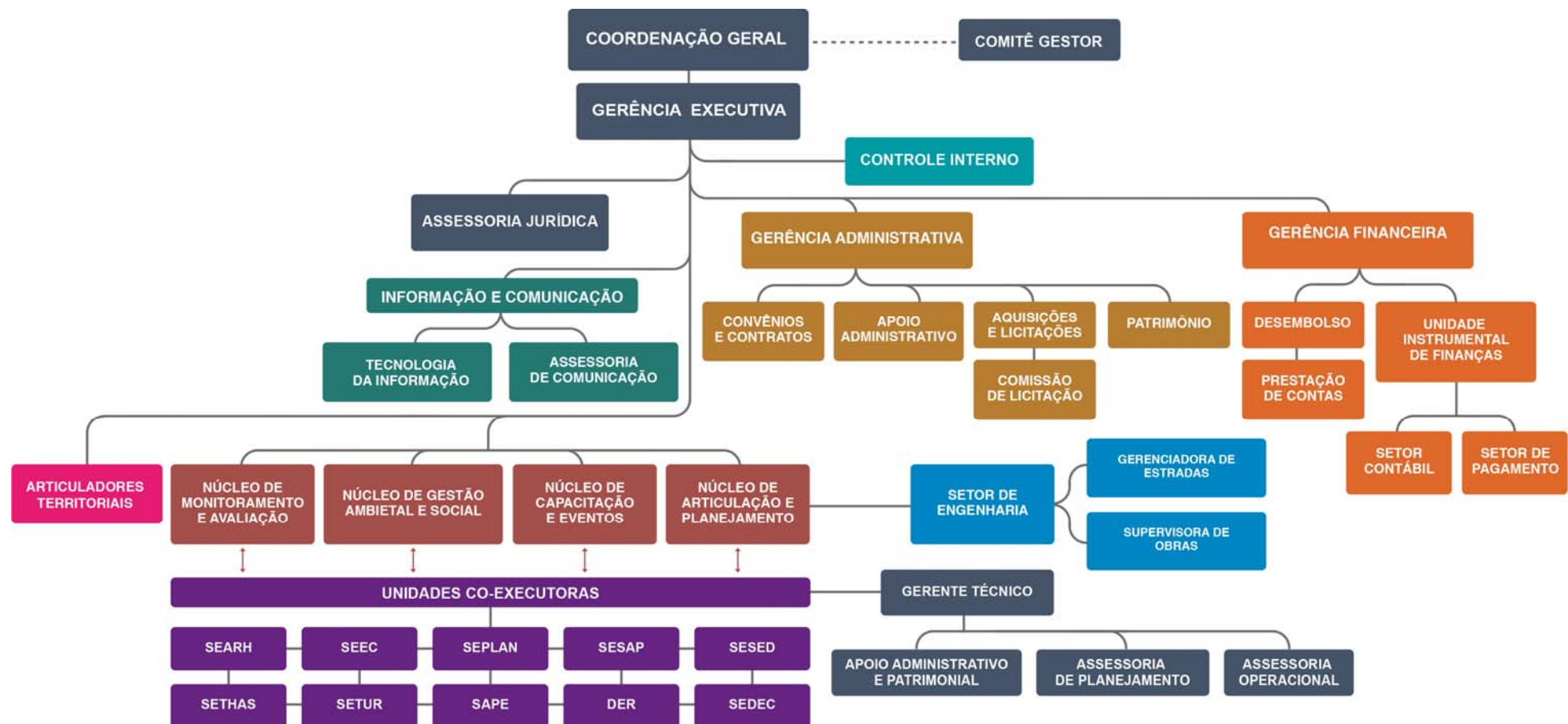
Nº PESSOAS ENVOLVIDAS: 01
Nº OBRAS: 1
Nº CONTRATOS: 56

UES - SEEC

Nº PESSOAS ENVOLVIDAS: 15
Nº OBRAS: 46
Nº CONTRATOS: 105

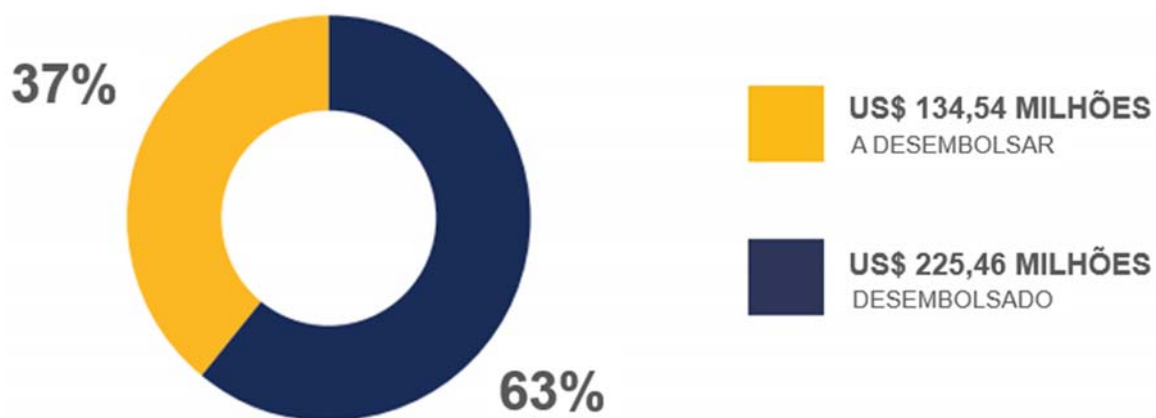
2. A EQUIPE DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO

Organograma

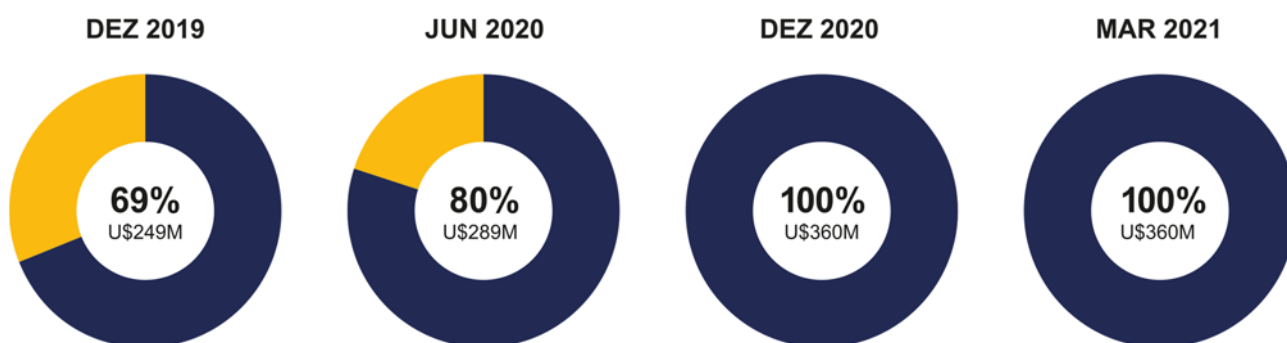


3. ATIVIDADES NO PERÍODO – RESUMO EXECUTIVO

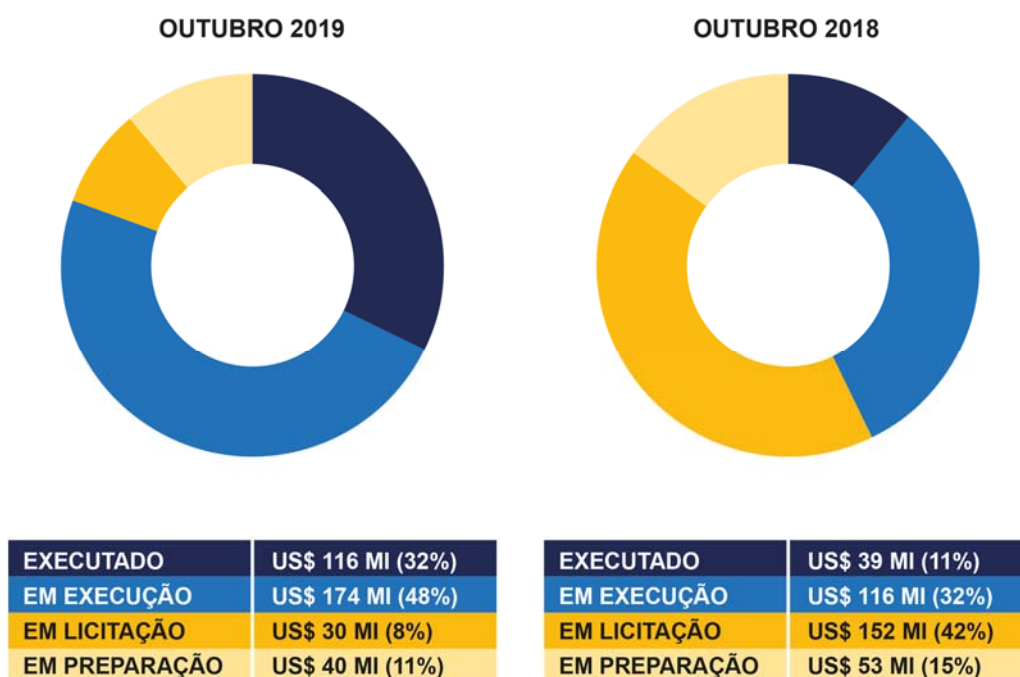
Desembolso atual:



Desembolso atual:



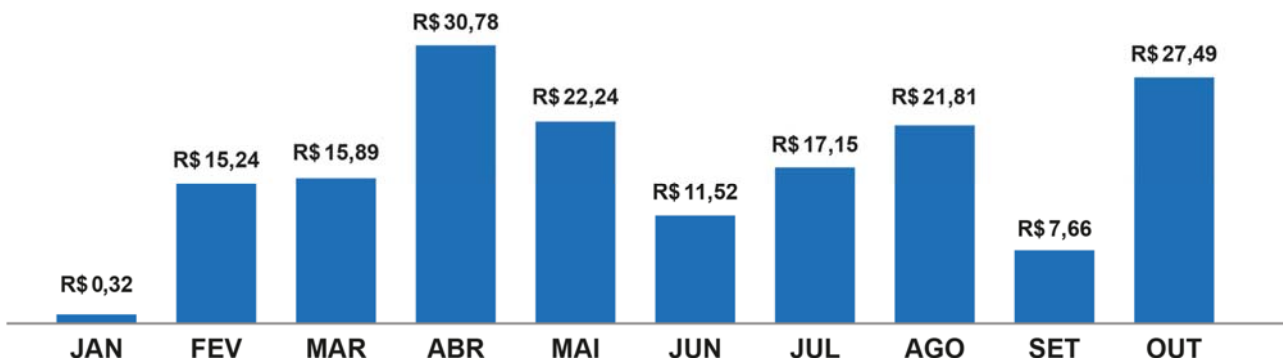
Situação de implementação do projeto, segundo etapas processuais:



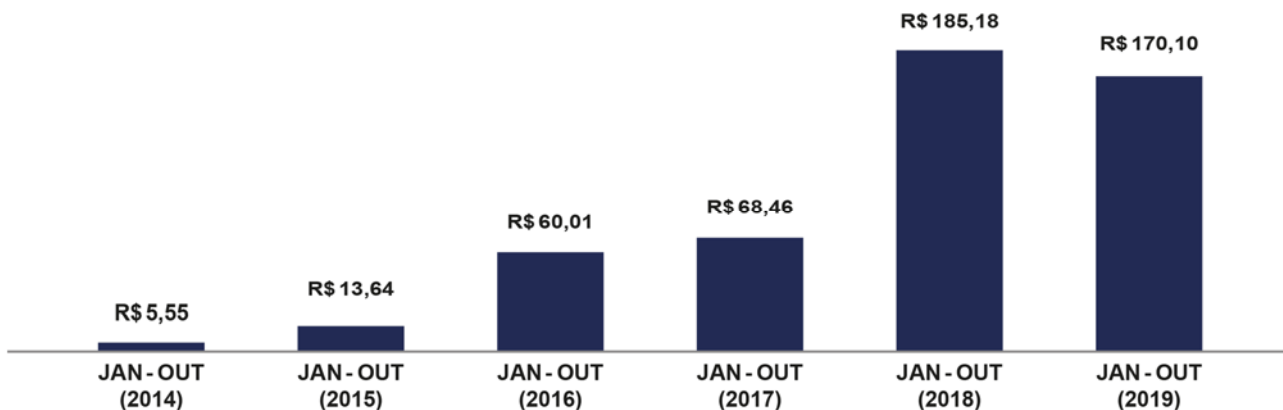
Situação dos pagamentos de 2019:



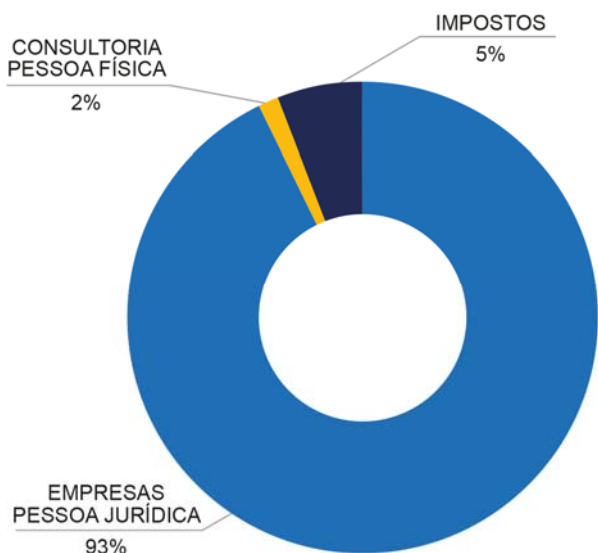
Valor pago mensalmente em 2019:



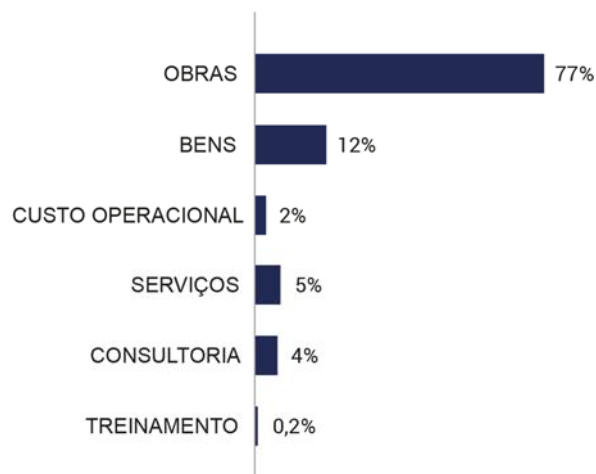
Comparativo com os anos anteriores*:



Composição do pagamento total:



Composição do Pagamento das empresas:



1 – O Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (PDO)



2 – Os Resultados Esperados:

Aumentar para 82% a oferta de serviços de saúde;

Reduzir para 8% a taxa de abandono das escolas do Ensino Médio;

Assistir 65% da população localmente do Estado em ações preventivas de Segurança;

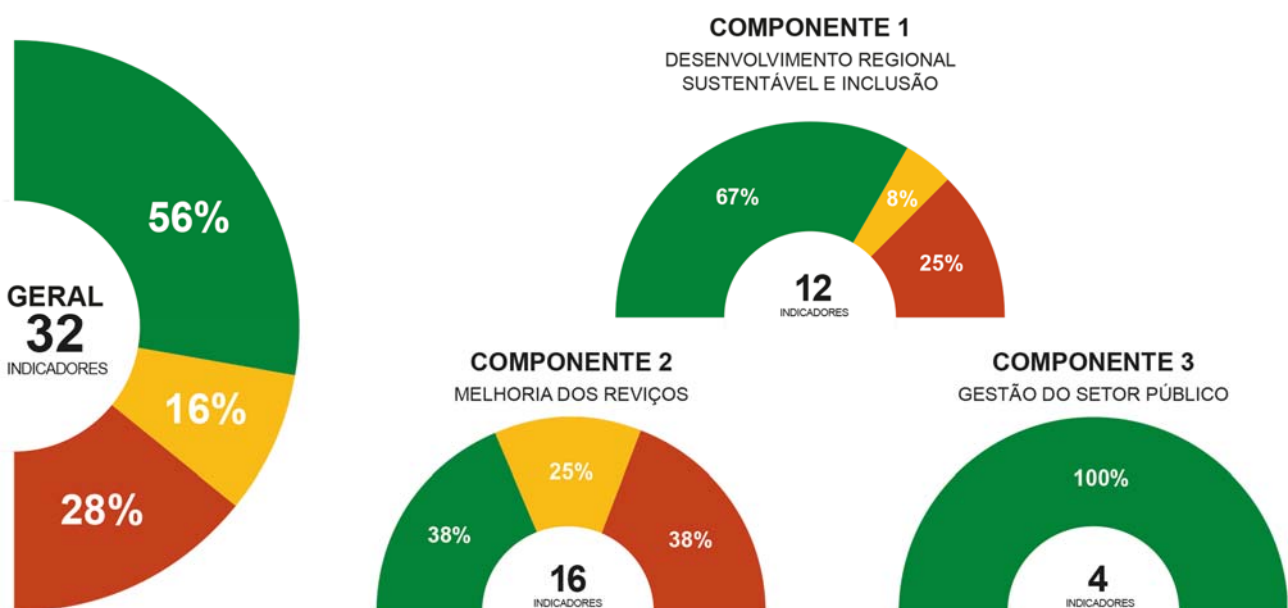
Garantir segurança alimentar de pelo menos 40% dos beneficiários dos subprojetos ligados à ações de promoção da segurança alimentar;

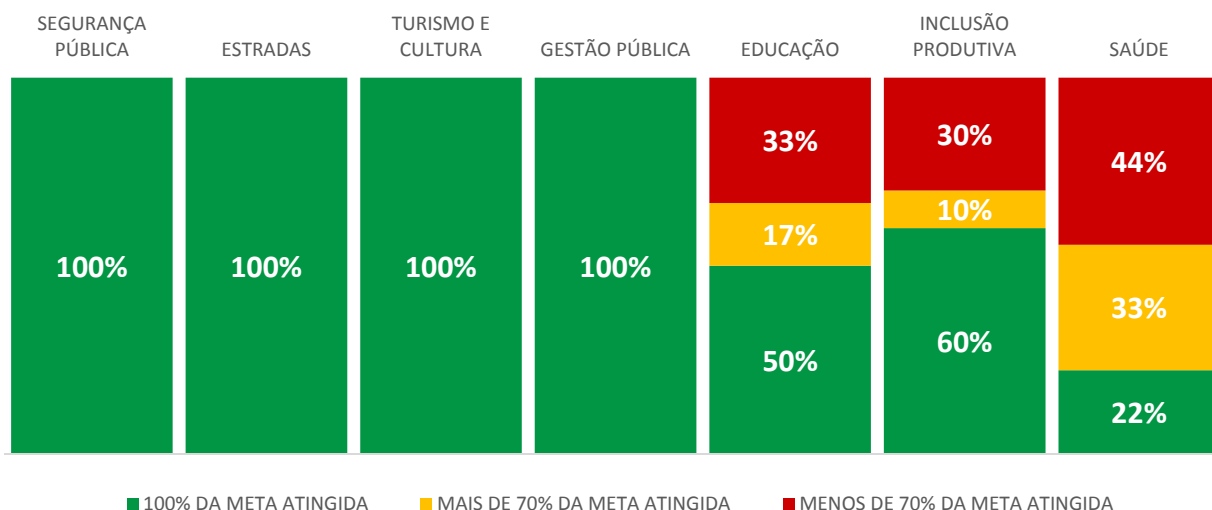
Implementar 50 Estruturas Socioeconômicas Regionais;

Beneficiar diretamente 100 mil pessoas ligadas à Agricultura Familiar;

Implementar 60 investimentos produtivos de acesso à mercado com conformidade sanitária;

3 – Os Resultados Alcançados: Situação do alcance das metas dos Indicadores da Matriz de Indicadores do Projeto





Durante o ano de 2018 e 2019, o Projeto Governo Cidadão vem adotando e intensificando diversas práticas e mecanismos que promovem maior celeridade nos processos. Dentre essas ações, destacam-se: (1) designação de uma secretaria extraordinária dedicada exclusivamente ao Projeto (SEGRI); (2) Adoção de uma gestão integrada entre as secretarias que compõem o Governo Cidadão, promovendo uma maior rapidez na tomada de decisões; (3) Reuniões sistemáticas com os secretários de pasta e gerentes das UES, para cobrar e determinar responsabilidades a cada uma das secretarias de Estados ligadas ao Projeto; (4) Realinhamento de ações e investimentos previstos no empréstimo de acordo com a nova gestão; (5) Reajuste na equipe do projeto para melhor adequá-lo à sua atual etapa de implementação; (6) melhorias sistemáticas no SMI (Sistema de Monitoramento de Informação do Projeto); (7) elaboração e acompanhamento de Planos de Ação; (8) reuniões sistemáticas para cobrar e determinar responsabilidades a cada uma das secretarias de Estados ligadas ao Projeto, dentre outras ações importantes que serão melhor pontuadas e descritas na próxima seção, no item “As medidas aceleracionistas adotadas”.

A adoção dessas práticas refletiu-se em resultados importantes, uma vez que o Projeto apresentou uma taxa de crescimento de investimentos concluídos de 44% entre o período de outubro de 2018 a outubro de 2019, saltando dos US\$ 65 milhões anteriormente executados para os atuais US\$ 116 milhões. Além disso, é importante salientar que 89% (US\$ 320 milhões) dos recursos estão financeiramente comprometidos, sendo os 11% restantes representados, principalmente, por bens vinculados às obras já em execução, como é o caso dos equipamentos para o Hospital da Mulher.

No tocante aos pagamentos, observa-se uma evolução da capacidade de execução do Projeto, totalizando R\$ 170,10 milhões pagos entre janeiro a outubro de 2019, e quase R\$ 729 milhões desde o início do Acordo de Empréstimo, liderados pela execução de obras estruturantes. Além disso, o período de janeiro a outubro de 2019 mais do que dobrou os valores pagos em comparação aos anos anteriores a 2018. O Projeto só não superou ainda a execução de 2018, fato esse justificado por dois motivos: [1] o desembolso dos subprojetos produtivos da SAPE, que alavancou os pagamentos em agosto de 2018, e [2] as grandes obras estruturantes atualmente em processo de readequações, como é o caso do Hospital da Mulher, a Fortaleza dos Reis Magos, a recuperação das barragens de Pataxó e Lucrécia, a recuperação do Perímetro Irrigado Osvaldo Amorim, e o Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatológica. Essas obras totalizam R\$ 91,4 milhões, afetando os pagamentos até a finalização dos ajustes necessários, previstos para dezembro/2019.

Após superados, essas obras irão alavancar ainda mais a execução e o crescimento de investimentos concluídos anteriormente reportados.

Esse aumento significativo da taxa de crescimento dos investimentos concluídos impactou diretamente o desembolso do Projeto. Isso porque os atuais 63% desembolsados superam em 20% os 43% desembolsados em meados de outubro de 2018, conferindo uma taxa de crescimento de 46% no período de um ano, reflexo direto desse período de intensa execução do Projeto. Vale salientar que há um pedido de saque em processamento, mas como ele não foi finalizado até dia 31/10/2019, não pode ser contabilizado no presente relatório. Além disso, esses 63% desembolsados até out/2019 (US\$ 225,46 milhões, ou R\$ 792,14 milhões) estão alinhados com os pagamentos do Projeto no mesmo período, equivalentes a R\$ 728,76 milhões, ou seja, com um saldo bastante inferior aos R\$ 120 milhões permitidos pelo teto da conta do Acordo de Empréstimo. Em outras palavras, se fosse atingir o teto, o desembolso passaria de 63% para 67% - faltando apenas 3 pontos percentuais para alcançar a meta de 69% de desembolso para todo o ano de 2019.

No que concerne à Matriz de Indicadores do Projeto, nota-se um razoável grau de alcance das metas pactuadas: na área de gestão do setor público (Componente 3), 100% das metas foram atingidas. Os indicadores ligados ao Desenvolvimento Regional Sustentável e Inclusão Produtiva (Componente 1) possuem quase 70% das metas alcançadas, e 8% delas perto de serem atingidas. O componente com menor grau de atendimento das metas é o 2 – Melhoria dos Serviços Públicos. É importante pontuar que esse é o componente que abrange áreas bastante distintas e complexas, como é o caso da Educação, da Saúde e da Segurança Pública. Também é o componente com um perfil de indicadores mais finalísticos/de resultados e compostos, além de englobar o maior número de indicadores entre todos os componentes (50% do total, 16 indicadores).

Já em nível de área, a Segurança Pública, a Estrada, o Turismo e Cultura e a Gestão Pública alcançaram plenamente o pactuado. Isso significa que: [1] a População assistida localmente (no município) por ações preventivas de segurança pública financiadas pelo Projeto possui uma cobertura satisfatória (80%); [2] a extensão de estradas estaduais melhoradas pelo Projeto está acima da quilometragem pactuada (120,4km melhorados, enquanto a meta era de 80Km para o ano de 2018); [3] a infraestrutura turística e cultural criadas e melhoradas pelo Projeto ficaram acima do esperado (6 infraestruturas finalizadas, enquanto a meta era de 5); [4] 100% dos macroprocessos prioritários já foram totalmente remodelados nos órgãos prioritários do Projeto (meta: 50%); [5] quase 60% do percentual de recomendações da auditoria da folha já foram adotadas (a meta era de 30%); e [6] pouco mais de 40% dos imóveis já foram regularizados, levantados e cadastrados em sistema informatizado (a meta era de 30%).

Por outro lado, as áreas da Educação, de Inclusão Produtiva e da Saúde possuem um considerável percentual de indicadores que não alcançaram ao menos 70% das metas pactuadas, muitas delas explicadas pelos atrasos na execução/conclusão de alguns investimentos, como é o caso das reformas de escolas estaduais, da reforma dos 7 hospitais regionais, do Laboratório, do Hospital da Mulher, e dos subprojetos de inclusão produtiva e acesso à água. Salienta-se que nenhum dos indicadores possui riscos de não alcance das metas pactuadas até o final do Acordo de Empréstimo, ou seja, esses fatores possuem reflexos no alcance das metas anuais, mas não finais.

Todos esses resultados físicos e financeiros demonstram que o Projeto está passando por um período de execução e conclusão intensiva dos investimentos, em que parte desses resultados

deve-se à adoção das medidas aceleracionistas já reportadas. Com isso, a previsão de desembolso aponta que todos os 100% do montante de recurso do Acordo de Empréstimo sejam desembolsados até o final de 2020, sendo o Closing Date do projeto marcado para 31 de março de 2021. Dessa forma, percebe-se que houve um avanço protagonizado por toda equipe no Projeto Governo Cidadão e das secretarias envolvidas, em especial pela SEGRI, pelo engajamento no planejamento de curto e longo prazo, cobrando sistematicamente resultados – sendo estes gradativamente alcançados.



4. SITUAÇÃO ATUAL DO PROJETO GOVERNO CIDADÃO

OBJETIVO: Mostrar a atual situação processual, física e financeira do Projeto Governo Cidadão. Para tanto, faz-se inicialmente um breve resumo do ocorrido com o Projeto em meados de 2016, época da Missão de Avaliação de Meio Termo; além de eventos mais recentes, como é o caso da Proposta de Reestruturação do Projeto, mostrando as medidas mitigadoras adotadas e, por fim, os recentes resultados alcançados. A organização está por seções - três no total -, em que a primeira faz uma breve contextualização, seguida pelos resultados alcançados até outubro de 2019 e os novos desafios enfrentados.

4.1. Antecedentes

4.1.1. A Avaliação de Meio Termo

Conforme previsto em contrato, o Projeto Governo Cidadão passou por uma avaliação rigorosa quando atingiu a metade do seu tempo de execução. Essa avaliação foi realizada tanto por especialistas do Banco Mundial, quanto por uma empresa contratada, que verificaram diversos aspectos, tais como desembolso, risco de implementação de todos os investimentos do projeto, desempenho e qualidade da equipe, dentre outros. Iniciada em abril/maio de 2016, essa Avaliação de Meio Termo detectou alguns pontos críticos do Projeto, em que se destacam o desembolso.

4.1.2. A Primeira Proposta de Reestruturação do Projeto (Alteração de Projeto)

O desembolso realizado pelo Projeto estava aquém do desembolso previsto pelo PAD (Project Appraisal Documents), o que demandou uma série de reuniões e discussões sobre esse tema. O Projeto listou inúmeros fatores que justificaram o desempenho alcançado naquele momento e, em 16 de novembro de 2016, foi submetida ao Banco Mundial a “Proposta de Alteração de Projeto” (PAP). Essa Proposta tem como objetivo alterar o Cronograma de Desembolso e a Matriz de Indicadores do Projeto. Salienta-se que esse tipo de alteração, por não modificar quaisquer cláusulas contratuais, dispensa aprovação da SEAIN/COFIEX, sendo avaliada somente pelo Banco Mundial. Essa proposta está concluída, com aprovação do Banco datada em 24 de maio de 2018 (Report No: RES23516). O Quadro 1 sumariza a proposta submetida.

Quadro 1 – Novo Desembolso Esperado do Projeto Governo Cidadão (US\$ mi)

DESEMBOLSOS ESPERADOS (EM MILHÕES DE USD)							
Ano Fiscal	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Anual	0.00	15.00	30.00	15.00	38.70	217.80	43.50
Acumulativo	0.00	15.00	45.00	60.0	98.70	316.50	360.00

Fonte: Elaborado pela UGP.



4.1.3. A Segunda Proposta de Reestruturação do Projeto (Alteração de Projeto e de Contrato)

A 2ª proposta de reestruturação do Projeto (1ª proposta de alteração contratual) tem como principais objetivos: [1] solicitação da primeira extensão da data de encerramento do projeto (closing date), por 22 meses (de 31 de maio de 2019 para 31 de março de 2021); [2] realocação de recursos do Empréstimo entre categoria de gasto, componentes e subcomponentes, conforme detalhado abaixo; [3] adequação do cronograma de desembolso, e [4] readequação de indicadores da Matriz de Resultados e de Monitoramento do Projeto. De todas as alterações pleiteadas, apenas 2 são a nível contratual, são elas o Closing Date e a realocação de recursos por categoria de gastos. Por esse motivo, essa Proposta foi submetida tanto ao Banco Mundial (primeira versão enviada dia 17/05/2018 e última versão enviada em 25/09/2018), quanto a SEAIN/COFIEX (primeira versão enviada dia 04/10/2018 e última versão enviada em 10/10/2018).

No dia 29/10/2018, um dia depois do resultado do segundo turno das eleições estaduais, a governadora eleita Fátima Bezerra reuniu-se em Brasília com a equipe do Projeto e do Banco Mundial para demonstrar sua intenção e compromisso de continuar com o Acordo de Empréstimo e com a Proposta de Reestruturação. Isso – além do esforço da equipe do Projeto e articulação com o Banco, SEAIN e COFIEX – garantiu a inserção e aprovação do pleito no GTEC, em 31/10/2018. Atualmente a Reestruturação foi concluída e encontra-se em plena execução.

A principal premissa desta proposta é alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Projeto (PDO), permitindo a finalização da execução das atividades e ações do Projeto, realizando os desembolsos programados sem comprometer a qualidade final dos investimentos e promovendo os benefícios preconizados pelo Projeto. Para tanto, estão sendo adotadas uma série de ações, denominadas “medidas aceleracionistas”, que incluem, dentre outras, o fortalecimento das relações com entidades executoras e órgãos de apoio e controle, revisores e licenciadores; e aprimoramento dos mecanismos e sistemas que melhorem o monitoramento e a implementação do Projeto.

Além disso, foi realizada a priorização dos investimentos, ranqueadas por tipo e por criticidade de execução. Aquelas consideradas inexequíveis e/ou com menor aderência aos objetivos e indicadores do Projeto foram classificadas como “não financiáveis”. Com base nessa análise, está sendo proposta a realocação de recursos entre categoria de gastos e/ou componentes/subcomponentes, bem como a alteração da Matriz de Resultados e Monitoramento.

No caso específico dos indicadores, foi aplicada a Teoria da Mudança, objetivando maior aderência das ações desenvolvidas com os indicadores, metas atribuídas e impacto. Vale salientar que todos os investimentos do Projeto nascem de demandas oriundas das UES, onde se adota uma metodologia participativa, além de serem articuladas com diversos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, qualificados como co-executores do Projeto. Além disso, cada uma dessas demandas é discutida com especialistas do Banco Mundial e acompanhada por técnicos da UGP. Nesse sentido, cabe à UGP apenas acompanhar, verificar disponibilidade de recurso e avaliar se tais demandas atendem aos Objetivos de Desenvolvimento do Projeto (PDO). Em caso positivo, encaminha-se essas demandas ao Banco Mundial para que este avalie se tal demanda entra ou não no Projeto. Assim, todos os investimentos do Projeto são demandas das UES, atendem ao PDO e foram previamente aprovados pelo Banco Mundial.

Por sua vez, a extensão da data de encerramento foi vinculada aos prazos de finalização das obras já em andamento, acrescido do tempo necessário para instalação dos equipamentos e mobiliário, da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, e entrada em operação. Ressaltamos que a 2ª solicitação de reestruturação ora apresentada não implica na inclusão de atividades não iniciadas, mas sim para finalizar e/ou aprimorar/complementar investimentos já em curso. Adicionalmente, o prazo solicitado permitirá a elaboração de projetos complementares que sejam necessários, assim como dos estudos e relatórios de avaliação, tanto nas etapas pré-finalização e pós execução do Projeto, conforme requerido pelo Banco Mundial. Seguem abaixo as alterações contratuais.

O Closing Date

ORIGINAL – LOAN AGREEMENT 8276-BR (FROM)	PROPOSED PROJECT RESTRUCTURING (TO)
The Closing Date is May 31, 2019. The bank will only grant an extension of the Closing Date after the Guarantor’s Ministry of Finance has informed the Bank that it agrees with such extension.	The Closing Date is March 31, 2021. The bank will only grant an extension of the Closing Date after the Guarantor’s Ministry of Finance has informed the Bank that it agrees with such extension

(see Loan Agreement, Schedule 2 – Project Execution; Section IV – Withdrawal of Loan Proceeds; B – Withdrawal Conditions, Withdrawal Period, 2)

ORIGINAL – ACORDO DE EMPRÉSTIMO 8276-BR (DE)	PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DO PROJETO (PARA)
A Data de Encerramento é 31 de maio de 2019. O banco somente concederá uma prorrogação da Data de Encerramento depois que o Ministério das Finanças do Avalista tiver informado ao Banco que está de acordo com tal prorrogação.	A Data de Encerramento é 31 de março de 2021. O banco somente concederá uma prorrogação da Data de Encerramento depois que o Ministério das Finanças do Avalista tiver informado ao Banco que está de acordo com tal prorrogação.

(ver Acordo de Empréstimo, Cronograma 2 – Execução do Projeto; Seção IV – Desembolso dos Recursos do Empréstimo; B – Condições para Saques; Período de Saques, 2) – Tradução Oficial No. 12.029/2013 – Página 23/34

A Alocação de Recurso entre Categoria de Gasto

Distribuição dos Recursos por Categoria foi alterada, conforme quadro abaixo (QUADRO EM INGLÊS):

CATEGORY	ORIGINAL VALUE – US\$ - LOAN AGREEMENT 8276-BR (FROM)	PROPOSED PROJECT RESTRUCTURING – US\$ (TO)	PERCENTAGE OF EXPENDITURES TO BE FINANCED (INCLUSIVE OF TAXES)
(1) Good, works, non-consulting services, and consultants' services required for Subprojects	91,076.000	33.950.858	Up to 100% of the amount disbursed under a Matching Grant
(2) Goods, works, consultants' services, non-consultants' services, Operating Costs and Training	268.024.000	325.149.142	100%
(3) Front-end-Fee	900.000	900.000	Amount payable pursuant to Section 2.03 of Agreement in accordance with Section 2.07 (b) of the General Conditions
TOTAL AMOUNT	360.000.000	360.000.000	-

Distribuição dos Recursos por Categoria foi alterada, conforme quadro abaixo (QUADRO EM PORTUGUÊS):

CATEGORIA	VALOR ORIGINAL - US\$ - ACORDO DE EMPRÉSTIMO (DE)	PROPOSTA E REESTRUTURAÇÃO - US\$ (PARA)	PERCENTUAL DAS DESPESAS A SEREM FINANCIADAS
(1) Bens, Obras, serviços que não sejam de consultorias, e serviços de consultorias necessários para implementação dos subprojetos	91,076.000	33.950.858	<u>Até 100% do valor desembolsado</u>
(2) Bens, Obras, serviços que não sejam de consultorias, e serviços de consultorias necessários para implementação do Projeto, exceto os cobertos pela Categoria 1 acima; Treinamentos* e Custos Operacionais**	268.024.000	325.149.142	100%
(3) Taxa Inicial	900.000	900.000	Montante a pagar nos termos da Seção 2.03 do Acordo de Empréstimo, em conformidade com a Seção 2.07 (b) das Condições Gerais
TOTAL	360.000.000	360.000.000	-

4.2. As medidas Aceleracionistas Adotadas

Durante o ano de 2018 e 2019 o Projeto Governo Cidadão vem adotando e intensificando diversas práticas e mecanismos que promovem maior celeridade nos processos. Dentre essas ações, destacam-se:

<p>Designação de uma secretaria extraordinária dedicada exclusivamente ao Projeto (Secretaria Extraordinária Para Gestão de Projetos e Metas de <u>Governo</u> e Relações Institucionais - SEGRI);</p> <p>Adoção de uma gestão integrada entre as secretarias que compõem o Governo Cidadão, promovendo uma maior rapidez na tomada de decisões;</p> <p>Reuniões sistemáticas com os secretários de pasta e gerentes das UES, para cobrar e</p>	<p>Apoio da EMATER-RN no acompanhamento e fortalecimento da assistência técnica institucional;</p> <p>Articulação com as instituições de ATER contratadas para o acompanhamento dos investimentos, das contrapartidas, e na regularização dos processos em execução;</p> <p>Articulação com agentes financeiros para viabilizar contrapartidas (Banco do Nordeste e Banco do Brasil);</p> <p>Fortalecimento da parceria com o SEBRAE</p>
---	--

<p>determinar responsabilidades a cada uma das secretarias de Estados ligadas ao Projeto;</p> <p>Realinhamento de ações e investimentos previstos no empréstimo de acordo com a nova gestão;</p> <p>Reajuste na equipe do projeto para melhor adequá-lo à sua atual etapa de implementação, focada na gestão de contratos e riscos;</p> <p>Designação de um procurador dedicado aos processos e demandas do Programa;</p> <p>Apresentação do aplicativo de compras de subprojetos a ser utilizado nas compras de equipamentos das cooperativas de queijeiras;</p> <p>Realização de diversas reuniões com todos os atores e articulação com o Tribunal de Contas, atuando de forma preventiva;</p> <p>Busca constante de novas parcerias para fortalecimentos das ações;</p> <p>Reuniões de nivelamento com todas as secretarias, apresentando as ações do projeto e repassando todos os estudos realizados;</p> <p>Diversas reuniões e audiências públicas com atores envolvidos para solucionar pendências variadas que impediam o início de obras ou o pleno funcionamento de estabelecimentos;</p> <p>Criação e divulgação do mapa de investimento do Projeto, contendo informações atualizadas por município, território, e links de acesso aos processos das obras;</p> <p>Articulação com a SEARA/SEDRAF no protagonismo de ações vinculadas à agricultura familiar;</p>	<p>Envolvimento da coordenação de economia solidária (SETHAS) para dar sustentabilidade aos investimentos;</p> <p>Reunião com a articulação do semiárido (ASA) para apoio no acompanhamento dos subprojetos em curso;</p> <p>Melhorias sistemáticas no SMI (Sistema de Monitoramento de Informação do Projeto);</p> <p>Elaboração de uma Análise de Risco do Projeto, sendo um instrumento de gerenciamento, planejamento, monitoramento e controle; permitindo visualizar a criticidade/nível dos riscos envolvidos em determinada atividade. Com isso, traçam-se medidas mitigadoras importantes para assegurar uma execução do Projeto com uma menor margem de riscos;</p> <p>Criação de relatórios gerenciais dinâmicos e interativos, interligado ao SMI e ao Protocolo do Estado. Esses relatórios são atualizados em tempo real, tornando possível uma melhor visualização das informações, o que facilitará na identificação dos dados e terá como finalidade o auxílio em tomadas de decisões, além de proporcionar uma geração mais rápida e automatizada de informações a serem estudadas.</p>
--	---

Através da adoção das medidas acima mencionadas, foi possível atingir resultados significativos para o Projeto. A próxima sessão descreve os avanços alcançados até outubro de 2019.



Natal - RN

4.3. Resultados gerais alcançados:

No total, o Projeto Governo Cidadão possui uma carteira de investimentos sociais sustentáveis no montante de aproximadamente R\$ 1,2 bilhões, sendo caracterizado, principalmente, por políticas macroeconômicas de cunho fiscal expansionista, uma vez que aproximadamente 50% de todo o Acordo de Empréstimo é composto por obras estruturantes. Dessa forma, o Projeto surge como uma espécie de efeito anticíclico para a atual crise financeira do Estado, auxiliando na geração de emprego e renda. De fato, até o momento já foram gerados 13.578 empregos diretos e indiretos com as obras já executadas e em execução. Além disso, é esperado que os investimentos do Projeto proporcionem uma arrecadação para o Estado do RN de R\$ 122,2 milhões, sendo R\$ 35,5 milhões de ISS e R\$ 86,8 milhões em ICMS. Em outras palavras, além dos benefícios diretos proporcionados pelos investimentos do Projeto, estes também geram efeitos indiretos no sentido de auxiliar no fomento da economia local de todos os municípios do RN contemplados com ações desenvolvidas pelo Projeto.

Outro resultado positivo alcançado foram as economias geradas para o Estado oriundas de estudos realizados pelo Projeto. Destaca-se a auditoria da Folha de Pagamento, que gerou uma economia de R\$ 16 milhões. Já com as licitações realizadas pelo Projeto, foi possível até o momento gerar uma economia de aproximadamente R\$ 115 milhões, quando são comparados os valores estimados e os valores licitados.

Vale salientar que os principais resultados por áreas de execução serão discutidos na próxima seção. No entanto, apresenta-se abaixo um breve resumo deles, em que se destacam:

EMPREGO E RENDA:

13.578 empregos diretos e indiretos gerados com as obras em execução do Projeto;

FINANÇAS PÚBLICAS:

Economia prevista de R\$ 16 milhões na folha de pagamento do Estado após a realização da Auditoria financiada com recursos provenientes do Acordo de Empréstimo. O percentual de despesa com pessoal saiu de 50,28% para 48,39% dos gastos do Governo e a redução fez o Ministério Público do Estado suspender a recomendação feita anteriormente ao executivo para que fosse reduzido o valor da folha de pessoal. Cada ponto percentual de redução representa aproximadamente R\$ 8,1 milhões por mês;

GESTÃO PÚBLICA:

Redesenho de 56 macroprocessos prioritários, além da qualificação de 7.226 servidores em áreas estratégicas;

TURISMO:

Ampla divulgação do turismo do RN, proporcionando um aumento do fluxo de turistas provenientes da Itália, Portugal, França e de outras regiões do Brasil.;



SEGURANÇA ALIMENTAR

QUINTAIS PRODUTIVOS



INVESTIMENTO: R\$ 17,3 MILHÕES

40%

Dos beneficiários do projeto estão ligados à segurança alimentar

85

Associações/entidades fazem uso desse tipo de sistema

3.170

Famílias beneficiadas em 48 municípios



AGRICULTURA FAMILIAR

MUDANÇA DE VIDA NO CAMPO

- O apoio à cadeia produtiva da fruticultura irrigada está mudando vidas e a paisagem do sertão potiguar
- 424 pessoas, sendo 109 mulheres e 48 jovens, estão sendo diretamente beneficiados
- 28 subprojetos em 12 municípios

INVESTIMENTO: R\$ 13,7 MILHÕES





PROTAGONISMO JUVENIL DIVERSAS ÁREAS

39

Bandas filarmônicas e mais de 3 mil jovens beneficiados em 39 municípios

6MIL

Beneficiados com projetos de acesso à água, mais de 1.100 são jovens

250

Jovens beneficiados nos projetos de economia solidária

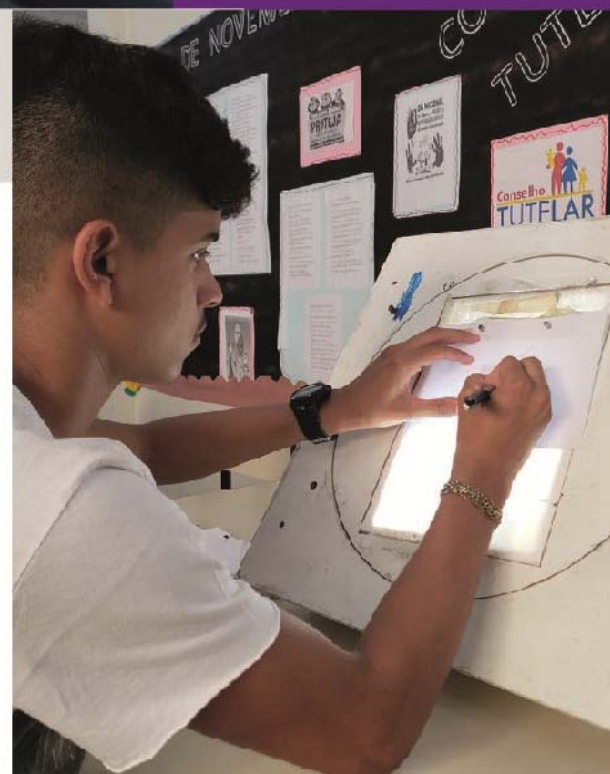


PROTAGONISMO JUVENIL NA EDUCAÇÃO

PROJETO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

- Redução do índice de evasão e reprovação escolar para os alunos do 6º ano
- Taxa de aprovação dos alunos beneficiados subiu 13,3%
- 397 PIPs realizados
- 176 mil alunos beneficiados em toda a rede pública

INVESTIMENTO: R\$ 13 MILHÕES





EMPODERAMENTO FEMININO

VOZ, AUTONOMIA E IGUALDADE DE GÊNERO

- 53,8% dos beneficiados pelos projetos são mulheres
- 43% das associações beneficiadas são lideradas por mulheres
- 19 associações em projetos de inclusão produtiva são formadas somente por mulheres
- Em 33,7% das associações, a proporção de mulheres beneficiadas é igual ou superior a 60%
- Lançado relatório final do estudo de gênero "Plantando Sementes de Empoderamento"



TRADIÇÕES PRESERVADAS

IGUALDADE DE DIREITOS E OPORTUNIDADES

- 10 comunidades quilombolas e 2 indígenas beneficiadas
- Representatividade e fortalecimento das tradições
- Escola Estadual do Amarelão - João Câmara - Obra concluída



INVESTIMENTO: R\$ 4,4 MILHÕES

SEGURANÇA PÚBLICA:

80% da população de todo o Estado foi localmente assistida por ações preventivas de segurança pública promovidas por investimentos financiados com recursos do Projeto, são elas: ampliação do CIOSP, aquisição de veículos para o Ronda Cidadã, Videomonitoramento da Região Metropolitana de Natal, e estruturação de delegacias, postos policiais e batalhões.

SEGURANÇA PÚBLICA:

Foi possível observar a redução de 31% dos crimes violentos no Estado no primeiro trimestre de 2019. Isso foi possível através de diversos esforços empreendidos pela SESED e parceiros, além do apoio dos investimentos do Projeto na área de Segurança Preventiva;

AGRICULTURA FAMILIAR:

Incremento na renda de agricultores familiares ligados à Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Cecafes), com a comercialização no primeiro mês de funcionamento de R\$ 350 mil em 80 toneladas de alimentos como frutas, feijão, leguminosas, peixes e ostras e 97.514 unidades de itens como alface, bolos, biscoitos, coco, artesanato, doces e castanhas; ficando acima do resultado esperado;

EDUCAÇÃO:

46 escolas estão sendo contruídas, reformadas e/ou ampliadas, contribuindo para a melhoria da infraestrutura de escolas do Estado;

EDUCAÇÃO:

Foram capacitados 11.995 profissionais da Educação Básica;

SAÚDE PÚBLICA:

Realização de 755 procedimentos/mês com os Tomógrafos Computadorizados localizados nos municípios de Mossoró e Caicó. Com essa maior quantidade de exames espera-se um diagnóstico mais rápido de possíveis casos de câncer, o que melhora as possibilidades de tratamento;

SAÚDE DA GESTANTE:

Com os investimentos do Projeto na readequação de maternidades e UTI Neo, foi observado uma diminuição do deslocamento da gestante para o parto. Atualmente, 87% das mulheres realizaram o parto na região onde residem;

SAÚDE PÚBLICA: Até o momento, foram capacitados 2.154 profissionais de saúde nas três redes de atenção;

SERVIÇOS PÚBLICOS: Investimento de R\$ 8,4 milhões em cursos e capacitações nas áreas de saúde, segurança, agricultura e pesca, recursos humanos e gestão pública, capacitação de mais de 950 mil pessoas, nas diversas áreas, tais como: Urgência e emergência hospitalar; assistência pré-natal com ênfase em acolhimento e classificação de risco; e Implantação de protocolo de

assistência materno-infantil; Inspeção de produtos de origem animal; fortalecimento do cooperativismo agropecuário; Agricultura de baixo carbono; logística de exposição de produtos; registro/alvará sanitário; meio ambiente e desenvolvimento sustentável do Semiárido; análise e previsão climática para o Nordeste brasileiro; gestão da piscicultura e da pesca; transferência de embriões em bovinos; boas práticas de fabricação; geoprocessamento com software livre; treinamento de rotulagem; nutrição de pequenos ruminantes; elaboração de projetos e termo de referência; Execução Orçamentária, Financeira e Contábil de Forma Integrada na Administração Pública; Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos; Elaboração de Indicadores e Avaliação de Resultados na Administração Pública; Gestão de Pessoas Orientada para Resultado; Gestão de Documentos Públicos, Modelagem de Processos de Negócios – BPM; Contabilidade Pública; Orçamento Público; Negociador Policial e Básico de Inteligência de Segurança Pública, Gestão Estratégica em Segurança Pública; Tiro Defensivo Método Giraldi; Gestão de Frotas de Veículos; Motopatrulhamento, Mergulho Profissional Básico de Segurança Pública e Análise Forense Computación.

INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA:

Mais de 213 km de estradas estaduais sendo melhoradas, que auxiliarão na logística e escoamento da produção e na infraestrutura rodoviária turística do RN.

EMPODERAMENTO FEMININO:

A cada 10 grupos de investimentos socioambientais, 7 são liderados por mulheres;

SUSTENTABILIDADE:

100% dos subprojetos adotarão boas práticas socioambientais de produção, e 54% dos subprojetos de acesso à água possuem em seu plano de trabalho sistemas de reuso de águas;

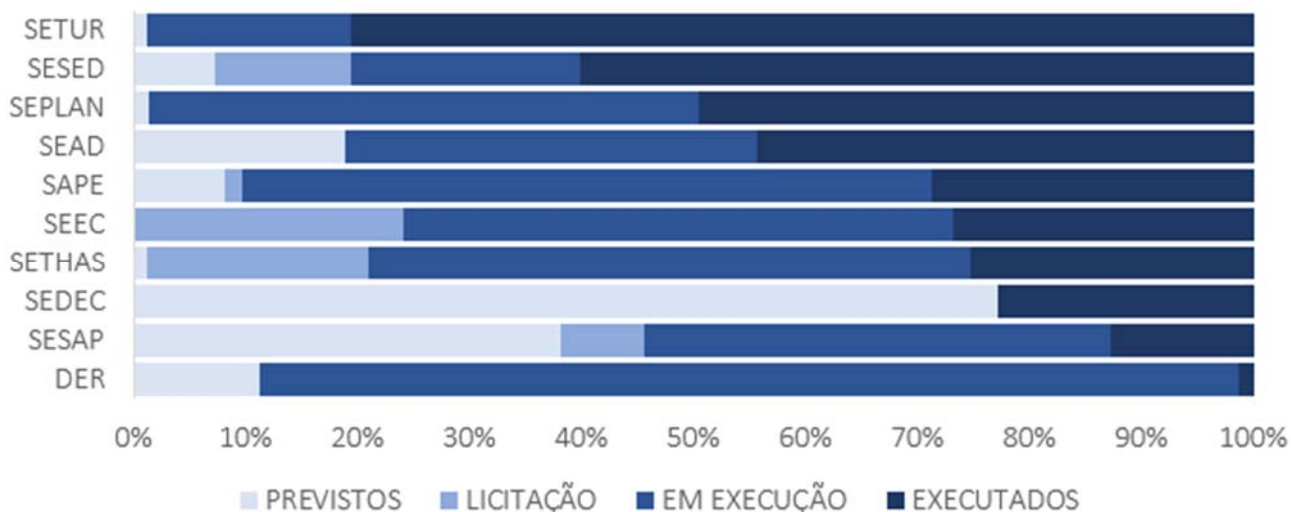
OBRAS ESTRUTURANTES E DE APOIO ÀS ASSOCIAÇÕES EM PLENA EXECUÇÃO

5. RESULTADOS POR ÁREA

A área com maior percentual de investimentos concluídos foi o Turismo, seguido pela Segurança Pública e Planejamento e Finanças. Todas as demais secretarias possuem elevados percentuais de investimentos em execução, proporcionando resultados intermediários expressivos para o Estado, mesmo para as secretarias que executaram um menor aporte de recursos.

Seguem, nas próximas seções, os principais resultados processuais, físicos e financeiros, por Unidades Executoras (UES) vinculadas ao Projeto Governo Cidadão, evidenciando aqueles em execução e prestes a executar, isto é, em licitação e contratação.

Gráfico 1 – Execução por UES, em termos relativos



Fonte: Elaborado pela equipe da UGP.

Nota: Quanto mais escuro, melhor o desempenho processual da UES.

5.1. SAÚDE



TOTAL:
R\$ 180,25
MILHÕES INVESTIDOS

EXECUTADO	R\$ 21,74 MI (12%)
EM EXECUÇÃO	R\$ 65,98 MI (37%)
EM LICITAÇÃO	R\$ 15,28 MI (8%)
PREVISTO	R\$ 77,25 MI (43%)

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável do Projeto na SESAP consiste em aumentar a oferta de serviços de saúde relacionados às redes prioritárias de saúde em nível regional (redes de saúde oncológica, materno - infantil, de urgência e emergência). Para tanto, o Projeto está investindo na construção, reforma e equipagem de diversos estabelecimentos de saúde, além de fomentar a capacitação de pessoal.

De fato, oferecer serviços públicos de qualidade para evitar que a população do interior se desloque para capital é um dos compromissos do Governo do Estado e do Projeto Governo Cidadão. Nesse sentido, o Hospital da Mulher vai mudar a realidade da saúde pública de toda a região Oeste, servindo como um hospital de referência no atendimento às mulheres de 62 municípios dos territórios de Açú-Mossoró, Sertão do Apodi e Alto Oeste. Com a construção de 118 leitos, a previsão é de que o Hospital da Mulher realize mais de 20 mil atendimentos por ano, beneficiando a população do Estado. O complexo inclui assistência ambulatorial, pronto-socorro, leitos de UTI, centro obstétrico com salas de parto humanizado, banco de leite humano e serviços de suporte para mulheres vítimas de violência. A unidade funcionará ainda como hospital de estágio, em parceria com a UERN (Universidade Estadual do RN).

Além da construção do Hospital da Mulher, a região Oeste também foi beneficiada com a aquisição do tomógrafo computadorizado para o Hospital Tarcísio Maia. Em 2018 em plena operação do tomógrafo já foram realizadas 8.257 tomografias, de janeiro a agosto de 2019 foram realizadas 6.852 tomografias, em média são realizadas 755 tomografias/mês. Com essa maior quantidade de exames espera-se um diagnóstico mais rápido de possíveis casos de câncer, o que melhora as possibilidades de tratamento.

A população de Pau do Ferros, maior cidade do Território Alto Oeste, foi beneficiada pela obra de reforma e ampliação do Hospital Regional Cleodon Carlos de Andrade, na área da Rede de Urgência e Emergência (RUE) e do Banco de Leite Humano, totalizando um investimento de R\$ 3,5 milhões. Entre janeiro a agosto de 2019, foram realizados 5 mil atendimentos. Também será realizada a reforma da ala do tomógrafo e a da UTI Neo Natal, além da aquisição de equipamentos médico-hospitalar (Tomógrafo Computadorizado) para estruturação oncológica, no valor de R\$ 1,7 milhão, dando suporte às regiões 2ª, 4ª, 6ª e 8ª de Saúde do RN.

Com o compromisso de priorizar a saúde e fortalecer os hospitais regionais, outra importante obra que está mudando a realidade do atendimento de toda a região Seridó foi a reforma e ampliação da Urgência e Emergência do Hospital Regional do Seridó, em Caicó. Esse hospital beneficia mais de 310 mil pessoas e abrange 25 municípios, de janeiro a agosto de 2019 foram realizados 6.073 atendimentos. Foram investidos R\$ 2,1 milhões em toda a reestruturação das instalações e uma nova e equipada ala de urgência e emergência, com sala vermelha, sala de medicamentos e sala de observação, novos leitos, entre outros equipamentos médicos. Além disso, está sendo realizada a reforma da ala do tomógrafo e a da UTI neonatal, no valor de R\$ 333 mil. A previsão é que o tomógrafo do Hospital Regional do Seridó seja instalado em dezembro de 2019, tornando o hospital de Caicó um dos mais modernos e equipados do Rio Grande do Norte.

O território Agreste Litoral Sul também foi beneficiado pelas obras de reforma e ampliação do Hospital Regional Monsenhor Antônio Barros, na área de Rede de Urgência e Emergência (RUE). Localizado em São José do Mipibu, esse hospital recebeu um investimento de R\$ 1,7 milhões. O hospital conta com diversas salas especializadas sendo: 3 ginecológicas; 11 obstétrica cirúrgica; 37 obstétrico clínico; 5 pediátrico clínico. Entre janeiro a agosto de 2019 foram realizados 1.251 atendimentos. O Potengi também já está se beneficiando pelas obras de reforma e ampliação da Rede de Urgência e Emergência (RUE) do Hospital Regional de São Paulo do Potengi, com um investimento de R\$ 1,7 milhões.

Para beneficiar a população mais carente da capital do Estado, está sendo realizada a reforma e ampliação dos leitos de UTI neonatal e pediátrica do hospital pediátrico Maria Alice Fernandes, no valor de R\$ 3,2 milhões. Esses investimentos proporcionarão ao hospital a alcunha de referência para todo o Estado no âmbito da assistência materno-infantil.

De outubro de 2018 ao outubro de 2019, foram investidos R\$ 790 mil em equipamentos médico-hospitalares para as unidades materno-infantil. Atualmente está em processo de aquisição diversos equipamentos para os leitos Neonatais, no valor de R\$ 1,2 milhão. Além do mais, serão realizados treinamentos dos profissionais de saúde da rede de atenção materno-infantil e da rede de atenção oncológica. Foi verificado que 87% dos partos da região foram de mulheres residentes na própria localidade, apontando diminuição do deslocamento das mulheres na busca desses serviços.

O Laboratório de Anatomohistocitopatologia é uma iniciativa do Governo do Estado que vem para possibilitar o acesso mais rápido ao diagnóstico para tratamento oncológico no RN, enfatizando o câncer de colo de útero e de mama. Sendo este um dos laboratórios mais modernos do país. A construção desse novo laboratório significa o alinhamento do Estado à sua efetiva obrigação, como controlador da qualidade dos exames citológicos, bem como o aumento da oferta de novos exames tipo: imuno-histoquímica, biópsias guiadas por agulhamentos; tudo isso em um ambiente arquitetonicamente inovador, de tecnologia avançada para a saúde pública e com uma equipe capacitada para prestação desses serviços. Além da conquista para a saúde preventiva e para o controle de qualidade e eficácia dos exames dos laboratórios que prestam serviço à rede estadual, este laboratório é um verdadeiro campo de pesquisa para o meio acadêmico. Atualmente está em fase final de execução da referida obra, no valor de R\$ 4,4 milhões.

Entendendo a necessidade e a complexidade para a aquisição e instalação de novos equipamentos dos Hospitais, do Laboratório de Anatomopatologia e Citopatologia e dos Centros de Referência

Oncológica, está em execução a Consultoria de engenharia clínica/biomédica especializada em assessoramento técnico na área equipamentos hospitalares para apoiar na aquisição dos bens. Desse modo, foram adquiridos os equipamentos de mobiliário e de TI para o laboratório de anatomohistocitopatologia, 2 centros oncológicos e 7 hospitais regionais de urgência e emergência, no valor de R\$ 1,1 milhão.

Também foram adquiridos equipamentos médicos para o laboratório de anatomohistocitopatologia e os centros oncológicos. Além disso, há a aquisição de 7 ambulâncias do tipo “b” de suporte intermediário que contam com sistemas fixo e portátil de oxigênio e ar comprimido, sistema de ventilação adequado (janelas), bancos, maca retrátil, prancha de resgate e cadeira de rodas dobrável para os hospitais regionais, e aquisição de um veículo automotor para o laboratório, totalizando R\$ 2 milhões.

No que tange aos investimentos em bens que estão sendo adquiridos, destacam-se os equipamentos do sistema de climatização para o laboratório e para os sete hospitais de urgência e emergência, no valor de R\$ 1,7 milhão, além da aquisição de mobiliário e equipamentos de TI para a SESAP no valor de R\$ 160 mil, e outra parte desses equipamentos que ainda estão sendo adquiridos, no valor de R\$ 888 mil.

Vale acrescentar que a gestão é um fator fundamental para a sustentabilidade de todos os investimentos realizados no âmbito da saúde, e esse aspecto vem sendo discutido continuamente e se encontra em processo de maturação. Nesse sentido, foi realizado em 2019 um seminário de Modelos de Gestão. Os participantes conheceram experiências de gestão adotadas em Goiás, no Maranhão e no Ceará, avaliaram resultados e debateram a viabilidade de aplicar esses modelos no Rio Ceará, avaliaram resultados e debateram a viabilidade de aplicar esses modelos no Rio Grande do Norte. Entre eles, a gestão hospitalar por empresa estadual, a formação de consórcios municipais e o serviço social autônomo, tendo em vista o reconhecimento da complexidade do setor e da necessidade de identificar alternativas eficientes para solucionar os desafios.

RESULTADOS PROCESSUAIS

PRINCIPAIS AÇÕES CONCLUÍDAS ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Reforma e Ampliação do Hospital Regional de Pau dos Ferros, do Seridó (Caicó), o Hospital Regional Monsenhor Antônio Barros, de São José do Mipibu, e o Hospital Regional de São Paulo do Potengi, totalizando R\$ 8,5 milhões;
- Aquisição de equipamentos médico-hospitalares (Tomógrafo Computadorizado) para estruturação tecnológica dos hospitais regionais Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia (Mossoró) e Hospital Regional do Seridó (Caicó) e para suporte das regiões 2^a, 6^a, 8^a e 4^a de saúde do RN. Valor: R\$ 2,8 milhões;
- Aquisição dos equipamentos médico-hospitalares para maternidades filantrópicas, estaduais e municipais no valor de R\$ 790 mil;
- Aquisição de mobiliário e equipamentos para o órgão central da SESAP e os equipamentos de TI, no valor de R\$ 160 mil;
- Aquisição dos equipamentos de mobiliário e equipamentos de TI para o laboratório, os dois centros oncológicos e sete hospitais de urgência e emergência no valor de R\$ 1,1 milhão;
- Equipamentos médicos para o laboratório de anatomohistopatologia e aquisição de veículo automotor. Aquisição de equipamentos médicos para dois centros oncológicos e de sete ambulâncias simples para os hospitais regionais, no valor de 2 milhões;

PRINCIPAIS AÇÕES EM EXECUÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Construção do Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia em Natal/RN, no valor de R\$ 4,4 milhões, com obra em fase de conclusão. O laboratório proporcionará à população acesso a um serviço laboratorial de qualidade, além de reduzir custo com serviços terceirizados relacionados a esse tipo de atividade;
- Reforma e ampliação dos leitos de UTI neonatal e pediátrica do Hospital Pediátrico Maria Alice Fernandes, no valor de R\$ 3,2 milhões;
- Construção do Hospital da Mulher, em Mossoró, no valor de R\$ 53,93 milhões, beneficiando a população do estado, proporcionando 20 mil atendimentos por ano, abrangendo 62 municípios dos territórios de Açú-Mossoró, Sertão do Apodi e Alto Oeste;
- Consultoria de engenharia clínica/biomédica especializada em assessoramento técnico na área de equipamentos hospitalares para apoiar na aquisição dos bens para as unidades de saúde contempladas no investimento do Projeto, no valor de R\$ 300.000,00;
- Reforma para tomógrafos e UTI neonatal do Hospital Regional Cleodon Carlos de Andrade, no valor de R\$334 mil;
- Aquisição de mobiliário e equipamentos para o órgão central da SESAP, no valor de R\$ 888 mil;
- Aquisição de equipamentos do sistema de climatização para o laboratório de anatomohistopatologia e os sete hospitais de urgência e emergência, no valor R\$ 1,7 milhão;
- Outra parte dos equipamentos médicos para o laboratório e os dois centros de referência em oncológicos, no valor de R\$ 219 mil;
- Equipamentos e utensílios de hotelaria hospitalar para o laboratório, os dois centros oncológicos e os hospitais regionais, no valor R\$ 195 mil;
- Aquisição de equipamentos para os leitos neonatais, no valor R\$ 1,2 milhão;

PRINCIPAIS AÇÕES EM LICITAÇÃO E TRAMITANDO PARA LICITAÇÃO EM 2019:

- Aquisição de equipamentos médicos hospitalares para laboratório, centro de referência e maternidades, no valor de 8 milhões;
- Aquisição de equipamentos médico-hospitalares (Tomógrafo Computadorizado) para estruturação tecnológica do Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade (Pau dos Ferros), no valor de R\$ 1,3 milhão, para suporte as regiões 2ª, 4ª, 6ª e 8ª de saúde do RN;
- Aquisição de instrumental cirúrgico para os hospitais de urgência e emergência, no valor de R\$ 1,4 milhão;
- Estão em fase de nova cotação de preços os equipamentos de TI para SESAP, no valor aproximado de R\$ 2,5 milhões;

PRINCIPAIS AÇÕES PREPARATÓRIAS EM 2019:

- Vão ser destinados em bens para o Hospital da Mulher, o total de R\$ 54,5 milhões, incluindo equipamentos médico-hospitalares, equipamentos de TI, veículos automotores, instrumental cirúrgico, ambulância tipo "uti" e uma ambulância simples, utensílios de hotelaria hospitalar. Além de utensílios diversos para área de estacionamento, manutenção, lavanderia, equipamentos para serviços de segurança, equipamentos para serviços de nutrição e

dietética, processamento, CME, farmácia e atendimento mobiliário, serviços de marcenaria, mobiliário sob medida e equipamento para comunicação e sonorização;

- Reforma e ampliação do Hospital Regional Nelson Inácio dos Santos, no município de Assú;



CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DA MULHER

Mossoró - RN



OBRAS DO LABORATÓRIO DE CITOPATOLOGIA

Natal - RN



REFORMA DO HOSPITAL REGIONAL DO SERIDÓ

Caicó - RN



TOMÓGRAFO DO HOSPITAL REGIONAL TARCISIO MAIA

Mossoró - RN

5.2. EDUCAÇÃO



TOTAL:
R\$ 179,67
MILHÕES INVESTIDOS

EXECUTADO	R\$ 43,91 MI (24%)
EM EXECUÇÃO	R\$ 88,08 MI (49%)
EM LICITAÇÃO	R\$ 47,25 MI (26%)
PREVISTO	R\$ 0,43 MI (0,2%)

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

O Projeto de Inovação Pedagógica (PIP) é um programa da Secretaria de Educação do Rio Grande do Norte voltado aos 4º, 5º e 6º anos do ensino fundamental e à 1ª série do ensino médio. Tem por objetivo reduzir as taxas de abandono e evasão e melhorar a aprendizagem, dado que o Rio Grande do Norte se situa dentre os estados com as piores estatísticas educacionais. Ele é composto por três pilares de referência: a autonomia da instituição em avaliar suas metodologias e propor soluções; assistência técnica pedagógica; e assistência financeira para adquirir os materiais pedagógicos. Todos os projetos foram pensados a partir de um dos dez Campos de Desenvolvimento do PIP: leitura e letramento, competência matemática, cultura e arte, comunicação, uso das mídias e cultura digital, iniciação científica e pesquisas, educação econômica e empreendedorismo, promoção da saúde, meio ambiente e sustentabilidade, além de cultura corporal, esporte e lazer.

Esse projeto foi realizado em 3 edições e está concluído. Foram investidos R\$ 13 milhões para beneficiar 397 escolas e 176 mil jovens, com a produção de pesquisas científicas e outras experiências pedagógicas exitosas que abrangeram desde componentes de cultura e arte à matemática, mídias digitais e leitura. Formação inicial e continuada de 1.588 profissionais das escolas.

Com a conclusão dessas edições foi possível proporcionar resultados expressivos na educação dos jovens beneficiados por esse projeto. Na Avaliação de Impacto experimental realizada pelo DIME/Banco Mundial somente para o PIP 2ª edição, foi verificado um impacto positivo e significativo desse projeto, no qual as escolas beneficiadas pelo PIP tiveram um aumento de 13% da aprovação dos alunos; uma melhora de 6% nas competências sócio emocionais em atividades relacionadas ao aprendizado; e ainda 5% na melhora da aprendizagem em Português e Matemática. Ainda

constatou-se que, além da melhoria no aprendizado, houve redução na repetência e redução da rotatividade dos professores das escolas participantes do PIP.

Ações inovadoras advindas do PIP, como a criação da Revista Geográfica GL, na Escola Estadual Graciliano Lordão, no município de Natal, conquistou o primeiro lugar na categoria estadual e regional do 11º prêmio Professores do Brasil, uma iniciativa do Ministério da Educação, direcionado aos professores de todo o país que tenham propostas inovadoras de ensino-aprendizagem. Através dos novos equipamentos do PIP e da sua metodologia interdisciplinar, que abraça diversas matérias e áreas diferentes, a Revista Geográfica GL pôde ser construída em conjunto com os vários professores e lançada na Mostra Cultura da escola. O PIP, nesta escola, foi direcionado à área de desenvolvimento da leitura e letramento, tendo como principal meta o desenvolvimento da criatividade, leitura, escrita e interpretação de texto tanto em Língua Portuguesa como nas outras disciplinas. Através do PIP, os alunos puderam vivenciar atividades dinâmicas, lúdicas, além de aulas de campo. A integração do trabalho dos alunos com o dos professores culminou no resultado da premiação.

Em suma, o PIP tem transformado vidas em todo o estado, com práticas inovadoras, desenvolvendo ações ligadas às áreas de interesse de alunos e professores, contribuindo com o processo de aprendizagem dos estudantes e dando autonomia para que as escolas realizem atividades mais adequadas às suas realidades, como oficinas de grafite, rodas de leitura, construção de laboratórios, o uso de tecnologias, mídias digitais, entre outros.

Além do PIP, vale ressaltar o investimento na construção de 6 escolas estaduais, além da reforma e ampliação de mais 40 escolas, totalizando 46 estabelecimentos escolares, com um investimento de R\$ 104,5 milhões. Essas escolas também contarão com investimento em equipamento e mobiliários, no valor de R\$ 38,7 milhões, beneficiando cerca de 20 mil alunos da rede pública estadual, em 35 municípios. Essas escolas estão atendendo uma demanda reprimida, gerando impactos sociais e ambientais positivos, oferecendo uma educação de qualidade, suprimindo as necessidades da comunidade, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Como por exemplo: a construção da escola indígena, na comunidade do Amarelão, em João Câmara, atendendo uma demanda reprimida; e da Escola Estadual Ivani Machado, em São Gonçalo do Amarante, que foi planejada dentro de critérios técnicos de sustentabilidade, com a utilização de energia solar e reuso de águas, visando à redução de custos de operação e manutenção.

Para prevenir e/ou minimizar qualquer impacto ambiental ou social adverso durante as reformas nas escolas onde as aulas foram mantidas mesmo com as intervenções, a Secretaria Estadual de Educação e Cultura e o Governo Cidadão elaboraram um folder educativo e um jogo de tabuleiro, a partir das diretrizes e políticas de salvaguarda do Banco Mundial.

Outra ação que está mudando a realidade de muita gente é a alfabetização de jovens e adultos agricultores, pessoas de comunidades indígenas e quilombolas, através do Projeto de Alfabetização com Qualificação Social e Profissional Educação no Campo. Com 100 turmas, cada uma delas com um alfabetizador e um técnico agrário, o projeto está beneficiando cerca de 2.500 trabalhadores e trabalhadoras do campo, em 29 municípios. Através de uma metodologia diferenciada que articula os saberes de suas vivências aos de qualificação social e profissional, visando o desenvolvimento sustentável dos sujeitos no campo, promovendo, assim, a inclusão social e econômica das famílias da área rural, beneficiárias deste Projeto. Contribuindo para a redução do índice de analfabetismo no estado, no incentivo à continuidade dos estudos, na ampliação das possibilidades de inserção ocupacional, na oportunidade de emprego e renda, por meio da execução de projetos produtivos inovadores que garantam a sustentabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar do RN.

O cuidado em preparar para o mercado de trabalho também é prioridade do projeto Governo Cidadão. Com investimento de R\$ 704 mil, foi feito um mapeamento da Educação Profissional que resultou na criação do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). A partir dele foi feito um planejamento com 30 cursos técnicos que serão implantados nas escolas de Ensino Médio com modalidade técnica e nos centros de educação. O objetivo é oferecer, além da educação básica, qualificação profissional aos jovens, aumentando suas chances de empregabilidade.

O RN é o primeiro estado do Nordeste a possuir um documento de Diretrizes e Matrizes Curriculares Pedagógica da Rede Estadual de Educação Básica, objetivando a implantação de uma matriz curricular unificada em toda rede estadual de ensino do RN, o que melhora e equaliza a qualidade da educação básica no Estado. Este documento foi entregue ao Conselho Estadual de Educação e está sendo implantado em toda a rede de ensino, marcando a educação potiguar como parâmetro para o ensino nas escolas públicas e privadas do estado, orientando os educadores quanto às competências e habilidades a serem desenvolvidas em sala de aula.

Outros resultados, tão positivos quanto esses, também estão sendo colhidos a partir de investimentos em estudos que vão desde a análise da realidade, com a proposição de articulação dos sistemas de ensino estado-município, às referências básicas para a organização do trabalho pedagógico nas escolas estaduais do RN, passando pela observação da dinâmica em sala de aula por parte dos professores, utilizando o método Stalling, com o objetivo de mapear as realidades da rede estadual de ensino do RN. Objetiva-se executar o plano de implementação RBOTP nas escolas da rede estadual de ensino com apoio da plataforma MOODLE (IFESP).

Por fim, destaca-se o fortalecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através da realização de 39 oficinas para a formação de gestores escolares, técnicos da SEEC, SEPLAN, EMATER, FETRAF e FETARN.

RESULTADOS PROCESSUAIS

PRINCIPAIS AÇÕES CONCLUÍDAS ATÉ OUTUBRO 2019:

- Primeira, Segunda e Terceira edição do Projeto de Inovação Pedagógica (PIP), no valor de R\$ 13 milhões, para beneficiar 397 escolas e 176 mil jovens, tendo como objetivo de reduzir o abandono e evasão escolar;
- Construção, reforma e/ou ampliação de 07 escolas, no valor de R\$29,6 milhões, melhorando assim a infraestrutura escolar da rede estadual de ensino;
- Realização do mapeamento da Educação Profissional, resultando na criação do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI). A partir dele foi feito um planejamento com 30 cursos técnicos que serão implantados nas escolas de Ensino Médio com modalidade técnica e nos centros de educação. O investimento foi de R\$ 704 mil;
- Contratação de Consultoria Especializada para Pesquisa de Observação da Sala de Aula com base na Metodologia Stallings, no valor de R\$ 394 mil. Utilizando uma metodologia de observação da dinâmica da sala de aula, com o objetivo de mapear as realidades da rede estadual de ensino do RN;
- Construção de Diretrizes e Matrizes Curriculares da Rede Estadual de Educação Básica, objetivando a implantação de uma matriz curricular unificada em toda rede estadual de ensino do RN, o que melhora e equaliza a qualidade da educação básica no estado. Nessa ação foi investido R\$ 2,3 milhões.

PRINCIPAIS AÇÕES EM EXECUÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Alfabetização dos Agricultores Familiares, com qualificação social e profissional, seguindo identificação das cadeias produtivas, no valor de R\$3,3 milhões. O objetivo dessa ação é reduzir o analfabetismo da população rural através da alfabetização de 2.500 agricultores familiares, em 29 municípios do estado, com garantia mínima de 30% das vagas para as mulheres;
- Construção, reforma e/ou ampliação de 20 escolas, no valor de R\$ 42,7 milhões, melhorando assim a infraestrutura escolar da rede estadual de ensino.

PRINCIPAIS AÇÕES EM CONTRATAÇÃO EM 2019:

- Construção, reforma e/ou ampliação de 19 escolas, totalizando R\$32 milhões, melhorando assim a infraestrutura escolar da rede estadual de ensino.

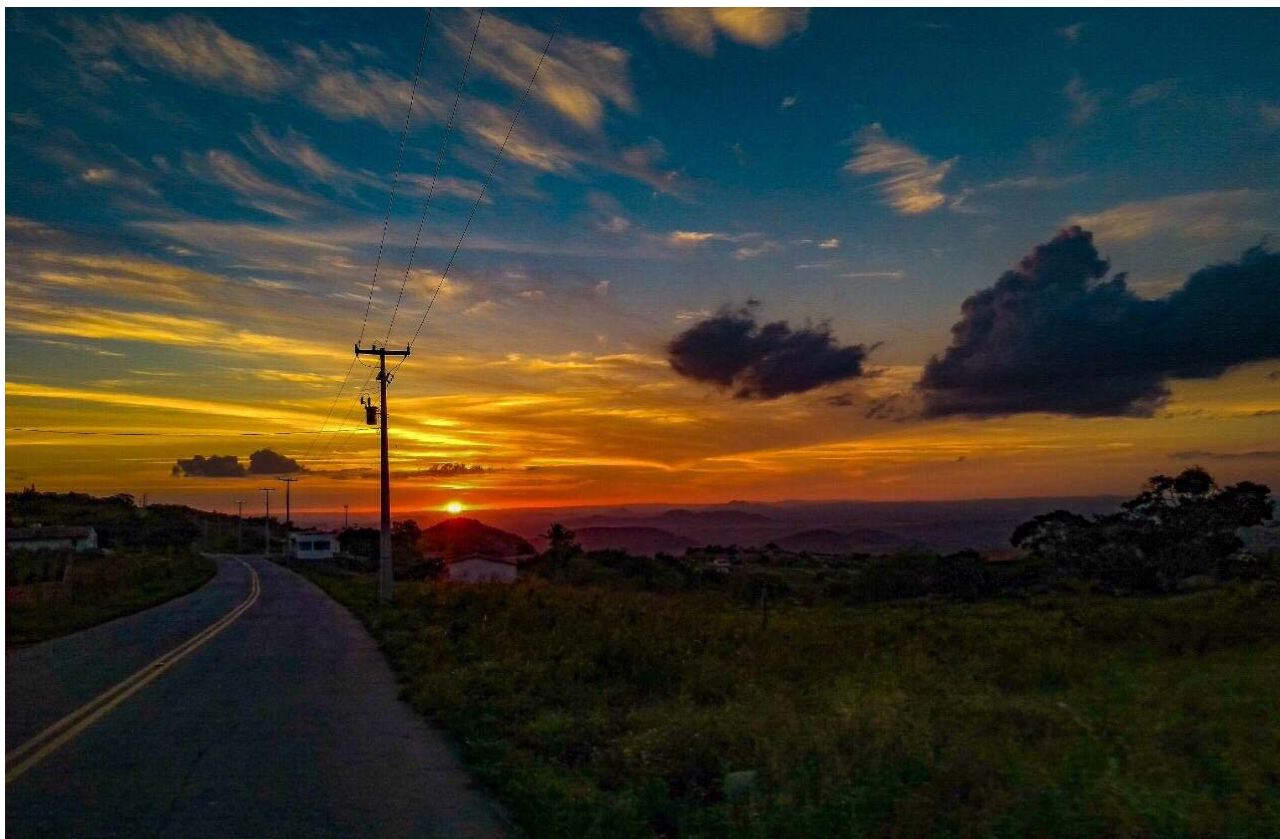
PRINCIPAIS AÇÕES EM LICITAÇÃO E TRAMITANDO PARA LICITAÇÃO EM 2019:

- Aquisição e instalação de diversos bens e equipamentos para as 46 escolas a serem construídas, reformadas e/ou ampliadas, além dos laboratórios de informática de 51 escolas, e de equipamentos para estruturar a SEEC e DIREDs, no valor de R\$ 46,4 milhões.

1º LUGAR – MELHOR FOTOGRAFIA

Aluna Michely Karine, da Escola Estadual Joaquim Torres (evento em parceria com a SETUR)

Serra de São Bento - RN

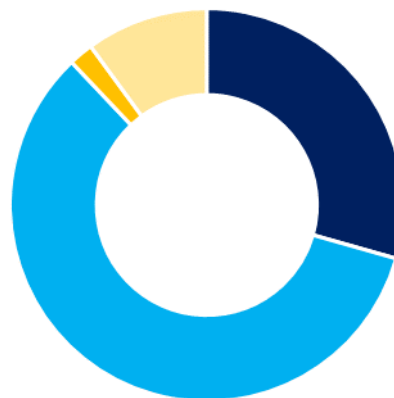




ESCOLA INDÍGENA DO AMARELÃO

João Câmara - RN

5.3. AGRICULTURA E PESCA



TOTAL:
R\$ 93,14
MILHÕES INVESTIDOS

EXECUTADO	R\$ 27,37 MI (29%)
EM EXECUÇÃO	R\$ 54,54 MI (59%)
EM LICITAÇÃO	R\$ 1,87 MI (2%)
PREVISTO	R\$ 9,36 MI (10%)

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

Ações desenvolvidas pelo Comitê Gestor de Inclusão Produtiva Rural

Em 2019 foi criado o Comitê Gestor de Inclusão Produtiva Rural, composto pelos secretários de estado (Secretaria de Gestão de Projetos Articulação Institucional – SEGRI –, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar – SEDRAF –, e Secretaria da Agricultura da Pecuária e da Pesca - SAPE) e diretores dos institutos de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN) e de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER), e da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), com o objetivo de discutir as ações de fortalecimento da agricultura familiar, executando investimentos de forma integrada com Projeto Governo Cidadão e as ações do estado.

Essa articulação aborda os seguintes temas: capacitações, orientações, fiscalizações, certificações, produção integrada e fortalecimento das parcerias para dar sustentabilidade aos projetos. Estão sendo discutidos: o processo de certificação sanitária (brucelose e tuberculose) dos rebanhos dos produtores de leite vinculados às queijeiras que almejam comercializar artesanalmente; a atualização do cadastro dos fornecedores de leite e discussão da estratégia de acompanhamento e controle sanitário do rebanho; a execução do Projeto Estruturante de Fortalecimento da Pecuária Leiteira – evento territorial para divulgação do Programa de Produção e Conservação de Forragens e realização do cadastramento dos beneficiários do Programa do Feno; a realização de feiras e eventos integrados nos municípios de São Paulo do Potengi, Caicó, Currais Novos, Caraúbas, Lages, Mossoró, Natal e Parnamirim; a discussão de ações para o fortalecimento da Central da Agricultura Familiar (CECAFES); a execução integrada do Projeto Estruturante de Recuperação do Perímetro Irrigado do Baixo Açu (DIBA).

No Comitê Gestor de Inclusão Produtiva Rural, é destacado a discussão do SELO ARTE. A partir da Lei nº 13.680, de 14 de junho de 2018, do Ministério da Agricultura, que possibilita os produtos de origem animal produzidos artesanalmente (queijos, embutidos, pescados, mel, dentre outros) a serem comercializados livremente em qualquer parte do território nacional, eliminando entraves burocráticos. Dentro desse paradigma, a Lei Estadual de Nivardo Melo, nº 10.230 de 07 de agosto de 2017, está alinhada com essa discussão que busca garantir mercados para os agricultores familiares que almejam a certificação de produto artesanal. Portanto, essa articulação é vista como estratégica, pois cabe ao estado do Rio do Grande do Norte definir as cadeias produtivas. Nesse momento, a Lei Nivardo Melo definiu os critérios para a produção artesanal dos queijos de coalho e de manteiga e da manteiga de garrafa. Dessa forma, a política está sendo articulada desde o início para que os beneficiários dos subprojetos de inclusão produtiva que almejam expandir seus mercados, via certificação de produto artesanal, sejam incluídos, partindo dos investimentos orientados nessa cadeia.

Viabilidade dos investimentos no âmbito da inclusão produtiva

Com objetivo de garantir a viabilidade dos investimentos nas cooperativas as quais as queijeiras são vinculadas (Edital nº 5/2017), estão sendo articuladas diversas parcerias.

Foi realizado o treinamento de 37 agricultores familiares, junto ao Centro de Tecnologia do Queijo, no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), no Campus Currais Novos, qualificando os beneficiários em boas práticas de fabricação de queijos e doces e na produção de queijos frescos para ampliação do mix dos seus produtos. A discussão sobre proposta de capacitação junto ao IFRN será de forma continuada. Outra ação que está sendo desenvolvida são as análises de rotina do leite e derivados junto com a Escola Agrícola de Jundiá da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EAJ/UFRN).

Além de cursos na área de inclusão produtiva, em parceria com IFRN e EAJ/UFRN. No que tange o acesso a mercados, está propiciado a inserção dos beneficiários dos subprojetos em feiras locais, nacionais e internacionais e eventos.

Com o objetivo de desburocratizar, dar mais transparência e segurança às licitações dos investimentos, foi desenvolvido o aplicativo SOL (Solução Online de Licitação), criado para ser uma ferramenta digital para baratear e agilizar as compras feitas pelas associações beneficiárias do Projeto Governo Cidadão e, posteriormente, sua futura aplicação para as demais licitações do estado do Rio Grande do Norte. As organizações poderão abrir os processos a partir do preenchimento dos dados, e o aplicativo vai permitir a realização e o acompanhamento gerencial de todas as etapas, garantindo o menor preço para a aquisição, priorizando a aplicação dos recursos na economia local e o cumprimento de todos os requisitos legais de forma automatizada e transparente.

Nesse intuito, foram realizadas capacitações com os beneficiários para orientá-los sobre todo o processo de utilização do aplicativo e realização das licitações, com a discussão sobre a utilização do sistema de compras que deverá ser implementado nas licitações das queijeiras. Foram postos em pauta temas como a disponibilidade de empresas e fornecedores, a distância entre as queijeiras beneficiadas e o melhor tipo de licitação a ser feita, se coletiva ou individual. Durante a Exposição Agropecuária do Seridó, em Caicó, os representantes das queijeiras vinculadas às duas cooperativas selecionadas pelo edital receberam mais uma capacitação sobre como deverão realizar as licitações dos investimentos.

No mês de abril de 2019, os técnicos da UGP e a UES-SAPE realizaram uma capacitação em prestação de contas para os beneficiários do Edital de Leite e Derivados, através da CAPESA e COAFS. O objetivo foi orientá-los sobre a forma inteligente de utilizar os recursos disponibilizados e como fazer corretamente a prestação de contas dos recursos depositados.

O edital está em plena execução, gerando diversas oportunidades para o queijo potiguar, o qual teve um marco interessante nesse primeiro semestre de 2019, quando o queijo do Seridó, mais precisamente de Tenente Laurentino, foi convidado para participar da 4ª edição da Mondial Du Fromage – Et Des Produits Laitiers, em Tours, na França, representando os queijos de coalho e de manteiga potiguar. O queijeiro Lucenildo Firmino e a pesquisadora Adriana Lucena representaram o RN na competição que envolveu 38 países.

Durante a última missão do Banco Mundial - Inclusão Produtiva foram visitados 11 subprojetos. O foco das visitas foi o levantamento dos dados referentes aos custos e receitas, incluindo depreciação e indicadores de análise financeira (margem bruta e líquida) nas mais diversas cadeias produtivas, perpassando a produção primária às unidades de beneficiamento. O objetivo era realizar uma análise financeira participativa, onde esclarece as oportunidades, mas também os riscos dos investimentos para os beneficiários, além de definir os pontos que precisam ser abordados pelas instituições do estado para garantir a sustentabilidade dos investimentos. O resultado foi a construção da metodologia de análise econômico-financeira que servirá com dois objetivos centrais: garantir a viabilidade dos investimentos; e a construção da linha de base para a avaliação de impacto desses subprojetos. O resultado da análise financeira será compartilhado com os membros da equipe de inclusão produtiva, em um arquivo excel, e será realizada uma videoconferência webex para discutir o diagnóstico e os desdobramentos da aplicação da metodologia. Além desse esforço, a consultoria em Gestão de Cooperativas, desenvolvida por Gabriel Alfonso Zimath, apoia diversos subprojetos de forma participativa, garantindo a construção de uma metodologia que permite o manuseio de informações de gestão. Os resultados dessas atividades se mostram promissores, com o levantamento de informações de campo, os entraves veem sendo trabalhados. Dessa forma, pretende-se garantir que os subprojetos de inclusão produtiva se desenvolvam e garantam sua viabilidade.

Buscando o fortalecimento dos projetos de inclusão produtiva no acesso a mercados, estão sendo realizadas oficinas de construção participativa, lideradas pela equipe de comunicação da UGP, com as organizações beneficiárias dos projetos de inclusão produtiva, com o objetivo de criar e/ou repaginar a identidade visual de algumas associações. Os resultados alcançados foram: a elaboração da identidade visual da 1) ACLAP, que incluiu 3 reuniões com os associados e a elaboração do layout de embalagens dos produtos e uniformes; da 2) COOAFAM, onde foram realizadas 3 visitas, 5 reuniões, incluindo a elaboração da logomarca da polpa de fruta, layout das embalagens e sacolas; da 3) Associação Santa Tereza, onde foi desenvolvida o layout das embalagens dos produtos e uniformes.

A agricultura familiar conta com outros espaços de comercialização, como as exposições do Circuito Estadual de Exposições Agropecuárias, realizadas pelo Governo do Estado em parceria com as prefeituras e associações de criadores. Nelas, criadores, produtores, artesãos, pecuaristas e agricultores podem expôr e negociar o que têm de melhor.

Também foram ofertados cursos de capacitação em diversas áreas — oficinas de beneficiamento de derivados do leite, de corte de suínos, caprinos, ovinos, dentre outras, em parceria com o Sebrae e Senai. No segundo semestre de 2019, foram apoiadas as exposições de Mossoró (Festa do Bode), de Lajes (ExpoLajes), de Parnamirim (Festa do Boi) e a Fenacam (Feira Nacional do Camarão), em Natal.

Resultados alcançados na execução do Manejo Integrado de Pragas e Produção e Conservação de Forragem

A execução das ações previstas no Manejo Integrado de Pragas (MIP), junto às organizações produtivas da cadeia da fruticultura irrigada, está tendo diversos resultados positivos. Essas ações estão sendo desenvolvidas através da parceria da EMATER com a EMBRAPA Tabuleiros Costeiros, promovendo capacitações dos técnicos, supervisores e articuladores do Projeto Governo Cidadão e técnicos da EMATER que estão acompanhando os subprojetos e agricultores beneficiários. Foram realizadas várias oficinas durante as sete jornadas de atualização em Manejo Integrado de Pragas, ministrada pelo consultor/instrutor: Marcos Moreira, da Embrapa Tabuleiros Costeiros – Sergipe/AL.

Dentro do MIP foram concluídas diversas atividades no período de maio a outubro de 2019. No mês de maio, foi realizada a oficina, em Natal, na qual participaram, aproximadamente, trinta técnicos (EMATER – Governo Cidadão). No período de junho aconteceram as visitas técnicas às unidades de produção e reuniões no DIBA, em Alto do Rodrigues, em Boa Cica e Lagoa do Boqueirão, em Touros. Em julho ocorreu a realização de duas oficinas de formação técnica da equipe da EMATER, uma em Assú, outra em Natal. Nessa ocasião participaram vinte e cinco profissionais, houve a jornada do MIP, no DIBA, em Alto do Rodrigues, e em Punaú, no município de Rio do Fogo. Nessas duas atividades participaram aproximadamente oitenta e dois técnicos e agricultores. No mês de agosto, foi realizada uma oficina técnica com produtores de manga no Vale do Assú, na UERN, em Assú, com quase cinquenta produtores e técnicos. Nessa jornada de campo no DIBA, em Alto do Rodrigues, e duas outras em Touros, em Boa Cica e Lagoa do Boqueirão, onde participaram quase noventa técnicos e agricultores. Em setembro, houve a realização de quatro jornadas – uma em Assú, outra em Mossoró e duas em Touros, no período de 17 a 20. No mês de outubro foram realizadas jornadas no Território Açú-Mossoró e Mato Grande, totalizando cento e trinta participantes. Foram feitas articulações pela direção da EMATER com a EMBRAPA das regiões de Tabuleiros Costeiros, sede em Aracajú, além da EMBRAPA Semiárido, sede em Petrolina, e da EMBRAPA Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas. Ambas já disponibilizaram pesquisadores expert que estão participando das oficinas como professores, além de estarem envolvidos na elaboração da estratégia e na programação das atividades do MIP. Também participaram das últimas atividades o Instituto Federal de Ipangaçu e pesquisadores da EMPARN.

Os resultados alcançados na execução do MIP, estão além das expectativas. O trabalho contou com técnicos da EMATER, ATER, equipe técnica do Projeto Governo Cidadão e diversos beneficiários dos subprojetos próximos. Ao todo participaram 554 pessoas. Dessa forma, os produtores se dispõem a realizar o monitoramento das pragas e a adoção de metodologia específica para o seu combate. Portanto, é possível manter a produtividade das áreas de lavoura e reduzir o uso de agrotóxico, aumentando a segurança alimentar, acessando mercados novos para agricultura familiar, contribuindo para desenvolvimento econômico e social das regiões semiáridas.

Dentre as ações previstas pelo Projeto de Fortalecimento da Pecuária Leiteira, merece destaque a Produção e Conservação de Forragem, no qual a EMATER, EMPARN e o Projeto Governo Cidadão estão fortalecendo a pecuária do Rio Grande do Norte com a oferta de volumoso para os rebanhos. Foram distribuídas quase três milhões de raquetes-sementes de palma forrageira (Orelha de Elefante Mexicana, Miúda ou Doce) tolerantes à cochonilha do carmim; produção e comercialização de 234 mil fardos de feno do capim Tifton 85 a preços subsidiados; e disponibilização de máquinas para produção e armazenamento de silagem. Somente no primeiro semestre de 2019 foram armazenadas 24 mil toneladas de silagem, que atenderam 560 agricultores familiares e médios produtores em 59 municípios. A ação ainda inclui um processo educativo continuado a ser oferecido aos agricultores familiares, que terão condições de ser responsáveis, ano a ano, por seu próprio suporte forrageiro.

Resultados alcançados pelo Projeto de Fortalecimento da Pecuária Leiteira Caprina e Bovina.

Houve, durante o período de 2018 a 2019, a aquisição de caprinos e bovinos, com o objetivo de promover o melhoramento genético do rebanho (inseminação) de cabras leiteiras, através da distribuição de kits de inseminação aos produtores capacitados pelo projeto, da comercialização de reprodutores nascidos das matrizes que foram adquiridas e da formação de inseminadores de bovinos e caprinos. Também foram adquiridos diversos maquinários, equipamentos e insumos visando o fortalecimento da pecuária leiteira caprina e bovina do Estado no RN.

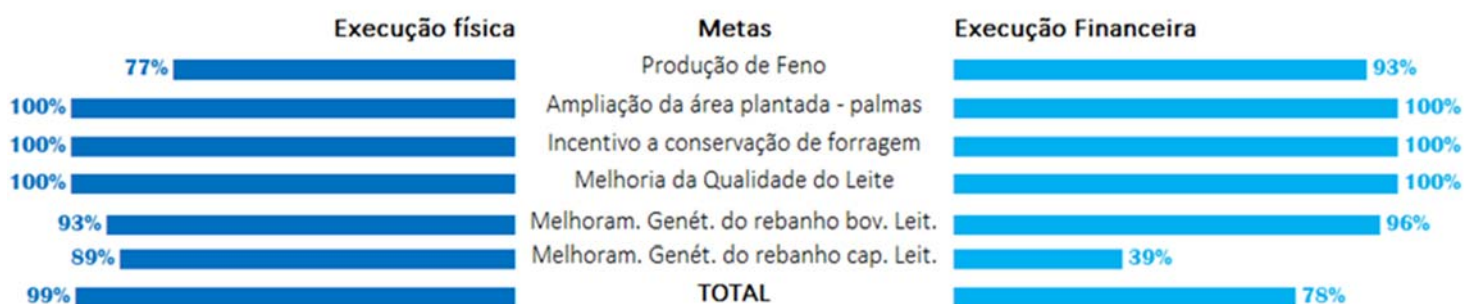
Existem mais de 400 bens e equipamentos a serem adquiridos para o Projeto de Fortalecimento da Pecuária Leiteira e que serão destinados às fazendas da EMPARN e escritórios regionais da EMATER-RN, somando cerca de R\$ 7,11 milhões. Desses, a maioria já foi entregue (435 bens, equivalente a 93%), sendo pago um total de R\$ 5,46 milhões (77%). Dos outros 35 itens restantes, 24 (69%) já estão licitados e em fase de entrega dos bens.

Se forem considerados os itens que são de distribuição para os beneficiários diretos desse projeto (raquetes de palma e tanques de resfriamento), esse montante total passa a ser de 2.760.470 itens/equipamentos, a R\$ 7,8 milhões. Desses, 2.760.435 já foram entregues (99,99%), e R\$6,2 milhões foram pagos (79%).

No tocante ao alcance físico dos objetivos do Projeto de Fortalecimento da Pecuária Leiteira, das 6 metas, 3 já foram física e financeiramente concluídas – isto é, foram licitadas, entregues à EMPARN/EMATER-RN e pagas aos vencedores do certame licitatório. São elas: o incentivo à conservação de forragem (aquisição de veículos, máquinas e equipamentos); a melhoria da qualidade do leite (aquisição de tanques de resfriamento); e a ampliação da área plantada com palma tolerante a cochonilha do carmim (aquisição de raquetes de palmas miúdas e orelha de elefante). Outra meta com consideráveis avanços é o Melhoramento Genético do Rebanho Bovino Leiteiro (93% executado fisicamente e 96% financeiramente), com destaque para a aquisição de kits de inseminação e de matrizes e reprodutores. Destaca-se, ainda, a meta relacionada à produção de feno (86% executado fisicamente e 93% financeiramente). No tocante às metas físicas, todos os resultados foram satisfatórios. A meta que necessita de um reforço maior é a de Melhoramento Genético do Rebanho Caprino Leiteiro, pois representa um aporte de recursos financeiros consideráveis (aproximadamente R\$ 2,6 milhões), tendo sido executado 92% fisicamente e 42% financeiramente, grande parte desse resultado podendo ser relacionado ao cancelamento do contrato da empresa CLN, empreiteira responsável pela reforma e construção dos galpões e centros de manejo. No mais, é válido salientar que, mesmo que uma meta apresente uma boa execução física e financeira, ainda há outros aspectos a serem observados, como é o caso dos tanques de resfriamento e das raquetes de palma, uma vez que foram entregues à EMPARN/EMATER-RN, e estas foram distribuídas para beneficiários diretos após validação da demanda.

O Gráfico abaixo demonstra a situação atual da execução física e financeira de cada uma dessas 6 metas. Para maiores detalhes dessa análise, vide o 3º Relatório Síntese de Acompanhamento do Projeto de Fortalecimento da Pecuária Leiteira (Versão Preliminar).

Gráfico 3 – Execução física e financeira, segundo metas do Projeto de Fortalecimento da Pecuária Leiteira Caprina e Bovina.



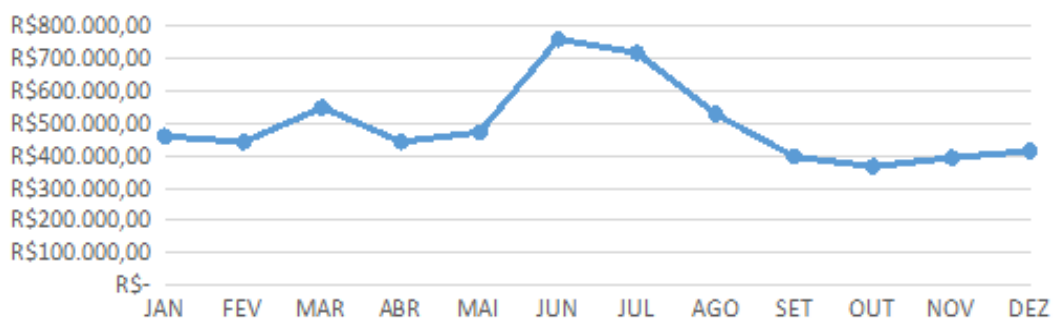
Central de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (CECAFES)

A obra da CECAFES já foi concluída e está em plena operação. Composta de 36 boxes e 50 barracas, beneficia diretamente 1.200 agricultores familiares, ocupando uma área de cinco mil metros quadrados ao lado da Ceasa/RN, a Central possui área construída de 2,7 mil metros quadrados e 78 vagas de estacionamento.

A Central está sendo administrada pela Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (Cooafarn), juntamente com o Comitê Gestor da CECAFES, que é composto por representantes da SAPE, EMATER e pelo conjunto dos permissionários. Conta ainda com apoio financeiro e logístico da EMATER, SAPE e SEDRAF, que custeiam parte das despesas básicas com energia e água, garantindo assim o funcionamento do espaço.

Os dados oferecidos no PLANO DE SUSTENTABILIDADE DA CECAFES demonstraram que, somado todas as mercadorias que são vendidas nas bancas, boxes e restaurantes, bem como a todas as mercadorias, a qual os espaços da CECAFES são usados como ponto de apoio logístico e/ou breves armazenamentos, circulam em média, por ano, R\$ 5.9 milhões reais em produtos, conforme gráfico abaixo, com maiores volumes associados com períodos de festividade junina. Dessa forma, está superando suas expectativas de vendas nos últimos anos.

Gráfico 2 – Circulação de Recursos e Mercadorias na CECAFES



Fonte: Dados fornecidos pela gestão da CECAFES, 2019. PLANO DE SUSTENTABILIDADE CECAFES (Versão Comitê Gestor) SEDRAF/SEARA, EMATER/RN e COAFARN/CECAFES.

Parte considerável, cerca de 60%, é resultado de vendas diretas realizadas via CECAFES e pelos permissionários em suas bancas e boxes. Um aspecto importante que devemos considerar é que, para muito além da venda direta, a CECAFES tem colocado produtores e suas organizações em contato e com estrutura para acessar mercados governamentais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição Alimentos (PAA), sendo uma janela de oportunidade para novos negócios.

A CECAFES está atuando em diversas frentes para atingir novos mercados através de diversos objetivos e metas, sendo destacados a seguir: fortalecimento da ação de comunicação e do marketing da CECAFES, onde está em desenvolvimento o plano de mídia em redes sociais como uma estratégia de fidelização de clientes; desenvolvimento de ferramentas de TI para interação comercial da CECAFES com consumidores via aplicativo celular; e, por fim, a realização de quatro feiras semanais na região metropolitana de Natal.

O espaço de comercialização via CECAFES é bastante promissor, garantindo o escoamento da produção oriunda do interior do estado para o maior mercado consumidor na região metropolitana de Natal. Dessa forma, a integração de todas essas ações visa garantir uma menor distância entre o produtor da agricultura familiar e seus consumidores. Promovendo geração de empregos, renda, melhorando a qualidade dos mercados e elevando o padrão de desenvolvimento econômico.

Outras ações

O Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN) está empenhado na erradicação da brucelose e da febre aftosa, doenças que comprometem a viabilidade econômica da pecuária no estado. Um dos alvos do trabalho sanitário é o projeto de regularização das queijeiras, desenvolvido pelo Governo do Estado junto ao Projeto Governo Cidadão. O objetivo das campanhas de conscientização e vacinação é certificar como 'livres de tuberculose e brucelose animal' as propriedades fornecedoras do leite usado na fabricação dos queijos.

Em paralelo, as ações do IDIARN também avançam para que o RN seja certificado com o status de 'livre da febre aftosa sem vacinação'. Há anos o Rio Grande do Norte luta para retirar a obrigatoriedade da vacinação dos rebanhos — e um dos resultados esperados é a valorização comercial dos rebanhos potiguares e a diminuição dos custos na pecuária. A expectativa é que, finalizada a campanha deste ano, o estado possa conquistar o novo status já em 2020.

O IDIARN realiza outros programas e ações para modernizar a gestão sanitária dos rebanhos, assegurar a saúde e a qualidade dos animais, fortalecendo a cadeia produtiva da pecuária potiguar.

Foram adquiridos dois veículos (Van) adaptados para atuar como unidade móvel de apoio ao Instituto de Defesa e Inspeção Sanitária (IDIARN). Vale salientar que as vans foram licitadas em 2016, porém foram entregues para uso em setembro de 2017.

Tabela 2 – Execução das atividades desenvolvidas pelo IDIARN

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	2016/2017	2017/2018	% DE CRESCIMENTO
Fiscalização e controle do comércio, transporte, uso, armazenamento e destino final das embalagens vazias de agrotóxicos	31	92	197
Fiscalização do trânsito interestadual de vegetais e animais, seus produtos e subprojetos	1707	7849	360
Fiscalização da certificação fitossanitária de origem	689	986	43
Fiscalização da vacinação durante e após as campanhas	6673	6766	1
Atuação técnica educativa (Palestra, reuniões, dia de campo, entre outras)	59	173	193

Fonte: Relatório de execução 2019 do Projeto de Fortalecimento das Ações de Defesa e Inspeção Agropecuária Executado pelo IDIARN

Portanto, ao analisar os quantitativos de atividades desenvolvidas nos últimos anos, vê-se que os resultados esperados foram alcançados. Com isso, o projeto está contribuindo com a garantia dos padrões e normas vigentes no país e nos acordos internacionais com a sanidade e qualidade higiênico-sanitária, proporcionando às cadeias agroprodutivas do estado uma maior competitividade e abertura de novos mercados.

Houve, durante o período de 2018 a 2019, uma ampla capacitação de servidores e técnicos da EMATER/EMPARN, IDIARN, UES-SAPE e UGP em temas ligados a desenvolvimento sustentável e melhorias de produção para fortalecimento da pesquisa e extensão. Destaca-se, ainda, a participação em feiras agropecuárias e rodadas de negócios com a participação de agricultores familiares, proporcionando a oportunidade de novos negócios firmados e a criação de vínculos produtivos, visando sempre o desenvolvimento rural seguro e sustentável do RN. Os resultados foram 16 atividades impactando 2447 pessoas aproximadamente.

Foi executada, quase na totalidade, o projeto estruturante da recuperação do Perímetro Irrigado Osvaldo Amorim (DIBA), no valor total de R\$ 8,34 milhões. A continuidade da ação está em processo de tramitação, onde será prevista a execução no próximo ano. As obras contemplam a recuperação e/ou construção de canal adutor principal, a ampliação da rede elétrica trifásica, subestação elétrica, reservatórios e outros investimentos importantes para ampliação das áreas irrigadas. Com essa intervenção governamental estratégica, ocorrerá a ampliação das áreas irrigadas mediante o incremento de 3 mil hectares, os quais foram divididos em lotes empresariais

e para a agricultura familiar (construídos nesta segunda etapa), promovendo muitas oportunidades e ampliando o alcance da cadeia produtiva da fruticultura irrigada com forte intervenção na área social, dobrando a oferta de emprego, trabalho e renda sobre os atuais dois mil e quinhentos empregos diretos já existentes. Estimam-se investimentos na ordem de R\$ 60 milhões por novas empresas e irrigantes que ali se instalarem. Os benefícios vão além do perímetro. Os municípios de Alto do Rodrigues (7,5Km do DIBA), Pendências (12Km), Ipanguaçu (16Km), Carnaubais (15Km), Assu (40Km) e Macau (40Km) também serão favorecidos.

Na área da meteorologia, foram instalados 100 telepluviômetros e 15 plataformas de coleta de dados, do Projeto de Ampliação e Modernização do Serviço de Meteorologia da Emparn, que tem como objetivo geral dar maior agilidade e precisão ao monitoramento, geração e divulgação de dados meteorológicos, previsão do tempo, previsão climática e produtos para melhor planejamento para a agricultura, pecuária, turismo, entre outros.

O projeto, orçado em R\$ 3.8 milhões com recursos do Banco Mundial, já está em execução, faltando finalizar a parte lógica (Sistema de TI) para a total integração e operacionalização do sistema.

Panorama geral: subprojetos inclusão produtiva UES-SAPE

Por fim, destacamos a execução dos subprojetos vinculados a UES-SAPE. No que concerne a Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE) estão em execução 84 subprojetos, visando o fortalecimento das cadeias produtivas da apicultura, cajucultura, agricultura irrigada, leite e derivados, fruticultura irrigada e pescado através do apoio financeiro de R\$ 62 milhões e de assistência técnica às organizações da agricultura familiar, com objetivo de propiciar a inclusão produtiva em áreas rurais e urbanas e o acesso a mercados que se dará a partir da modernização e diversificação dos sistemas de produção, adequação das agroindústrias, melhoria da produtividade, transformação, legalização, classificação, padronização, beneficiamento, armazenamento, logística e comercialização de produtos, observando o atendimento das exigências ambientais e sanitárias, possibilitando o aumento da competitividade e acesso a novos mercados com o objetivo de incrementar postos de trabalho e de renda, a sustentabilidade ambiental, econômica e da gestão do empreendimento, assim como o aumento da segurança alimentar e a melhoria do acesso a mercados, gerando benefícios diretos às 5.440 pessoas no estado, haja vista que os investimentos são estratégicos para o desenvolvimento econômico e social das regiões semiáridas, contribuindo para a dinamização e diversificação da economia, o aumento do PIB regional, a geração de empregos, aumento da renda per capita e retenção de migrantes.

Na cadeia da apicultura está sendo executado um projeto piloto com 05 subprojetos, em 02 municípios do território do Sertão do Apodi, beneficiando diretamente 363 pessoas, totalizando um investimento de quase R\$ 3 milhões. Iniciativa fundamental para o território e para o estado que já demonstrou seu potencial, quando se considera os volumes exportados de mel, a abrangência da atividade no estado, presente em mais de 80% dos municípios, sua relevância ambiental, e o valor comercial e nutricional dos diversos produtos das abelhas, objetivando dinamizar a economia local e beneficiar os municípios com maiores problemas relacionados ao baixo nível de rendimento econômico, à vulnerabilidade social e à degradação ambiental.

Na cadeia da cajucultura está sendo executado um projeto piloto com 06 subprojetos, todos em fase de execução final de obras, em 03 municípios do território do Sertão do Apodi, beneficiando diretamente 438 pessoas, totalizando um investimento de R\$ 2,6 milhões. Esse piloto torna-se fundamental para o apoio desta cadeia, pois a mesma vinha passando por fragilidades de produção e comercialização, devido a grande estiagem dos últimos anos, entretanto ainda possui relevante papel na economia do estado. O financiamento de um projeto piloto para a cadeia do caju traz os

benefícios de um investimento feito de forma orientada e acompanhada, por meio de intervenção nos diversos elos da cadeia, com presença marcante da agricultura familiar, promovendo a inclusão social, produtiva e a organização principalmente da forma de comercialização.

Na cadeia da agricultura irrigada está sendo executado um projeto piloto com 02 subprojetos, ambos em fase final de execução, prestando conta das últimas parcelas do convênio, que contempla 01 município do território Açú-Mossoró, beneficiando diretamente 125 pessoas, totalizando um investimento de R\$ 2 milhões para uma das mais importantes cadeias do estado. Propiciando novos investimentos para a agricultura familiar, com modernização da produção através da compra de modernos equipamentos que aumentaram a produtividade e a renda da regional.

A regularização sanitária das agroindústrias das cadeias da apicultura, cajucultura, fruticultura, leite e derivados, ovinocaprinocultura e pescado do estado é extremamente necessária para a comercialização dos produtos no âmbito estadual, nacional e internacional. Para atender a esta demanda eminente, estão em execução 35 subprojetos, com apoio financeiro de R\$ 18 milhões e apoio técnico às organizações da agricultura familiar através da adequação das agroindústrias existentes, tornando-as aptas a receberem o registro sanitário (legalização). Contempla 28 municípios do estado, beneficiando diretamente 2.353 pessoas. Visa também o incremento de postos de trabalho e de renda, a sustentabilidade ambiental, econômica e da gestão do empreendimento, assim como o aumento da segurança alimentar e a melhoria do acesso a mercados.

A reestruturação da cadeia produtiva de leite e derivados do estado também está sendo realizada através da melhoria da produção primária, do beneficiamento e da comercialização dos produtos, com o investimento de R\$ 23 milhões por meio de 8 subprojetos. Contemplam 20 municípios do estado, beneficiando diretamente 680 pessoas, por meio da adequação da estrutura física do empreendimento, aquisição de máquinas e equipamentos, logística de transporte, comercialização e capacitação. Recentemente, buscou-se diversas parcerias com instituições de ensino e pesquisa para fomentar as capacitações dessa cadeia, destacando a elaboração do curso de produção em derivados lácteos junto ao Centro de Tecnologia do Queijo (IFRN), como também a integração com a Escola Agrícola de Jundiá (UFRN) que oferece as análises de rotina do leite e seus derivados. Estão sendo desenvolvidos atividades na articulação de feiras locais, nacionais e internacionais que rederam a promoção de intercâmbios de alguns beneficiários.

Visando o fortalecimento da cadeia produtiva da fruticultura irrigada da Agricultura Familiar, estão em execução 28 Subprojetos, contemplando 12 municípios do Estado, beneficiando diretamente 1.441 pessoas. Totaliza um investimento de R\$ 14 milhões, com objetivo de estimular a produção primária, o beneficiamento e a inserção dos produtos no mercado que se dará a partir da modernização e diversificação dos sistemas de produção (vegetal). Ademais, a melhoria da produtividade, transformação, legalização, classificação, padronização, beneficiamento, armazenamento, logística e comercialização de produtos, observando o atendimento das exigências ambientais e sanitárias, possibilitando o aumento da competitividade e acesso a novos mercados. Haja vista que investimentos em irrigação são estratégicos para o desenvolvimento econômico e social das regiões semiáridas, contribuindo para a dinamização e diversificação da economia, o aumento do PIB regional, a geração de empregos, aumento da renda per capita e retenção de migrante.

RESULTADOS PROCESSUAIS

PRINCIPAIS AÇÕES CONCLUÍDAS ATÉ 2019:

- Recuperação (reforma) da Central de Comercialização dos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar – desembolsado R\$ 702.692,91. Benefícios sociais: 1) disponibilização de espaço em condições adequadas de salubridade para os pequenos agricultores do estado comercializarem seus produtos; 2) proporcionar estreitamento entre consumidores e produtores, reduzindo a participação dos atravessadores na cadeia de comercialização; 3) oferta de alimentos frescos e orgânicos à região metropolitana de Natal; 4) ocupação de espaço urbano não utilizado, contribuindo para a redução da vulnerabilidade da área. Benefícios econômicos: 1) inclusão produtiva e geração de renda para os agricultores; 2) agregação de valor aos produtos; 3) possibilidade de alianças comerciais para escoamento da produção; 4) redução dos custos de transporte e armazenamento; 5) integração dos produtores e troca de experiências possibilitando melhoria na produção; 6) geração de postos de trabalho direto e indireto; 7) aumento da arrecadação de impostos;
- Entrega de 2 vans, para inspeção do IDIAR. Benefícios sociais: 1) garantia dos padrões e normas vigentes no país e nos acordos internacionais da sanidade e qualidade higiênico-sanitária. Benefícios econômicos: 1) inclusão produtiva e geração de renda para os agricultores; 2) proporcionar as cadeias agroprodutivas do estado uma maior competitividade e abertura de novos mercados;
- Fortalecimento da pecuária leiteira, bovina e caprina do RN, através da elevação das reservas forrageiras, melhora genética do rebanho leiteiro e melhoria da qualidade do leite. Em especial, já foram adquiridos, entregues e pagos materiais permanentes, matrizes caprinas e bovidos, além de máquinas/equipamento agrícolas para a pecuária leiteira, no total de R\$6,2 milhões (inserido, aqui, somente os bens/equipamentos em processo de execução, podendo, inclusive, já serem entregues);
- Elaboração da identidade visual das associações ACLAP, COOAFAM e SANTA TEREZA;
- Entrada de 2 milhões de raquetes-sementes de palma forrageira (Orelha de Elefante Mexicana, Miúda ou Doce); produção e comercialização de 234 mil fardos de feno do capim Tifton 85 a preços subsidiados e disponibilidade de máquinas para produção e armazenamento de silagem. Somente no primeiro semestre de 2019 foram armazenadas 24 mil toneladas de silagem, que atenderam 560 agricultores familiares e médios produtores em 59 municípios;
- 16 atividades que incluem capacitações, mobilização e divulgação que impactaram diretamente 2.447 pessoas.

PRINCIPAIS AÇÕES EM EXECUÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Fortalecimento da pecuária leiteira, bovina e caprina do RN, através da elevação das reservas forrageiras, melhora genética do rebanho leiteiro e melhoria da qualidade do leite. Para tanto, será construído e/ou reformado diversos estabelecimentos, tais como: o centro de formação de inseminadores; galpões para armazenamento de feno; e centros de manejo de matriz e de reprodutores de caprino. Também será adquirido materiais permanentes, além de máquinas/equipamento agrícolas para a pecuária leiteira, no total de R\$7,8 milhões (inserido, aqui, somente os bens/equipamentos em execução);

- 5 subprojetos de iniciativa de Negócios Sustentáveis - Piloto da Apicultura (Edital 104/2014), contemplando 02 municípios do estado, beneficiando diretamente 107 pessoas, sendo 27 mulheres e 15 jovens, totalizando um investimento de R\$ 2,95 milhões (esse valor inclui a contrapartida dos beneficiários, que não são computados como valor do Acordo de Empréstimo);
- 6 subprojetos de iniciativa de Negócios Sustentáveis - Piloto da Cajucultura (Edital 105/2014), contemplando 03 municípios do estado, beneficiando diretamente 129 pessoas, sendo 39 mulheres e 10 jovens, totalizando um investimento de R\$ 2,67 milhões (esse valor inclui a contrapartida dos beneficiários, que não são computados como valor do Acordo de Empréstimo);
- 2 subprojetos de iniciativa de Negócios Sustentáveis - Piloto da Agricultura Irrigada (Edital 106/2014), contemplando 01 município do estado e beneficiando diretamente 37 pessoas, sendo 20 mulheres e 01 jovem, totalizando um investimento de R\$ 2,1 milhões (esse valor inclui a contrapartida dos beneficiários, que não são computados como valor do Acordo de Empréstimo);
- 35 subprojetos de iniciativas de Negócios Sustentáveis de Inclusão Produtiva (Apoio ao Registro/Alvará Sanitário das Agroindústrias da Agricultura Familiar- Edital 4/2015), de regularização sanitária e acesso a mercado em cadeias prioritárias: fruticultura irrigada, pescado, leite e derivados, ovinocaprinocultura, cajucultura e apicultura, contemplando 29 municípios do estado, beneficiando diretamente 692 pessoas, sendo 355 mulheres e 119 jovens, totalizando um investimento de R\$ 18,4 milhões (esse valor inclui a contrapartida dos beneficiários, que não são computados como valor do Acordo de Empréstimo);
- 8 subprojetos de iniciativas de Negócios Sustentáveis de Inclusão Produtiva e 39 queijeiras (apoio à cadeia produtiva de leite e derivados da agricultura familiar – Edital 5/2017), contemplando 20 municípios do estado, beneficiando diretamente 200 pessoas, sendo 63 mulheres e 28 jovens, totalizando um investimento de R\$ 22,6 milhões (esse valor inclui a contrapartida dos beneficiários, que não são computados como valor do Acordo de Empréstimo);
- 28 subprojetos de iniciativas de Negócios Sustentáveis de Inclusão Produtiva (Apoio à Cadeia Produtiva da Fruticultura Irrigada da Agricultura Familiar – Edital 6/2017), contemplando 12 municípios do estado, beneficiando diretamente 424 pessoas, sendo 109 mulheres e 35 jovens, totalizando um investimento de R\$ 13,7 milhões (esse valor inclui a contrapartida dos beneficiários, que não são computados como valor do Acordo de Empréstimo);
- Recuperação da infraestrutura do perímetro de irrigação Osvaldo Amorim - Etapa I. No valor de R\$8,34 milhões, essa ação pretende gerar 7.000 empregos diretos e indiretos. O perímetro irrigado atualmente está dividido em duas etapas. A primeira etapa contempla lotes da área piloto, em Alto do Rodrigues, e a segunda etapa, em Afonso Bezerra. Na etapa situada no município de Alto do Rodrigues, existem lotes que são destinados a produtores familiares, também chamados de “microempresários”, a técnicos, engenheiros agrônomos e empresários;
- Modernização e desenvolvimento do Monitoramento Hidrometeorológico, Climático e Agrometeorológico do Rio Grande do Norte, para o desenvolvimento e aquisição de plataformas de coleta de dados, telepluviômetros e geradores para dar suporte à EMPARN, no valor total de R\$5,4 milhões;
- Manejo Integrado de Praga impactou diretamente 554 pessoas;
- Desenvolvimento da ferramenta de análise-econômica dos subprojetos de inclusão produtiva, junto com a equipe da UGP, UES-SAPE, EMATER e técnicos do Banco Mundial, Dias e Boris Sterk.
- Capacitação e assessoria em Gestão de Cooperativa, desenvolvida por Gabriel Zimart, em 10 subprojetos de inclusão produtiva;

- Construção da Avaliação de Impacto dos subprojetos de inclusão produtiva, junto com o consultor do Banco Mundial, Rafael Dantas.

PRINCIPAIS AÇÕES EM LICITAÇÃO E TRAMITANDO PARA LICITAÇÃO EM 2019:

- Aquisição de equipamentos de tecnologia da informação (TI) para estruturação do CERES, IDIARN, modernização hidrometeorológico e fortalecimento da pecuária, no valor de R\$540 mil;
- Elaboração da licitação das obras do Fortalecimento da Pecuária Leiteira, que incluem dois galpões em Ipanguaçu no valor de R\$ 689 mil; centros de manejo de matrizes e reprodutores, em Cruzeta, no valor de R\$ 174 mil; e reforma do Centro de Treinamento, em São Gonçalo do Amarante, no valor de R\$ 231 mil;
- Licitação dos equipamentos para o Projeto de Fortalecimento da Pecuária Leiteira. Aquisição de material de inseminação, de laboratório e estruturação nutricional, no valor de R\$ 97 mil; aquisição do material permanente, no valor de R\$142 mil
- Segunda Parte da Obra Estruturante da Recuperação do Perímetro Irrigado Osvaldo Amorim (DIBA);



OBRAS NO PERÍMETRO IRRIGADO OSVALDO AMORIM

DIBA, Alto dos Rodrigues - RN



FORTALECIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA

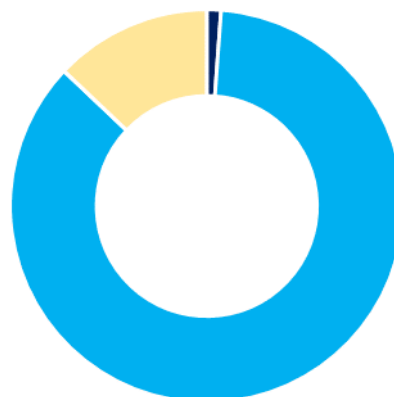
Entrega das Mudas de Palma Forrageira – Carnaúba dos Dantas



FORTALECIMENTO DA PECUÁRIA LEITEIRA

Aquisição e entrega de equipamentos

5.4. ESTRADAS



TOTAL:
R\$ 183,76
MILHÕES INVESTIDOS

EXECUTADO	R\$ 2,14 MI (1%)
EM EXECUÇÃO	R\$ 157,86 MI (86%)
EM LICITAÇÃO	R\$ 0,00 MI (0%)
PREVISTO	R\$ 23,77 MI (13%)

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

Foram elaborados 12 projetos de engenharia, totalizando 232 km de estradas planejadas, que auxiliarão na logística e escoamento da produção do RN. Foram concluídos os estudos e projetos do corredor norte/sul ao Aeroporto Governador Aluizio Alves, o que promoverá uma melhoria no acesso ao aeroporto de Natal. Além da elaboração dos estudos e projetos da Estrada da Produção, aperfeiçoando a logística e escoamento da produção na região.

Atualmente estão sendo executadas 219 km de estradas, distribuídas em 8 obras. Dessas, 2 estão concluídas, são elas: [1] a RN 160 (São Gonçalo do Amarante – Macaíba) com 18 km; e a [2] RN 063 (Acesso a Tabatinga – Barreta), com 8km. As demais obras estão em fase final de execução, são elas: [3] a RN 118 (Jucurutu-Caicó), com 55km de estrada; [4] a RN 016 (Carnaubais), com 57km; [5] a RN 015 (Baraúna – Estrada do Melão), com 19km; [6] a RN 011 (Serra do Mel – Estrada da Castanha), com 31km; [7] a RN 087 (Cerro-Corá – Lagoa Nova), com 22km; e a [8] RN 307 (Genipabu), com 9km.

Toda essa execução totaliza R\$ 148,7 milhões investidos em melhorias no escoamento da produção de diversos artigos agropecuários e minerais, bem como no fortalecimento da infraestrutura rodoviária turística do estado. Nesse contexto, destaca-se, ainda, a consultoria contratada para apoio à supervisão socioambiental e das obras de estradas, garantindo, dessa forma, a plena execução desses investimentos, respeitando todos os aspectos técnicos de engenharia, de segurança de trabalho, além das salvaguardas socioambientais preconizadas pelo Banco Mundial.

RESULTADOS PROCESSUAIS

PRINCIPAIS AÇÕES CONCLUÍDAS ATÉ OUTUBRO DE 2019:

Elaboração de estudo e projetos de engenharia para implantação e pavimentação de estradas, no valor de R\$ 852,8 mil, melhorando a logística e escoamento de produtos agrícolas das regiões de Assu-Mossoró, em especial na produção apícola e na fruticultura irrigada;

Elaboração de estudos e projetos do acesso norte/sul ao Aeroporto, com o objetivo de melhorar o acesso ao Aeroporto Governador Aluizio Alves, localizado no município de São Gonçalo do Amarante. No valor de R\$ 968,2 mil;

Elaboração de estudos e projetos da Estrada da Produção, aperfeiçoando a logística e escoamento de produção na região, localizada no município de São Gonçalo do Amarante, no valor de R\$ 318,5 mil;

Conclusão das obras de pavimentação das estradas RN 160 (São Gonçalo do Amarante – Macaíba), com 18 km, no valor de R\$ 14,6 milhões; e RN 063 (Acesso a Tabatinga – Barreta), com 8km, no valor de R\$ 7 milhões.

PRINCIPAIS AÇÕES EM EXECUÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

Implantação e pavimentação de 6 rodovias, totalizando 193 km de estradas e R\$127,1 milhões a serem investidos;

Supervisão das estradas (obras e socioambiental), no valor de R\$3,4 milhões.



RN-307

PRAIA DE GENIPABU / EXTREMOZ

5.5. RECURSOS HUMANOS



TOTAL:
R\$ 32,51
MILHÕES INVESTIDOS

EXECUTADO	R\$ 14,30 MI (44%)
EM EXECUÇÃO	R\$ 11,21 MI (34%)
EM LICITAÇÃO	R\$ 0,00 MI (0%)
PREVISTO	R\$ 7,00 MI (22%)

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

O Projeto adquiriu um Datacenter Container para a SEARH, no valor de R\$ 4,24 milhões. Através da instalação desse Datacenter e da capacitação dos servidores, é possível criar condições ideais para o aperfeiçoamento das atividades de TI, contribuindo para a melhoria da segurança e qualidade do gerenciamento do sistema e armazenamento de dados do estado.

Também foram adquiridos diversos equipamentos para modernização da coordenação do patrimônio público do estado do RN. Com essas aquisições, pretende-se estruturar, reorganizar e atualizar a gestão dos documentos, o que proporciona uma melhoria dos serviços prestados à população pelo Estado do Rio Grande do Norte e da melhoria da gestão de grande parte dos recursos públicos administrados pelo estado. Mais especificamente, através desse equipamento, é possível facilitar a regularização dos imóveis do Governo do Estado, e, com isso, poderá contribuir para a diminuição dos gastos de recursos com aluguel e facilitar a alienação de imóveis sobre os quais não exista mais interesse em serem mantidos no patrimônio público estadual. Em outras palavras, essa ação proporcionará uma economia de recursos públicos para o RN.

Destaca-se, ainda, as capacitações realizadas até 2019 junto com a Escola de Governo, algumas inclusive em parceria com o ENAP, nas áreas de gestão pública, administração pública, gestão de TI, gestão financeira, planejamento estratégico, orçamento, patrimônio, recursos humanos, compras governamentais, licitação, educação, gestão escolar e segurança pública. Nas áreas administrativa, financeira, e de gestão pública foram realizados treinamentos referentes aos seguintes cursos: contabilidade pública, finanças públicas, orçamento público, controle interno, procedimentos de tomada de contas especial, compras governamentais, licitações e contratos,

atualização e aprofundamento dos conhecimentos para servidores públicos envolvidos direta ou indiretamente nos procedimentos de licitações, contratações diretas, pregão eletrônico e SRP; patrimônio, gestão de materiais, gerenciamento de projetos, gestão de TI com conhecimentos atualizados quanto à temática de gerenciamento de processos, dentre outros que visam contribuir com a práxis profissional no âmbito de sua atuação institucional. Ao todo, foram ofertados 78 cursos/eventos/capacitações, para 8.876 participantes³.

É importante mencionar que estamos em plena execução do levantamento, cadastramento, regularização e registro do Patrimônio Imobiliário do Governo do Estado, no valor de R\$ 8 milhões, permitindo a elaboração de documentos adequados com vistas ao encaminhamento necessário à regularização da titularidade dos bens imóveis, e complementação dos registros existentes, possibilitando, assim, a viabilização da utilização de sistemas de tecnologia da informação do patrimônio imobiliário do Estado do Rio Grande do Norte. A execução está em reta final, faltam aproximadamente 450 imóveis a serem verificados. A equipe do Projeto revisou o planejamento da execução do contrato e constatou que não existem possíveis riscos associados.

Esse levantamento do patrimônio imobiliário do estado se justifica pela reduzida disponibilidade de recursos materiais, técnicos e financeiros existentes nos órgãos integrantes da Administração Pública Estadual, que militam na seara do patrimônio imobiliário, dificultando sobremaneira a identificação, avaliação, cadastramento e a regularização dominial dos bens imóveis pertencentes ao estado. Além disso, a falta de regularização traz ao Governo do Estado enormes dificuldades, dentre as quais podem ser mencionadas: gastos de recursos com aluguel; perda de consideráveis quantias em face da impossibilidade de obtenção de financiamentos externos (principalmente em âmbito federal); dificuldade na alienação de imóveis sobre os quais não exista mais interesse em ser mantidos no patrimônio público estadual, etc. Em decorrência da falta de uma gestão eficiente em diversos níveis, o estado tem perdido consideráveis recursos que poderiam ter sido revertidos em prol de melhorias para o patrimônio estadual.

A definição de política de RH e implementação de modelo de contratualização de resultados de nível 2 também é um investimento financiado pelo Projeto Governo Cidadão, no montante de R\$ 2,27 milhões. Essa ação está pautada na necessidade de implantar uma nova política de Recursos Humanos voltada para resultados, em que aumentaria substancialmente a capacidade de gestão pelo Governo. No entanto, é sabido que essa nova política não será por si só suficiente para assegurar a correção e/ou a unificação da legislação de pessoal, mas seria o começo de um novo estado, voltado para a valorização e qualificação dos seus servidores. Nesse momento, o investimento está em fase final de execução a equipe do projeto está avaliando o produto final da consultoria.

O Governo propôs a substituição do sistema de compras previsto no escopo do Projeto por uma solução integrada de mineração de dados analíticos, baseado na análise de NF-e, que pode ser usada para embasar tomada de decisão em compras, tributação, finanças públicas e em outras áreas. Com o investimento previsto de R\$ 7 milhões, essa ação promoverá a melhoria do monitoramento de operações fiscais com mercadorias, permitindo ação imediata e interrompendo a prática de ilícito fiscal, seja em operações de trânsito de mercadorias quanto em malhas fiscais eletrônicas. Promoverá o aperfeiçoamento da seleção de contribuintes por ter acesso às informações na fase preliminar da investigação fiscal, permitindo foco na recuperação do crédito tributário sonegado. Como também, o aperfeiçoamento na recuperação do crédito fiscal lançado, fornecendo informações de inteligência para a melhoria de eficiência para a cobrança administrativa

³ Foram excluídos desse cômputo as capacitações/eventos voltados a SETUR e a SAPE/SETHAS, uma vez que essas secretarias não fazem parte das capacitações gerenciadas pela UES-SEARH. Para visualizar todas as capacitações realizadas pelo Projeto no período de outubro de 2018 a outubro de 2019, vide anexo

e Dívida Ativa. E, por fim, avançar no acompanhamento e projeções do comportamento econômico dos agentes e seguimentos participantes da cadeia econômica e tributária do estado, controlando sua participação arrecadatória e aproveitamento de benefícios fiscais recebidos. Além de ações de âmbito tributário, o serviço de mineração de dados pode colaborar com a melhoria das compras governamentais, no controle de despesas públicas e no planejamento de ações de âmbito econômico/social.

RESULTADOS PROCESSUAIS

PRINCIPAIS AÇÕES CONCLUÍDAS ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Aquisição de equipamentos para modernização da Coordenação do Patrimônio Público do Estado do RN e realização de contratualização institucional dos resultados com todos os órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Valor: R\$ 365 mil;
- Aquisição do datacenter da SEARH e para o datacenter container, no valor de R\$ 4,24 milhões, melhorando a segurança e qualidade do gerenciamento do sistema e armazenamento de dados do Estado.

PRINCIPAIS AÇÕES EM EXECUÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Levantamento, cadastramento, regularização e registro do Patrimônio Imobiliário do Governo do Estado. Valor: R\$ 8 milhões;
- Definição de política de recursos humanos e implementação de modelo de contratualização de resultados de nível 2, no valor de R\$2,3 milhões. O investimento está em fase final de execução. Foi pago, até outubro de 2019, um valor de R\$ 1,5 milhão;
- Equipamentos para o datacenter contêiner, no valor de R\$ 4,5 milhões.

PRINCIPAIS AÇÕES EM LICITAÇÃO E TRAMITANDO PARA LICITAÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Sistema Integrado de Gestão (compras, patrimônio, frota, licitações, contratos e convênios, etc.). Consiste numa solução integrada e parametrizável de Tecnologia da Informação (TI) para suporte às atividades inerentes à gestão administrativa dos órgãos da administração direta e indireta do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Valor: R\$7 milhões.

5.6. SEGURANÇA



TOTAL:
R\$ 71,74
MILHÕES INVESTIDOS

EXECUTADO	R\$ 41,70 MI (58%)
EM EXECUÇÃO	R\$ 13,96 MI (19%)
EM LICITAÇÃO	R\$ 10,08 MI (14%)
PREVISTO	R\$ 6,00 MI (8%)

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

Foram adquiridos datacenters e treinamentos da equipe de TI, no valor de R\$ 3,2 milhões, proporcionando para equipe da SESED um ambiente computacional capaz de suprir a demanda atualmente existente, que é de manter em funcionamento os diversos sistemas de apoio à atividade policial, auxiliando no policiamento preventivo. Também houve treinamentos em técnicas de porte velado de armas, de prevenção e local do crime, de resistência às drogas, dentre outros, contribuindo para que os servidores públicos que atuam nas diversas áreas da segurança pública preventiva estejam aptos a agir com maior eficiência para minimizar os riscos aos próprios agentes de segurança e à sociedade como um todo.

O Projeto ampliou e atualizou a rede de rádio do CIOSP com a aquisição de rádios móveis digitais, com um investimento total de R\$11 milhões. A partir dessa ação, foi observado que o Programa de Rastreamento de Viaturas já atingiu o montante de 500 unidades móveis rastreadas dentro do Estado (Natal e Mossoró/RN), estando o município de Mossoró/RN e Região Metropolitana de Natal com 100% da frota rastreada. Esta ação garantirá o controle das atividades operacionais relacionadas às unidades móveis que atuam junto ao CIOSP, conforme ilustra a figura abaixo.

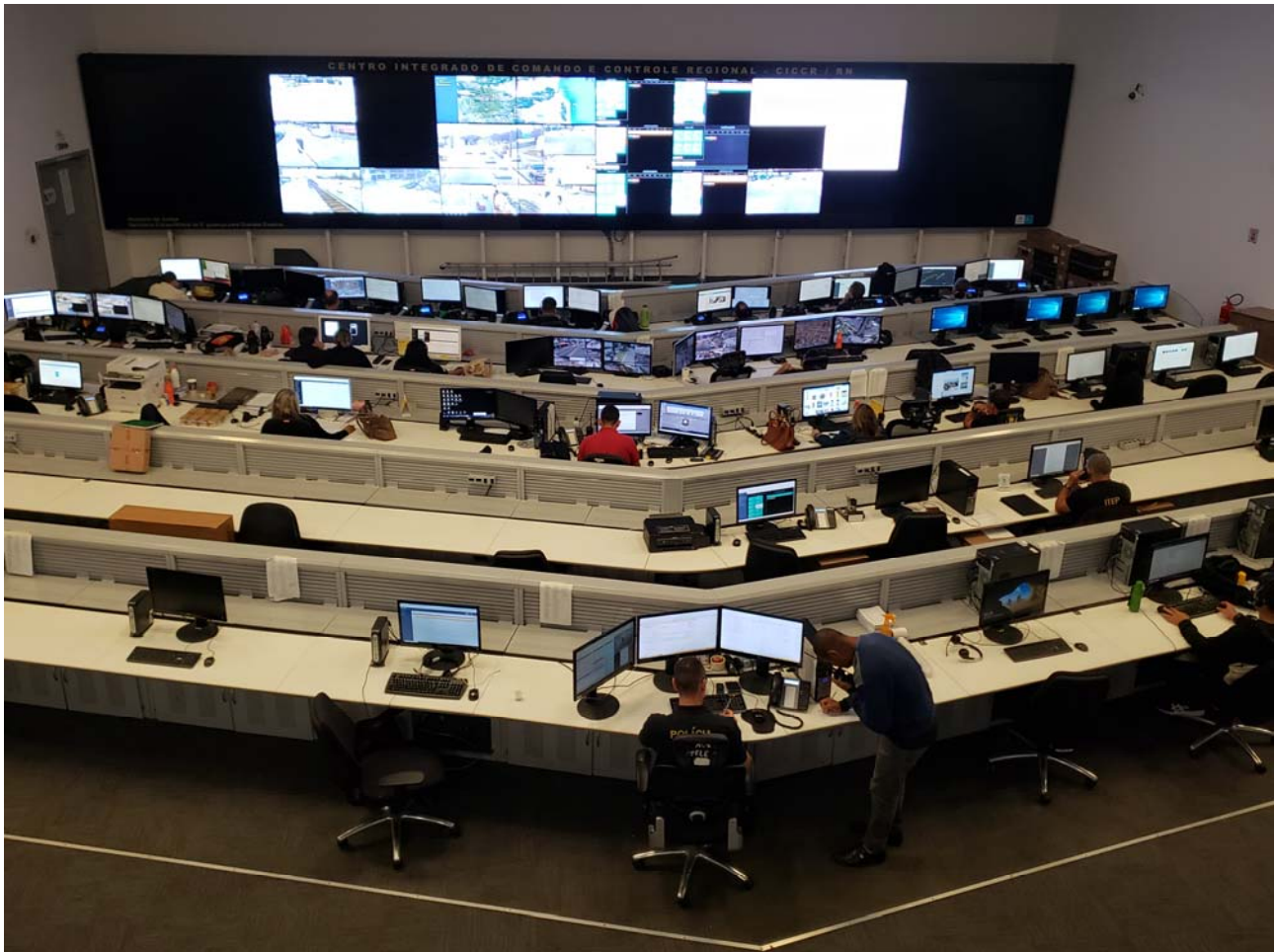


Figura 1: Ampliação do CIOSP

Fonte: Diretoria do CIOSP

Já foi executado, no valor de R\$ 7 milhões, a digitalização de parte do acervo civil e criminal, laudos de criminalística e IML do Instituto Técnico-Científico de Polícia (ITEP), o que minimiza a perda de documentos por arquivamento incorreto. Foi observado que houve sensível diminuição de acesso aos documentos originais, além de diminuir o passivo trabalhista do ITEP quanto a manipulação de documentos in natura (papel) e, principalmente, proporcionando em todos os aspectos uma melhoria significativa no atendimento ao cidadão.

Foi adquirido um (01) veículo tipo VAN, no valor de R\$ 147 mil, para deslocamento, além da confecção de materiais gráficos para a equipe dos municípios do Rio Grande do Norte ligados ao Projeto Cinema Itinerante e ao fortalecimento das ações realizadas pela Coordenadoria da Defesa dos Direitos da Mulher e das Minorias – CODIMM. Isso possibilitou a realização das ações de promoção de cidadania, fundamentais para que as pessoas consigam exercer seus direitos. Sendo o cinema uma ferramenta importantíssima, gera reflexões, produção de saberes, conhecimentos e o empoderamento. Constitui ainda a implementação de novas políticas públicas de segurança que venham a atender às mulheres e os grupos em situação de vulnerabilidade, como idosos, população LGBT, pessoas com deficiência e da raça negra ou que detenham qualquer outra condição que os tornem vulneráveis à violência e à discriminação. É difícil mensurar um número exato do público alcançado a partir do momento que começamos a utilizar o material gráfico para distribuir nos eventos realizados pela rede de atendimento à mulher e ações do projeto Cinema Itinerante, no entanto, podemos fazer uma estimativa superior a 25.000 pessoas.

Também houve a aquisição de uma Unidade Móvel (ônibus), no valor de R\$ 260 mil, para o fortalecimento das ações do Programa de Erradicação as Drogas (PROERD). Essa aquisição proporcionou uma ação educativa com relação à resistência às drogas às cidades não contempladas com o PROERD, visando atuar na prevenção ao uso de drogas e minimizar a violência escolar. Além disso, houve uma ampliação das ações do programa, através de capacitação para educadores, conselheiros tutelares, operadores de segurança e participantes da comunidade escolar para 36 municípios.

Foram adquiridos, ainda, 23 veículos tipo furgão para o Ronda Cidadã/Integrada, no valor de R\$4,5 milhões. Com o apoio desse investimento, em conjunto com uma série de ações desenvolvidas pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESED), e com a participação da Polícia Militar, Polícia Civil, Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Polícia Rodoviária Federal (PRF), a operação Ronda Integrada acontece em Mossoró, Natal e Região Metropolitana. Comparando os primeiros três meses do ano de 2018, em relação ao mesmo período de 2019, houve redução de 33% dos crimes violentos letais intencionais. Entre janeiro, fevereiro e março de 2018, o estado registrou 551 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), enquanto mesmo período de 2019, foram registrados 371 CVLIs.

Houve, ainda, diversas aquisições e entregas de equipamentos de TI (kits de computadores, impressoras, switches, servidores tipo rack, dentre outros), no valor de R\$ 14,8 milhões, com o objetivo de suprir a Secretaria de Segurança Pública e da Defesa Social do RN com o suporte tecnológico necessário para garantir a produtividade dos diversos setores constituintes como, por exemplo, o CIOSP. As aquisições fortaleceram o gerenciamento das operações integradas do Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Militar, fortificando as ações de segurança preventiva, melhorando a interatividade da comunidade e, nos demais setores da SESED, aprimorando a gestão de segurança pública com equipamentos mais atuais, proporcionando a confecção de documentos para envio e armazenando-os de forma digital, objetivando mais segurança, organização e controle do acervo de dados, aprimorando a comunicação entre o órgão e sociedade através de sistemas de informação mais eficientes, promovendo assim mais celeridade nas atividades de cada órgão no âmbito desta secretaria, abrangendo inclusive a região metropolitana e interior do estado. Em outras palavras, as diversas ações desenvolvidas pelo Projeto têm atuado como fator anticíclico no contexto da atual crise da segurança pública do estado, focando em ações preventivas de apoio ao cidadão.

RESULTADOS PROCESSUAIS

PRINCIPAIS AÇÕES CONCLUÍDAS ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Aquisição de um (01) veículo tipo VAN, para o deslocamento da equipe para os municípios do Rio Grande do Norte com o projeto Cinema Itinerante e para o fortalecimento das ações realizadas pela Coordenadoria da Defesa dos Direitos da Mulher e das Minorias (CODIMM), no valor de R\$146 mil;
- Expansão, atualização da rede de dados do CIOSP, e aquisição de rádios móveis digitais (sistema de radiocomunicação P25) para o CIOPS, no valor de R\$ 11 milhões;
- Aquisição de viatura técnica para suporte e manutenção ao videomonitoramento e rede de dados, no valor de R\$ 334 mil;
- Aquisição do datacenter e treinamentos da equipe de TI para a SESED, no valor de R\$ 3,2 milhões;
- Digitalização de parte do acervo civil e criminal, laudos de criminalística e IML do Instituto

- Técnico-Científico de Polícia (ITEP), no valor de R\$ 7 milhões;
- Aquisição de equipamentos de TI (kits de computadores) ligados à área de Segurança Pública, no valor de R\$14,8 milhões;
 - Aquisição de 57 veículos para a polícia civil, no valor de R\$3 milhões, objetivando otimizar o atendimento à população, tornando-o mais célere e proximal, trazendo resultados exitosos nas investigações, elucidações de delitos e na consequente redução dos índices de criminalidade;
 - Aquisição de sistema de coleta e gerenciamento de dados biométricos para confecção de Registro Civil para o Instituto Técnico e Científico de Polícia (ITEP), o que permitirá a emissão de carteira de identidade eletrônica, no valor de R\$ 859 mil;
 - Equipamentos de comunicação, de informática, de sinalização e de proteção individual para ações do Programa Ronda Cidadã, no valor de R\$ 1 milhão; aquisição de 23 veículos tipo furgão para Programa Ronda Cidadã, no valor de R\$ 4,5 milhões, visando a redução dos indicadores de crimes violentos, contra o patrimônio e associados ao tráfico de entorpecentes.

PRINCIPAIS AÇÕES EM EXECUÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Videomonitoramento para a Região Metropolitana de Natal, no valor de R\$ 7 milhões, para a prevenção do crime e automação no processo de identificação imediata e busca de irregularidades.

PRINCIPAIS AÇÕES EM LICITAÇÃO E TRAMITANDO PARA LICITAÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Interligação das unidades da SESED ao anel ótico da RMN, no valor de R\$9 milhões. LOTE 01 E 02 (antigo lote 10 e 14) - 05 Microcomputadores e estabilizadores para o ITEP;
- Elaboração de projetos de engenharia para a recuperação de postos de fiscalização, no valor de 186 mil; recuperação dos postos de fiscalização no valor de 6 milhões. Essas ações irão contribuir para a diminuição dos crimes fiscais e aumentarão a arrecadação do estado;
- Plano Estadual de Segurança Pública, no valor de 1 milhão.



BASES MÓVEIS

Entrega e operação de 23 bases



CAPACITAÇÃO DE BOMBEIROS

5.7. TURISMO



TUDO
COMEÇA
AQUI



TOTAL:
R\$ 101,90
MILHÕES INVESTIDOS

EXECUTADO	R\$ 80,14 MI (79%)
EM EXECUÇÃO	R\$ 20,63 MI (20%)
EM LICITAÇÃO	R\$ 0,00 MI (0%)
PREVISTO	R\$ 1,14 MI (1%)

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS ALCANÇADOS

O Projeto Governo Cidadão vem buscando o fortalecimento do turismo e da cultura estadual, através da promoção de festivais turísticos, rodadas de negócio, exposições, amostras regionais, bem como reformas de obras da cultura e de pontos turísticos importantes para o estado. Todas essas ações atuam no sentido de qualificar e fortalecer o estado como um importante destino turístico e na promoção da cultura.

Com relação às obras estruturantes para fortalecer o turismo do RN, destaca-se a conclusão da construção do Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) de Cerro-Corá. A obra do SES de São Miguel do Gostoso também está concluída, com 93% da área urbana do município saneada, restando as 434 ligações internas domiciliares à rede de esgotamento destinadas às famílias de baixa-renda. Essas obras totalizam R\$ 44,8 milhões e geraram mais de 800 empregos, dos quais 70% eram mão-de-obra local.

Na cultura, destaca-se a conclusão das obras do Memorial Câmara Cascudo, do Museu Café Filho, do Teatro Adjunto Dias, do Teatro Lauro Monte Filho, e da Biblioteca Câmara Cascudo, no valor de R\$ 7,1 milhões. Além dos estabelecimentos culturais já mencionados, estão em plena execução as obras de reforma da Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão (EDTAM) e Palácio do Governo (Pinacoteca), totalizando R\$ 7,5 milhões.

Salienta-se a restauração de dois monumentos históricos do RN financiados pelo Projeto e atualmente em execução, são eles: a Fortaleza dos Reis Magos e o Teatro Alberto Maranhão. No caso do centenário Teatro Alberto Maranhão, essa restauração abrange a mudança de todas as estruturas elétricas, hidráulicas e de acessibilidade do espaço, além de ações de combate a incêndio, esgoto, climatização e paisagismo, com completa reestruturação do palco, camarins e do espaço mais nobre: a caixa cênica (palco, camarins e ribalta). Com relação à Fortaleza dos Reis Magos, por se tratar de um imóvel histórico e tombado pelo IPHAN, a restauração requer cuidados especiais e deve manter as características construtivas originais, datadas de 1599. No total, essas

duas obras de importância ímpar para a história e cultura do RN somam um valor investido de R\$ 12 milhões.

No âmbito dos eventos estratégicos, podemos destacar a participação de feiras importantes como a feira internacional Vakantiebeurs de turismo da região do Benelux, que compreende Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Essa feira recebe mais de 100.000 visitantes⁴. A feira sempre reserva o primeiro dia para acesso exclusivo de profissionais e imprensa, mantendo os demais dias voltados prioritariamente ao público em geral. A região de Benelux possui aproximadamente 20 milhões de habitantes, sendo uma região com elevada renda per capita na Europa.

Também houve a participação do estado no Meeting Brasil, que se consolidou como uma atividade bem-sucedida para a divulgação de destinos, hotéis, receptivos e atrativos turísticos. Além desses, o Projeto financiou a participação da SETUR-RN em diversos outros eventos internacionais e nacionais, tais como: Bolsa de Turismo Lisboa, em Portugal; International Tourism Fair of Latin América (FIT), em Buenos Aires, Argentina; e World Travel Market América Latina, em São Paulo. Com essas divulgações, espera-se atrair turistas de diversas localidades do mundo e do Brasil, principalmente dos advindos da região sul e sudeste do país.

No fomento da cultura local, destaca-se o apoio do Projeto nos festivais Fest Bossa & Jazz, os Festivais Culturais e Gastronômicos de Pipa, Baía Formosa e São Miguel do Gostoso. Também foi financiado a 6ª Edição da Mostra de Cinema de Gostoso, no município de São Miguel do Gostoso, dentre outros eventos em todo RN.

Ao total, o Projeto financiou 22 eventos internacionais, nacionais e regionais no ano de 2019. Esses eventos configuram-se como uma importante prática para a promoção de bem-estar e difusão de novas possibilidades de desenvolvimento local, criando oportunidades pessoais e de negócios para a população que trabalha diretamente e indiretamente com o turismo. A difusão da informação turística é de grande relevância, pois influencia no fortalecimento do nosso produto turístico através da qualificação do destino, na forma que esse se propaga e na capacidade de gerar novas possibilidades de mercado. O resultado dessa divulgação turística garante a representatividade das regiões turísticas estaduais e a promoção e divulgação do turismo potiguar no exterior, além da promoção e fortalecimento dos nossos produtos oriundos da agricultura familiar do Estado e o artesanato local.

Todos esses investimentos financiados pelo Projeto Governo Cidadão têm atuado no sentido de atenuar os efeitos adversos que o turismo e a cultura do estado vêm enfrentando. Ao analisar os dados atuais, percebe-se que o aumento das passagens aéreas em julho de 2019 afugentou os turistas e provocou uma queda na ocupação hoteleira nos principais destinos turísticos estaduais⁵. Quando comparado aos números de julho de 2018, percebe-se que em 2019 houve uma redução do nível de ocupação hoteleira em Natal, de 76,2% em para 66,9%; em Pipa, de 62,8% para 59,8%; e em Mossoró, de 63% para 52%⁶. Apesar dessa queda, os números de 2019 ainda são melhores do que os registrados em anos anteriores (meados de 2016 e 2017), em que a ocupação média era de 47%⁷. No entanto, com a ação do Governo do Estado no sentido de reduzir o ICMS do querosene de aviação (QAV), além do apoio do Projeto Governo Cidadão na implantação do Plano Estratégico e de Marketing Turístico e nos eventos de divulgação turísticos, a expectativa é de melhoria dos indicadores do turismo⁸ nos próximos meses.

⁴ Fonte: Instituto Brasileiro de Turismo EMBRATUR, disponível em: <http://www.embratur.gov.br/>

⁵ Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte – ABIH/RN. Disponível em: <http://www.abihrn.com.br>

⁶ Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte – ABIH/RN,

⁷ Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte – ABIH/RN,

⁸ Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte – ABIH/RN. Ainda segundo a ABIH/RN, “Apesar da grave crise do País, a ocupação de Janeiro foi bastante positiva, mas devemos considerar que tal número só foi possível graças às ações de promoção e divulgação que fizemos em parceria com o Governo do Estado”. Além disso, com a nova política de redução do QAV, a

Com o objetivo de contribuir para a interiorização do turismo no RN, o Projeto Governo Cidadão investiu R\$ 3,4 milhões na confecção e instalação de placas de sinalização turística nos polos Serrano, Agreste-Trairi e Seridó, todos já executados. O projeto dessas obras foi elaborado de maneira participativa com os municípios e baseado em pesquisas da Embratur e do Ministério do Turismo, concluindo que um dos motivos para a deficiência de demandas turísticas internacionais deve-se à falta de sinalização. No total, foram sinalizados 11 municípios no Seridó, 11 no Polo Agreste-Trairi, 18 no Polo Serrano e mais 10 no Polo Costa Branca, esse último em fase de licitação.

Também foi elaborado o Plano Estratégico e de Marketing Turístico, que tem norteado o setor para os próximos 15 anos, com o desenvolvimento da marca turística “Tudo começa aqui”, baseada no pilar “relaxe”, “explore” e “desfrute”. O objetivo é dinamizar todos os municípios potiguares pertencentes aos cinco polos de turismo, com diretrizes para o fomento do setor através de uma farta base de dados e estudos levantados. Este plano demandou um ano e meio de elaboração, com visitas em todos os polos do estado, seminários, reuniões e levantamentos de dados. Os resultados obtidos com esse plano mostram que efetivamente houve uma ampliação do mapa turístico do RN, passando de 75 para 79 municípios de vocação turística entre os anos de 2017 a 2019. Nesse período, também houve mudança na composição desses municípios, em que 9 foram excluídos e outros 13 foram incluídos, distribuídos em cinco regiões do território potiguar⁹.

RESULTADOS PROCESSUAIS ALCANÇADOS

PRINCIPAIS AÇÕES CONCLUÍDAS ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Elaboração de Projeto Executivo de Sinalização Turística para os Polos Turísticos do Rio Grande do Norte - Serrano e Agreste/Trairi, e Elaboração Planejamento Estratégico e Marketing para o Turismo do Rio Grande do Norte, no valor de R\$ 2,9 milhões;
- Tetro Lauro Monte em Mossoró, Tetro Adjuto Dias em Caicó, Memorial Câmara Cascudo, Biblioteca Câmara Cascudo e Museu Café Filho no valor de R\$ 4,2 milhões;
- Equipamentos para climatização, mobiliário e plataforma vertical do Tetro Lauro Monte em Mossoró, Tetro Adjuto Dias em Caicó, Memorial Câmara Cascudo, Biblioteca Câmara Cascudo e Museu Café Filho, no valor de R\$1,58 milhões;
- Aquisição dos Equipamentos de TI para Fundação José Augusto, no valor de R\$ 346,6 mil;
- Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário de São Miguel do Gostoso, no valor de R\$ 27 milhões;
- Construção do Sistema de Esgotamento Sanitário de Cerro Corá, no valor de R\$ 17,8 milhões;
- Atualização e adequação do Projeto de Sinalização Turística dos Polos Costa Branca e Seridó a ser implementado. Valor: R\$ 134,9 mil. Destaca-se, ainda, as diversas campanhas de divulgação turística em revista de turismo de circulação regional, nacional e internacional;
- Confecção e Instalação de placas de sinalização Turística - Polos Serrano, Agreste-trairi e Seridó, no valor de R\$ 2,4 milhões;
- Equipamentos de Raio X e de segurança pórticos para o Aeroporto Dix-Sept Rosado, de Mossoró, no valor de R\$165,3 mil. Esses equipamentos são cruciais para propiciar o retorno

expectativa de oferta de assentos no Aeroporto de Natal terá aumento de 22,3%. A expectativa, segundo projeções da Federação do Comércio do Estado, é de movimentar cerca de R\$ 56,6 milhões na economia local”.

9 Fonte: Ministério do Turismo. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br>.

à atividade deste aeroporto, que tem capacidade de operar voos regionais e nacionais, viabilizando o recebimento de aviões de pequeno e médio porte como Boeings 737 e Fokkers 100.

PRINCIPAIS AÇÕES EM EXECUÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Reforma/restauração do Teatro Alberto Maranhão (TAM), da Fortaleza dos Reis Magos, Subestação do Memorial Câmara Cascudo, da Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão (EDTAM), e Palácio do Governo (Pinacoteca), no valor total de R\$ 19,3 milhões;
- Equipamento de Iluminação para a Biblioteca Câmara Cascudo, Mobiliário para o Museu café filho, EDTAM e Memorial Câmara Cascudo, Eletrodomésticos para o Teatro Adjuto Dias, no valor de R\$ 240 mil.

PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS, EM LICITAÇÃO E TRAMITANDO PARA LICITAÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Confeção e Instalação de Placas de Sinalização Turística - Polo Costa Branca, no valor de R\$ 978 mil;
- Eventos nacionais, no valor de R\$ 160 mil.





5.8. GESTÃO PÚBLICA



TOTAL:
R\$ 98,16
MILHÕES INVESTIDOS

EXECUTADO	R\$ 48,33 MI (49%)
EM EXECUÇÃO	R\$ 48,25 MI (49%)
EM LICITAÇÃO	R\$ 0,00 MI (0%)
PREVISTO	R\$ 1,57 MI (2%)

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

Segundo estudos da empresa Santos & Mayer, a Auditoria da Folha de Pagamento gerou uma redução imediata de R\$ 16 milhões na folha de pagamentos do Estado. O percentual de despesa com pessoal saiu de 50,28% para 48,39% dos gastos do Governo e a redução fez o Ministério Público do Estado suspender a recomendação feita anteriormente ao executivo para que fosse reduzido o valor da folha de pessoal. Cada ponto percentual de redução representa aproximadamente R\$ 8,1 milhões por mês de economia. Os relatórios da auditoria, elaborados pela referida empresa, detectaram irregularidades que estão sendo corrigidas.

Outra atividade apoiada pelo Projeto Governo Cidadão e por todos os entes ligados diretamente ao Estado do RN foi a elaboração do PPA (2020-2023), que teve como objetivo a promoção do trabalho participativo entre secretarias e órgãos de todas as esferas do executivo municipal e Estadual, e a sociedade civil, na construção das diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo do RN pelos próximos quatro anos. Utilizou-se a metodologia de consultas populares através realização de visitas em dez territórios, cujas populações discutiram e elegeram propostas prioritárias para mudar a realidade social, econômica e cultural da região, dentro dos cinco eixos estratégicos pré-estabelecidos: valorização da vida, segurança e paz social; desenvolvimento social, cultural e defesa da cidadania; garantia de direitos; governança administrativa e financeira; e desenvolvimento regional sustentável com inclusão econômica. Também foram realizadas consultas online no portal da Secretaria de Planejamento e Finanças (SEPLAN). Além dessas consultas foram promovidas capacitações para servidores estaduais e encontros com representantes de prefeituras com técnicos do planejamento do Estado.

Outro investimento de elevada importância para a gestão financeira e orçamentária do RN e financiado com recursos do Acordo de Empréstimo foi a implantação do SIGEF: o sistema moderno de gestão física, orçamentária, financeira e contábil do Governo. Com esse novo sistema, é possível

a disponibilização de informações gerenciais que orientem o processo de monitoramento, apoio à tomada de decisão e avaliação dos Programas de Governo. Valor do investimento: R\$ 6,99 milhões.

Também foi desenvolvido o Projeto Governança Inovadora, que tem como objetivo fortalecer a capacidade de governo para a adoção de um novo padrão de desenvolvimento para o Estado. Para tanto, pretende-se: (1) elaborar um plano estratégico de desenvolvimento de longo prazo (o RN 2035); (2) Modernizar a gestão pública do Estado por meio da revisão dos processos e da adoção de uma nova estrutura organizacional que suporte a implementação da agenda estratégica definida; e (3) Contratualizar resultados para o alcance dos objetivos estratégicos. Focadas na gestão participativa, foram realizadas diversas oficinas e reuniões com secretários, técnicos, com o governador e com a população do Rio Grande do Norte, visando a criação de uma agenda estratégica de curto e longo prazo. Para garantir a execução de tudo que foi planejado, foram realizados acordos de contratualização de segundo nível¹⁰ com as secretarias de estado consideradas estratégicas; além da criação de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC), enviado à Assembleia Legislativa, que determina a execução do planejamento estratégico de longo prazo para o Estado. Vale salientar que essas contratualizações são um dos indicadores presentes na Matriz de Indicadores do Projeto, com metas plenamente alcançadas.

Em paralelo à Governança Inovadora, foi criado um plano para definição de 5 (cinco) Eixos Estratégicos voltados ao desenvolvimento econômico do RN: (1) a Micrologística do Transporte de Cargas; (2) Desenvolvimento Industrial; (3) Energia; (4) Telecomunicações e Tecnologia da Informação; e (5) Capacitação do Capital Humano. A ideia é dotar a economia potiguar de um instrumento poderoso para ajudar o Setor Governamental no processo de atração de capitais de agentes econômicos ligados à iniciativa privada, fazendo-os optar pelo Rio Grande do Norte como ambiente de negócio representativo da melhor oportunidade de investimento. Trata-se de um plano elaborado sobre uma carteira de projetos estratégicos adequadamente planejada e detalhada para criar estímulos financeiros, fiscais e técnicos para a economia do Rio Grande do Norte.

Também é importante destacar o Monitora RN, um sistema online criado especialmente para acompanhar cada um dos programas e projetos considerados estratégicos para o Estado, além de estabelecer compromissos, prazos, e metas a cada um dos entes envolvidos. Assim, a cada nova reunião são listados todos os pontos firmados anteriormente, além de verificar se tudo foi atendido no prazo acordado, proporcionando um maior controle e incentivando boas práticas de condução processual.

Com relação às obras estruturantes na área de gestão pública, destaca-se que está em fase de conclusão a reestruturação do Centro Administrativo do Estado, contemplando toda a parte de recuperação estrutural das edificações e áreas comuns, cercamento, drenagem, pavimentação, guardas patrimoniais, pórticos e iluminação. Destaca-se, ainda, a recuperação do Papódromo e a reforma na infraestrutura elétrica e de rede lógica da SEPLAN. Todas essas obras totalizam R\$ 36,87 milhões, e objetivam melhorar a oferta de serviços públicos para o cidadão.

¹⁰ Essa contratualização está associada às secretarias e órgãos do Estado que fazem parte dos contratos de gestão. O decreto Nº 26.090, de 17 de maio de 2016, disciplina o Contrato de Gestão no âmbito do Poder Executivo. Atualmente o Poder executivo tem 26 órgãos da administração direta, sendo 19 secretarias de estado.

RESULTADOS PROCESSUAIS

PRINCIPAIS AÇÕES CONCLUÍDAS ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Implantação de sistema moderno de gestão física, orçamentária, financeira e contábil do Governo do Estado do Rio Grande do Norte (SIGEF), incluindo a disponibilização de informações gerenciais que orientem o processo de monitoramento, apoio à tomada de decisão e avaliação dos Programas de Governo. Valor do investimento: R\$ 6,99 milhões.
- A elaboração do PPA participativo (2020-2023) entre secretarias e órgãos de todas as esferas do executivo municipal e Estadual, e a sociedade civil, na construção das diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo do RN pelos próximos quatro anos. Utilizou-se a metodologia de consultas populares através da realização de visitas em dez territórios. Também foram realizadas consultas online no portal da Secretaria de Planejamento e Finanças (Seplan). Além dessas consultas foram promovidas capacitações para servidores;
- Estudos para apoiar o ajuste Fiscal do Estado, na área de modelagem da folha salarial, modelagem de pensões públicas e modelagem fiscal, no valor de R\$ 215 mil;
- Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento, Realinhamento Organizacional e Modernização Administrativa do Estado do Rio Grande do Norte, no valor de R\$ 5,6 milhões.

PRINCIPAIS AÇÕES EM EXECUÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Obras de recuperação do Centro Administrativo, no valor de R\$ 31,3 milhões;
- Obras de recuperação do Centro Administrativo (recuperação do Papódromo), no valor de R\$ 5,6 milhões;
- Elaboração de projetos para adequação da infraestrutura elétrica e de rede de dados da CONTROL e SEPLAN, no valor de R\$47 mil;
- Realizar a contratualização institucional do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, no valor de R\$ 1,4 milhões.

PRINCIPAIS AÇÕES PREVISTAS, EM LICITAÇÃO OU TRAMITANDO PARA LICITAÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Obras de reforma na infraestrutura elétrica e de rede lógica da SEPLAN, no valor de R\$ 1,57 milhões.



OBRAS DE RECUPERAÇÃO DO CENTRO ADMINISTRATIVO



5.9. DESENVOLVIMENTO SOCIAL



TOTAL:
R\$ 175,39
MILHÕES INVESTIDOS

EXECUTADO	R\$ 44,68MI (25%)
EM EXECUÇÃO	R\$ 91,53 MI (52%)
EM LICITAÇÃO	R\$ 36,69 MI (21%)
PREVISTO	R\$ 2,49 MI (1%)

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

Investimentos na área hídrica e combate à desertificação no Estado do Rio Grande do Norte

A Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS está executando 244 subprojetos, com objetivo de apoiar organizações sociais e produtivas de base familiar em todo o Estado do Rio Grande do Norte. Os projetos são voltados à promoção de boas práticas socioambientais e de economia solidária, à convivência com o semiárido, à segurança alimentar e nutricional, ao acesso à infraestrutura produtiva e a mercados, à inclusão sociocultural, da cidadania e ao fortalecimento do protagonismo juvenil, visando promover a sustentabilidade do nosso Estado e a melhoria da condições de vida, de trabalho e de renda da população beneficiária, totalizando um investimento financeiro de R\$ 50 milhões, com contratação de assistência técnica, beneficiando diretamente mais de 30 mil pessoas.

No tocante a esses subprojetos, 156 organizações sociais da área rural estão tendo a oportunidade de ter acesso à água, através do investimento de R\$ 33 milhões, beneficiando mais de 19 mil agricultores/as familiares, pescadores/as, indígenas e quilombolas, residentes em 71 municípios do Estado. Eles estão tendo a oportunidade de adotar boas práticas socioambientais com ênfase na sustentabilidade através de realizações de ações ambientais, como: práticas de conservação e manutenção da variedade de espécies (da biodiversidade vegetal); proteção e/ou recuperação do meio ambiente, voltadas ao restabelecimento ou à manutenção dos recursos naturais e/ou da biodiversidade; recuperação de coberturas vegetais e proteção de áreas de relevante interesse ambiental (matas ciliares, bosques, árvores nativas, etc.); Serviços e materiais usados na recuperação de solos degradados; proteção de nascentes e cursos d'água; recuperação de áreas desertificadas ou em processo de desertificação; formação de áreas de proteção ambiental; outras

práticas agroecológicas e de sistemas agroflorestais com reflexos positivos para a produção e a conservação do meio ambiente da comunidade beneficiada; bem como a melhoria/implantação de sistemas de coleta seletiva, com práticas de correta destinação de lixo orgânico/reciclável da comunidade beneficiada, e o gerenciamento e manutenção dos recursos hídricos do investimento implantado.

Este investimento está ampliando o acesso à água em quantidade e qualidade adequada ao consumo humano, contribuindo para universalização do acesso à água para as populações rurais que vivem em áreas dispersas do Estado, promovendo a segurança hídrica, alimentar, nutricional e a convivência com o semiárido tanto desejada por todos os beneficiários.

No âmbito da segurança alimentar e nutricional, os quintais produtivos também financiados pelo Projeto geralmente são implantados nos arredores das casas, onde há produção diversificada de frutíferas e hortaliças e a criação de pequenos animais (aves, suínos, caprinos e ovinos), utilizando fontes alternativas de conservação e tratamento de água, como o sistema de reuso de águas cinzas, que trata as águas provenientes do uso doméstico para a irrigação dos quintais produtivos.

Para que essa realidade perdure, transformando os beneficiários em multiplicadores de conhecimento, as organizações que receberam os subprojetos de acesso à água, bem como as assistências técnicas que assessoraram a implantação e acompanhamento dos subprojetos, estão recebendo capacitação em gestão e manutenção dos sistemas de abastecimentos de água, do engenheiro sanitarista e consultor do Projeto Governo Cidadão, Wilson Rocha, que tem experiência em implementação no 'Modelo de Gestão Compartilhada de Águas' no Brasil, Paraguai e Colômbia.

Dessa forma, está sendo construído um modelo de gestão compartilhada de águas que garantirá o desenvolvimento e a manutenção dos sistemas implantados de forma autossustentável e economicamente viável. Parcerias e ações integradas com a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) estão sendo cada vez mais fortalecidas para que a universalização do acesso a água para as populações rurais de todo o Estado se torne legítima.

Ainda, no que concerne aos sistemas de abastecimento de água, estão sendo investidos cerca de R\$ 30 milhões em comunidades dos municípios de Baraúna, Pedra Grande, Campo Redondo, Jardim do Seridó e São Miguel do Gostoso com o objetivo de garantir água em quantidade e qualidade adequada à população do interior do Estado do Rio Grande do Norte. Os 50 mil cidadãos dos municípios de Baraúna, Pedra Grande, Campo Redondo, Jardim do Seridó já estão sendo beneficiados com os sistemas totalmente implantados e funcionando, contribuindo para melhoria da qualidade de vida, gerando benefícios sociais, econômicos, ambientais e até imobiliários. Já o sistema de abastecimento de água do município de São Miguel do Gostoso que irá beneficiar mais de 7 mil cidadãos, ainda está em fase de execução da obra.

Outro investimento importante do Governo do RN na área hídrica é o Projeto de recuperação de barragens, com dotação de R\$ 22 milhões para obras em seis reservatórios: Lucrécia (no município homônimo), Pataxó (Ipangaçu), Bodó (Tenente Ananias), Apanha Peixe (Caraúbas), Boqueirão de Angicos (Afonso Bezerra) e Novo Angicos (Angicos).

A reforma na barragem de Lucrécia está sendo concluída. O cronograma para as demais barragens depende de ajustes nos projetos, solicitados pelos Consultores do Painel de Segurança de Barragens (PSB), contratados pelo Projeto Governo Cidadão.

A equipe da Semarh que elaborou os projetos executivos integra a comissão de acompanhamento e avaliação das obras, bem como gerencia os contratos em parceria com a Secretaria do Planejamento (Seplan). As obras contratadas pelo Governo Cidadão serão acompanhadas por especialistas em hidrologia, geotécnica, hidráulica e concreto, que compõem o PSB. Além disso,

eles acompanham o andamento dos estudos sobre a barragem Passagem das Traíras, no município seridoense de Jucurutu, a partir da discussão do plano de sondagem do reservatório.

O compromisso com o desenvolvimento sustentável concomitantemente com a questão hídrica suscitou o Governo do Estado a priorizar um dos mais importantes rios potiguares na pauta de investimentos socioambientais realizados com recursos do empréstimo do Banco Mundial. O projeto de Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Bacia do Piranhas-Açu (MZPAS) assumido como ação de Estado e não apenas de governo, está sendo construído de forma transparente, com a participação direta da sociedade, em debates com agentes de todos os órgãos públicos envolvidos, movimentos ambientalistas e os moradores dos municípios que dependem do rio.

O MZPAS vai estabelecer critérios para utilização das águas do Piranhas-Açu, conciliando desenvolvimento econômico e conservação ambiental, a partir de estudos técnicos realizados por empresa de consultoria contratada pelo Governo do Estado, no valor de R\$ 3.088.042,00. O zoneamento é estratégico também porque o rio receberá as águas do Velho Chico quando o projeto de transposição do São Francisco estiver plenamente implantado.

O primeiro ciclo de oficinas, realizado nos municípios de Macau, Assú, Caicó, Parelhas, Currais Novos e Lagoa Nova, mobilizou cerca de 500 pessoas nos meses de junho e julho de 2019. Entre os principais problemas sociais e ambientais identificados na bacia do rio, que atravessa três regiões do Estado e é fundamental para o abastecimento de água e a economia de 45 municípios, figuram o assoreamento, o despejo de esgotos, o desmatamento e a falta de controle sobre o uso das águas.

Os debates também indicaram que a falta de planejamento, de fiscalização e de apoio técnico-financeiro comprometem o potencial do Piranhas-Açu no crescimento das atividades econômicas já realizadas e na garantia do pleno aproveitamento do potencial existente — da agricultura familiar à fruticultura de exportação, da pesca à mineração, da pecuária leiteira ao turismo ecológico.

Os problemas e soluções apontados nos debates serão incorporados ao estudo técnico em elaboração, que voltará a ser discutido com a sociedade em novo ciclo de oficinas programado de 03 à 12 de dezembro deste ano. O documento final será transformado em minuta de projeto de lei, para encaminhamento à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte no próximo ano¹¹.

Outro investimento de grande relevância que está sendo financiado é o Projeto Piloto de Combate à Desertificação na região do Seridó do Rio Grande do Norte, com o objetivo de implementar ações adaptadas à seca voltadas para redução e mitigação dos efeitos da degradação em terras suscetíveis à desertificação, a partir da implantação de unidades demonstrativas de tecnologias e aprendizagens de convivência sustentável com a semiaridez, promovendo a segurança alimentar, hídrica, energética, conservando as paisagens e os serviços ecossistêmicos do semiárido da região do Seridó.

Para tanto, foram firmadas parcerias com o Instituto Nacional do Semiárido - INSA, – Ministério do Meio Ambiente - MMA, por meio de seus Projetos de Cooperação Técnica com a FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e com o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA e o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos- SEMARH, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente – IDEMA, o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/RN, a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar – SEDRAF, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, o Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária – Idiarn, o Instituto de Gestão das Águas – IGARN,

¹¹ Todos os documentos do MZPAS estão disponíveis para o público no site macrozeepiranhas-acu.com

o Ministério Público Estadual, a Associação de Desenvolvimento do Seridó – Adese, STTRs, ONG's, entre outros atores.

Esse projeto piloto contempla 03 municípios, beneficiando diretamente 700 pessoas, totalizando um investimento de mais de R\$ 2 milhões. O Piloto contempla 10 biodigestores, 29 barragens subterrâneas, 60 unidades familiares de reuso de água, 02 sistemas coletivos de reuso de água, 24 sistemas agroflorestais com poços de abastecimento, 24 hectares de palma forrageira para o gado, 48 cercas vivas com cactáceas, 19 cisternas de placas, 31 obras de contenção de solo, 01 viveiro de mudas e 01 manejo agroflorestal, gerando impactos positivos no combate à desertificação do Estado, contribuindo com o desenvolvimento regional e potencializando ações voltadas para a adaptação e mitigação dos efeitos da desertificação na região que é um dos quatro núcleos de desertificação do Nordeste.

Esta importantíssima ação foi mais uma vez reconhecida nacionalmente, sendo que desta vez foi pelo Projeto Bota na Mesa, promovido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. O projeto potiguar foi um dos 12 selecionados, entre 81 inscritos, após uma avaliação criteriosa da equipe do Centro junto à seis especialistas nos temas de agricultura, adaptação à mudança do clima e transição agroecológica. Os jurados avaliaram as motivações e resultados das iniciativas, levando em consideração as características dos territórios em que atuam, como também seu potencial em trazer referências de ações para outros projetos relacionados à agricultura familiar.

Ao final, o projeto ganhou destaque principalmente no aspecto da melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e das condições dos ecossistemas afetados pela desertificação e pela seca. Os depoimentos dos beneficiários destacam a mudança de mentalidade ocasionada pelo trabalho de educação, que despertou a consciência ecológica de agricultores formados numa cultura tradicionalmente alheia à ideia de desenvolvimento sustentável; o envolvimento de mulheres e de jovens, em proporções inéditas; a difusão de tecnologias sociais de combate à erosão do solo, coleta e armazenamento de água, oportunidades de trabalho e renda, geração de energia limpa e renovável a partir do aproveitamento das fezes do gado. A eficiência da tecnologia de produção de gás de cozinha (biodigestor) atrai agricultores de outras regiões, professores e estudantes secundaristas e universitários de áreas relacionadas com o meio ambiente, interessados em conhecer a tecnologia.

Com foco na continuidade das ações do Estado, a partir da mudança estabelecida pelo Piloto, está sendo criado o Conselho Deliberativo para ser responsável pela gestão e formulação da Política Estadual de Combate e Prevenção à Desertificação no Estado do Rio Grande do Norte e a fiscalização do Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAE-RN). Toda a articulação e parceria concebidas desde o princípio do Piloto serão fundamentais para a sua nova fase - de acompanhamento - que passará a ser feita exclusivamente pelos parceiros, uma vez que o contrato com a assistência técnica - SOS Sertão encerra-se no final de 2019.

Atividades desenvolvidas no Âmbito da Economia Solidária: Empoderamento feminino e Juventude

Os Empreendimentos Econômicos e Solidários da Agricultura Familiar receberam investimento de R\$ 12 milhões, através de 40 organizações, em 32 municípios do Estado, beneficiando quase 3 mil pessoas das áreas urbanas e rurais, tendo como premissa a promoção da geração de trabalho e renda, bem como a sustentabilidade das iniciativas solidárias nas dimensões econômica, social, cultural, ambiental, política e de gestão, a segurança alimentar, o acesso à infraestrutura

produtiva e o acesso a mercados. Nesses investimentos é possível a realização de obra, a aquisição de equipamentos, veículos e de insumos para a produção.

A fim de garantir a sustentabilidade dos empreendimentos, estão sendo realizadas ações como a criação da identidade visual das Associações e dos seus produtos e capacitações na área de atuação dos beneficiários. Para a realização da criação ou até mesmo modernização da logomarca das Associações e dos seus produtos, a equipe técnica de comunicação do Projeto utiliza a metodologia participativa, a partir de oficinas e reuniões com os beneficiários, nas quais são abordados os benefícios de se ter uma logomarca: favorece a inserção no mercado, no reconhecimento do produto, na diferenciação do empreendimento e do produto, aumenta a rentabilidade, auxilia na credibilidade e no vínculo com o consumidor, garante a permanência do produto no mercado, e após a explanação, é feita a criação dos nomes e dos desenhos.

Até o momento, 06 associações foram contempladas com o desenvolvimento de identidade visual da associação e de seus produtos. As fotos abaixo mostram como foi realizado todo o processo de criação da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade, à Infância e ao Meio Rural, do município de Vera Cruz/RN – APAMI.

Apresentação da importância de ter uma identidade visual da Associação e dos seus produtos



Oficina de criação da identidade visual



Logomarca



Sacola



Beneficiários com os produtos da associação:



Com objetivo de realizar uma análise financeira participativa dos Empreendimentos Econômicos Solidários da Agricultura Familiar, no intuito de elucidar aos beneficiários as oportunidades e também os riscos dos investimentos, e conseqüentemente garantir a sustentabilidade, foram realizadas visitas a alguns projetos e oficinas com participação dos beneficiários para realização de levantamento de dados referentes aos custos e receitas, incluindo depreciação e indicadores de análise financeira (margem bruta e líquida) dos subprojetos, nas mais diversas cadeias produtivas, perpassando pela produção primária até as unidades de beneficiamento.

O resultado é a construção de uma metodologia de análise econômico-financeira que servirá com dois objetivos centrais: garantir a viabilidade dos investimentos e construção da linha de base para a avaliação de impacto desses subprojetos. Atualmente, estão em discussão os resultados da análise econômico-financeira desses projetos e os desdobramentos da futura aplicação da metodologia.

Outra importante ação é a qualificação dos beneficiários do projeto para a obtenção da excelência no trabalho e dos seus produtos, atingindo assim o objetivo de ampliar o acesso aos mercados (público e privado) e contribuindo para a melhoria da renda das famílias. O Projeto está viabilizando mecanismos de capacitação para ampliar a participação dos diversos públicos envolvidos no planejamento, na governança e no desenvolvimento socioeconômico sustentável, visando à eficiência e à eficácia das ações propostas no Projeto, conforme previsto no seu Plano de Formação e Qualificação.

A capacitação dos beneficiários, em especial dos agricultores familiares e empreendedores solidários, está alinhada com a meta de capacitação definida para o subcomponente 1.1, que prevê

a capacitação de dez mil beneficiários dos Projetos de Iniciativas de Negócios Sustentáveis e Projetos Socioambientais. A formação destes beneficiários é entendida como a base para o êxito e sustentabilidade dos subprojetos que estão financiados pelo Projeto. A partir das capacitações, devem surgir aperfeiçoamento de conhecimentos e trocas de experiências entre os atores envolvidos, fortalecendo e consolidando práticas inovadoras que resultem em melhoria de vida do público alvo do Projeto.

Diante disso, o Edital 2/2014 ofertou o apoio financeiro e técnico a Empreendimentos Econômicos e Solidários da Agricultura Familiar, com o objetivo de promover a geração de trabalho e renda, bem como a sustentabilidade das iniciativas solidárias nas dimensões econômica, social, cultural, ambiental, política e de gestão. Sendo assim, o intuito é fortalecer o processo de sustentabilidade econômica das organizações e dos empreendimentos apoiados, assegurando a autonomia e o protagonismo das organizações beneficiárias e dos grupos vulneráveis (comunidades tradicionais, jovens e mulheres), através do maior envolvimento na gestão organizacional e identificação de oportunidades, incorporando o conhecimento coletivo na gestão da organização em rede e desenvolvendo as capacidades produtivas.

Em princípio, 08 Associações que foram beneficiadas com minifábricas de confecções já estão recebendo a capacitação na área de confecção de vestuário, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- Senai/RN. Os cursos envolvem aprendizado em confeccionador de moda praia; costureiro industrial (malha); costureiro na confecção de peças íntimas; operador de máquina de bordar tecido; e polivalência em confecção de vestuário, qualificando 206 beneficiários das associações: Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Lagoa do Cipoal; Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Gravatá; Associação Quilombola Negros Felicianos do Alto; Associação dos Produtores e Feirantes da Agricultura Familiar de Upanema; Associação Comunitária do Bairro Maria Terceira; Associação da Comunidade de Pitombeira; Associação dos Artesãos de Campo Redondo; e Associação de Desenvolvimento Sustentável do Sítio Olho D'água do Trapiá, contemplando os municípios de Passa e Fica, Parelhas, Goianinha, Campo Redondo, Upanema e Portalegre. Nos quais, 98% são mulheres, 2% são homens e 33% são jovens. Os bons resultados já podem ser vistos nas coleções que já estão em produção e em comercialização.

A iniciativa “Plantando Sementes de Empoderamento¹²”, realizada pelo Projeto Governo Cidadão com apoio do Banco Mundial¹³, com o objetivo de apoiar a inclusão produtiva de mulheres rurais, surgiu da realização de um diagnóstico preliminar sobre o acesso e as oportunidades de homens e mulheres aos projetos de inclusão produtiva na área rural potiguar, no qual foram identificadas diversas questões que devem ser fundamentalmente tratadas para a promoção da igualdade de gênero. Para contribuir com a alteração dessa realidade diagnosticada, o Projeto Governo Cidadão realizou um processo de formação sobre as questões de gênero para as organizações sociais e produtivas beneficiárias dos Subprojetos de Empreendimentos Econômicos e Solidários da Agricultura Familiar.

A formação desses beneficiários deve ser entendida como a base para o êxito e sustentabilidade dos subprojetos financiados com recursos do Projeto, pois é prioritário promover o fortalecimento da autonomia das mulheres e a sua inclusão nos espaços produtivos. As capacitações foram ministradas em parceria com o Instituto Euvaldo Lodi – IEL, sob orientação dos técnicos do Projeto e contribuição dos especialistas do Banco Mundial, nas quais foram desenvolvidos surgimento de vínculos, aperfeiçoamento de conhecimentos e trocas de experiências entre os beneficiários e seus

¹² A primeira fase desse trabalho iniciou em 2017 e contou com a parceria da UFRN. Foram realizadas visitas às comunidades, pesquisas, entrevistas que culminaram na construção de um volume que nomeou todo o processo: Plantando Sementes de Empoderamento.

¹³ O financiamento foi realizado pelo Projeto Governo Cidadão e do Umbrella Fund on Gender Equality (Fundo Global de Igualdade de Gênero) do Banco Mundial.

familiares através de debates. De modo a fortalecer e consolidar práticas inovadoras e também a provocar mudanças nas relações desiguais de trabalho e de gênero tradicionalmente estabelecidas, superando as desigualdades a partir de uma reflexão sem discriminação sobre as relações de gênero nas esferas domésticas e produtivas, bem como o compromisso dos participantes em tomar medidas concretas em direção à uma maior igualdade de gênero em suas famílias e nos empreendimentos, com vistas à melhoria de vida dos beneficiários do Projeto. Foram capacitados 244 beneficiários de 16 Associações, das quais 13 tinham presidentes do sexo feminino e 06 eram grupos exclusivamente de mulheres.

Foi realizada uma avaliação de impacto com o intuito de mensurar mudanças nas atitudes e comportamentos em relação aos papéis de gênero, resultando no estudo “Plantando Sementes de Empoderamento - Expandindo a atuação feminina por meio da inclusão produtiva nas áreas rurais do Nordeste do Brasil”. No total, 508 membros de 32 organizações produtivas beneficiadas pelo Projeto participaram da avaliação de impacto, sendo 244 pessoas de 16 Organizações (grupo de tratamento) e 264 pessoas de 16 Organizações (grupo de controle)¹⁴. A pesquisa para a linha de base foi feita com os participantes do grupo de tratamento no primeiro dia da capacitação e com o grupo de controle em paralelo. A pesquisa final com os dois grupos foi coletada três meses depois.

No entanto, a avaliação de impacto não encontrou impactos significativos devido a dois fatores: o curto período tempo (3 meses) entre a linha de base e a pesquisa final, e também por ter sido uma única capacitação. Já que mudanças no comportamento relacionados ao gênero geralmente estão vinculados a questões culturais profundamente arraigadas e difíceis de mudar a curto prazo e com um único treinamento. Embora não tenham sido encontrados impactos estatisticamente significativos, houve impactos positivos imediatamente após a capacitação sobre as percepções de homens e mulheres quanto à igualdade de gênero nas capacidades e oportunidades para atuar em atividades produtivas. Além disso, expressaram o desejo de transformar essas relações de gênero. O feedback sugere que o treinamento realmente plantou algumas “sementes de empoderamento”, entretanto tais sementes precisam de mais tempo, cuidados constantes e irrigação regular, por meio de acompanhamentos, capacitações e outras intervenções, para que os frutos amadureçam.

A juventude do Estado foi contemplada com 39 subprojetos de Bandas Filarmônicas, beneficiando diretamente mais de 2 mil jovens, abrangendo 39 municípios do Estado, totalizando um investimento de R\$ 3,9 milhões. Esse investimento tem como objetivo estimular o desenvolvimento pessoal e social, incentivar o protagonismo juvenil, fortalecer os vínculos familiares e comunitários, valorizando a questão étnica e de gênero, e gerando oportunidades profissionais na área da música através da orientação vocacional, apoiar à cultura, a inclusão sociocultural, à cidadania, o fortalecimento do protagonismo juvenil, a geração de ocupação e de renda dos jovens, além de prepará-los para atuar como agentes multiplicadores de transformações positivas em sua comunidade.

Já foram adquiridos todos os instrumentos musicais, totalizando 2.925 instrumentos, como também materiais de informática, acessórios, além do apoio financeiro para um maestro por 04 meses para cada associação e acompanhamento técnico para beneficiários. A inserção dos jovens nos primeiros passos da música forma cidadãos mais comprometidos com a escola, com a família e com o convívio social, realidade esta que já está sendo vista nos municípios do Estado, pois as bandas filarmônicas estão em pleno funcionamento, garantindo um espaço para a juventude, fortalecendo a cultura e o bem-estar social.

Atravessando os limites do Rio Grande do Norte, a agricultura familiar potiguar chega às outras regiões do Brasil e a outros países através da divulgação turística. O artesanato, as geleias de frutas

¹⁴ Os grupos de controle e tratamento foram identificados usando a metodologia de randomização por clusters ao nível da Organização produtiva.

regionais, os doces, o mel e a castanha de caju cultivados e produzidos no RN são exibidos no âmbito do trabalho de promoção realizado pelas Secretarias de Turismo e do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS, com apoio do Projeto Governo Cidadão.

Somente em 2019, os agricultores familiares expuseram seus produtos em seis cidades do Brasil, nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste; e em seis países, tanto da América Latina como da Europa, durante feiras e eventos regionais, nacionais e internacionais de turismo e artesanato, gerando maior visibilidade dos produtos potiguares e proporcionando oportunidade ao consumidor de encontrar produtos únicos, de qualidade, e que em geral não estão disponíveis em grandes centros comerciais e em shopping centers.

Outras ações da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS

Foram elaborados estudos (estratégicos e organizacionais) e projetos de engenharia (básicos, executivos e complementares) para 22 Centrais do Cidadão localizadas nos municípios de Alexandria, Apodi, Assú, Caicó, Caraúbas, Ceará-Mirim, Currais Novos, João Câmara, Macaíba, Macau, Mossoró, Nova Cruz, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São José de Mipibu, São Paulo do Potengi, São Miguel, Natal – Zona Norte, Sul e Oeste. Ao todo, esse investimento corresponde a R\$ 52 milhões em obras. Salienta-se que 13 obras das Centrais do Cidadão de Alexandria, Apodi, Assú, Caraúbas, Ceará-Mirim, João Câmara, Macau, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São José de Mipibu, São Paulo do Potengi já estão concluídas. Outras 09 Centrais estão com obras em execução. Além dessas obras, já foi concluída a obra do SINE, no valor de R\$2,8 milhões, e está atualmente em execução a reforma e ampliação da Casa do Artesão.

Além disso, os 167 Conselhos Comunitários de Desenvolvimento Sustentável (CMDs) foram estruturados com a compra e entrega de material de informática e de escritório, seus membros receberam capacitações e ainda permanecem sendo capacitados. Com o intuito de assegurar o fortalecimento da formulação, participação, acompanhamento, autonomia e controle social das políticas públicas, exercer controle social em relação à implementação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, contribuir para a verificação da elegibilidade das Organizações Produtoras para acessar subsídios de contrapartida dos projetos, estimular a integração de políticas públicas e dos investimentos públicos e privados, atuar no incentivo da ampliação da perspectiva de gênero, raça/etnia e geração nas ações desenvolvidas no município para promoção da igualdade e de valorização das diversidades, estimular a ampliação da participação das mulheres, jovens, povos indígenas e negros nas instâncias de poder e decisão nos conselhos, fóruns e comissões gestoras das políticas, programas e ações socioambientais existentes no município/território.

RESULTADOS PROCESSUAIS

PRINCIPAIS AÇÕES CONCLUÍDAS ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Obras de 13 Centrais do Cidadão, nas cidades de Alexandria, Apodi, Assú, Caraúbas, Ceará-Mirim, João Câmara, Macau, Parelhas, Parnamirim, Pau dos Ferros, Santa Cruz, São

José de Mipibu, São Paulo do Potengi;

- Obra do SINE. Investimento de R\$ 2,8 milhões, visando a melhoria no acesso e no atendimento do público alvo, intermediação de mão-de-obra, e inclusão social dos grupos e segmentos em situação de vulnerabilidade social;
- Capacitação dos beneficiários em gestão e manutenção dos sistemas de abastecimentos de água (Edital 1/2014);
- Os 50 mil cidadãos dos municípios de Baraúna, Pedra Grande, Campo Redondo, Jardim do Seridó já estão sendo beneficiados com os sistemas de abastecimento de água totalmente implantados e funcionando;
- Criação de 06 identidades visuais dos Empreendimentos Econômicos e Solidários da Agricultura Familiar e dos seus produtos;
- 244 beneficiários de 16 Empreendimentos Econômicos e Solidários da Agricultura Familiar receberam capacitação sobre Gênero com enfoque na Inclusão da Mulher nos Espaços Produtivos, sua Autonomia, Desafios e Oportunidades;
- Realização de avaliação de impacto com 508 membros de 32 Empreendimentos Econômicos e Solidários da Agricultura Familiar, com o intuito de mensurar mudanças nas atitudes e comportamentos em relação aos papéis de gênero, oriundos da capacitação sobre Gênero com enfoque na Inclusão da Mulher nos Espaços Produtivos, sua Autonomia, Desafios e Oportunidades;
- Estruturação dos 167 Conselhos Comunitários de Desenvolvimento Sustentável (CMDS) através da aquisição de material de informática e de escritório, além da capacitação de seus membros.

PRINCIPAIS AÇÕES EM EXECUÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- 156 subprojetos de acesso a água (Edital 1/2014), contemplando 71 municípios do Estado e beneficiando diretamente 5.855 pessoas, sendo 3.269 mulheres e 1.141 jovens, totalizando um investimento de R\$ 32.969.074,21 (esse valor inclui a contrapartida dos beneficiários, que não é computada como valor do Acordo de Empréstimo);
- Construção de um modelo de gestão compartilhada de águas em parceria com a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) que garantirá o desenvolvimento e a manutenção dos 123 sistemas de abastecimento de água financiados pelo Projeto Governo Cidadão;
- O sistema de abastecimento de água do município de São Miguel do Gostoso que vai beneficiar mais de 7 mil cidadãos, ainda está em fase de execução da obra, no valor de R\$ 14.735.276,00;
- 06 recuperações de barragens, com dotação de R\$ 22 milhões, nos municípios de Lucrécia, Pataxó (Ipanguaçu), Bodó (Tenente Ananias), Apanha Peixe (Caraúbas), Boqueirão de Angicos (Afonso Bezerra) e Novo Angicos (Angicos). Atualmente, a reforma na barragem de Lucrécia está sendo concluída, e as demais barragens estão passando por ajustes nos projetos solicitados pelos Consultores do Painel de Segurança de Barragens;
- O Projeto do Macrozoneamento Ecológico Econômico da Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açu, no valor de R\$ 3.088.042,00, está na fase de preparação para a realização do 2º ciclo de oficinas com o objetivo de subsidiar a elaboração do projeto. O documento final será transformado em minuta de projeto de lei, para encaminhamento à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte;
- 40 subprojetos de Empreendimentos Econômicos e Solidários da Agricultura Familiar (Edital

2/2014), contemplando 32 municípios do Estado e beneficiando diretamente 818 pessoas, sendo 606 mulheres e 249 jovens, totalizando um investimento de R\$ 11.508.602,39 (esse valor inclui a contrapartida dos beneficiários, que não é computada como valor do Acordo de Empréstimo);

- Construção de uma metodologia de análise econômico-financeira com o objetivo de garantir a viabilidade dos investimentos e construção da linha de base para a avaliação de impacto desses subprojetos;
- Capacitação de 08 Associações na área de confecção de vestuário, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- Senai/RN. Estas associações foram beneficiadas com minifábricas de confecções e 206 beneficiários estão sendo qualificados em confeccionador de moda praia; costureiro industrial (malha); costureiro na confecção de peças íntimas; operador de máquina de bordar tecido; e polivalência em confecção de vestuário;
- 39 subprojetos de Bandas Filarmônicas para a Juventude (Edital 3/2014), contemplando 39 municípios do Estado, beneficiando diretamente 2.099 pessoas, sendo 1.112 mulheres e 1.802 jovens, totalizando um investimento de R\$ 3.926.287,04 (esse valor inclui a contrapartida dos beneficiários, que não é computada como valor do Acordo de Empréstimo), totalizando a obtenção de 2.925 instrumentos, como também materiais de informática, acessórios, além do apoio financeiro para um maestro por 04 meses para cada Associação e a acompanhamento técnico para os beneficiários;
- 09 subprojetos do Projeto Piloto de Combate à Desertificação na região Seridó do Rio Grande do Norte (107/2016), contemplando 03 municípios do Estado e beneficiando diretamente 203 pessoas, sendo 88 mulheres e 32 jovens, totalizando um investimento de R\$ 2.430.083,08 (esse valor inclui a contrapartida dos beneficiários, que não é computado como valor do Acordo de Empréstimo);
- Construção, reforma e/ou ampliação de 09 Centrais do Cidadão nos municípios de Caicó, Currais Novos, Macaíba, Mossoró, Nova Cruz, São Miguel, Natal – Zona Norte, Sul e Oeste;
- Reforma e ampliação da Casa do Artesão, em Caicó, no valor de R\$ 611 mil.

PRINCIPAIS AÇÕES EM LICITAÇÃO ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Aquisição e instalação de aparelhos condicionadores de ar para a nova sede do SINE/RN, Casa do Artesão de Caicó/RN, no valor de R\$510 mil;
- Mobiliários para Centrais do Cidadão e SINE, no valor de R\$ 4,8 milhões;
- Equipamentos de TI para as Centrais do Cidadão e para o SINE, no valor de R\$1,5 milhões.



AGROINDÚSTRIA DE POLPA DE FRUTAS – POVOADO CRUZ

Currais Novos – RN



SUBPROJETO DE ACESSO A ÁGUA

Comunidade Quilombola de Aroeira, em Pedro Avelino - RN



SUBPROJETO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Terra Boa, no município Encanto



SUBPROJETO DE BANDAS FILARMÔNICAS

Município de Lajes – RN



PILOTO DE DESERTIFICAÇÃO - Sistema de Manejo Florestal
Comunidade Beira Rio - Parelhas - RN



OBRAS DA CENTRAL DO CIDADÃO DE CARAÚBAS



SINE

Obras Concluídas

5.10. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



TOTAL:
R\$ 9,95
MILHÕES INVESTIDOS

EXECUTADO	R\$ 1,95 MI (20%)
EM EXECUÇÃO	R\$ 0,00 MI (0%)
EM LICITAÇÃO	R\$ 0,00 MI (0%)
PREVISTO	R\$ 8,00 MI (80%)

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

O principal investimento da UES-SEDEC é a Implantação do Parque Científico e Tecnológico do Rio Grande do Norte (PCTRN), tendo como objetivo fomentar o desenvolvimento econômico e a cultura do empreendedorismo nas principais áreas econômicas do RN, tal como mineração, aquicultura, pesca, energias renováveis, fruticultura, setor têxtil, serviços e turismo. Para tanto, está sendo articulada parcerias entre Governo, Academia e setor privado; nas áreas de ciência e tecnologia de alto impacto.

A proposta é que o PCTRN funcione em um terreno localizado em Macaíba, disponibilizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Totalizando 100 hectares, dos quais 15 mil metros quadrados são de área já construída, esse terreno foi destinado originalmente ao Instituto Internacional de Neurociências Edmond e Lily Safra (IINELS) e ao Instituto Santos Dumont (ISD), fundados pelo pesquisador Miguel Nicolélis. Por possuir uma infraestrutura física já construída, os investimentos previstos do Projeto Governo Cidadão no PCTRN consistem em reformas e equipagens, necessárias para o seu pleno funcionamento e orçadas em R\$ 8 milhões.

O Projeto de implantação do PCTRN envolve entes do Governo do Estado, tal como o do Projeto Governo Cidadão, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), a SEEC, a Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPERN), o Departamento Estadual de Imprensa (DEI) e a Fundação José Augusto (FJA). Também há parcerias com diversas instituições, sejam públicas e privadas, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Instituto MetrÓpole Digital (IMD), a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN (IFRN), a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), a Federação das Indústrias do RN (FIERN), por meio do Sesi e do Centro de Tecnologias do Gás e Energia Renováveis (CTGAS-ER), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-RN), e o Instituto Santos Dumont (ISD).

Como resultado dessas parcerias e discussões, foi elaborado o Planejamento Estratégico de Estruturação do PCTRN, tendo como premissas a sustentabilidade e a integração dos setores público e privado, concentrando-se no desenvolvimento de soluções avançadas nos setores de Energias (renováveis, petróleo e gás), Reabilitação em Saúde e Tecnologia da Informação, nos quais o Rio Grande do Norte já revelou ter grande potencial. O documento enumera como objetivos do PCTRN: (I) Desenvolver a cultura da inovação e competitividade das empresas e instituições intensivas em conhecimento associadas ao parque; (II) Facilitar a transferência de tecnologia e habilidades empresariais entre academia e setor empresarial; (III) Estimular a criação e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica por meio de incubadoras e spin-offs; (IV) Promover o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas; e (V) Promover o desenvolvimento sustentável da comunidade e região em que está inserido.

Além do Planejamento Estratégico de Estruturação do PCTRN, também foi elaborado os estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira, projeções de receitas e os custos operacionais, além de expor os investimentos realizados, bem como as previsões daqueles que ainda serão necessários. Todo esse material foi apresentado ao Banco Mundial, que está avaliando se concede o apoio financeiro via Projeto Governo Cidadão ao PCTRN. Atualmente o Projeto aguarda a aprovação do Banco para dar início aos trâmites processuais necessários para viabilização desse investimento.

RESULTADOS PROCESSUAIS

PRINCIPAIS AÇÕES PREPARATÓRIAS ATÉ OUTUBRO DE 2019:

- Reformas e Equipagem do Parque Tecnológico– no valor estimado de R\$8 milhões.





ANEXOS

A.1. ANÁLISE DE RISCO DO PROJETO

Riscos são inerentes a qualquer atividade, sejam elas triviais ou de alta complexidade. Avaliar os tipos de riscos, a origem, os responsáveis e as consequências/impactos são essenciais para executar tarefas de forma mais segura e transparente. Em se tratando de recursos públicos, a responsabilidade dos atores envolvidos torna-se ainda maior.

O Projeto Governo Cidadão reúne essas características: é uma ação de alta complexidade, que envolve um grande volume de recursos públicos e naturalmente tem diversos riscos atrelados à sua execução. A questão-chave é ter as ferramentas necessárias para analisar e gerenciar tais riscos.

Nesse sentido o Projeto elaborou uma ferramenta para detectar, classificar, controlar e mitigar possíveis intercorrências durante sua execução, denominada de Avaliação e Gerenciamento de Riscos. Para tanto, foi utilizada a metodologia adotada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Governo Federal brasileiro. As metodologias, conhecidas na literatura como método AURUM (Automated Risk and Utility Management), COSO (Committee of Sponsoring Organizations) ERM (Enterprise Risk Management) II, ISSO 31000 e Orange Book objetivam automatizar a gestão de riscos e apoiar os gestores na escolha das medidas mitigadoras, de acordo com requisitos técnicos (STONEBURNER, GOGUEN E FERINGA, 2002 apud AMARAL, AMARAL E NUNES, 2010). Consiste em uma abordagem quantitativa e qualitativa para avaliação de risco, confrontando a probabilidade de ocorrência e o impacto do risco.

Além da adoção da referida metodologia, ressalta-se que foi levado em consideração diversos documentos previamente elaborados que tratam dos riscos do Projeto, são eles: [1] o Relatório Project Appraisal Document 239 (PAD239), elaborado pelo Banco Mundial em maio de 2013; [2] o Documento de Avaliação de Meio Termo do Projeto RN Sustentável (Produto 1 - P1), em especial o Anexo C, elaborado em abril de 2016 pelo consórcio Diagonal-Ductor (contrato no 30/2016 – ID 68); [3] o Plano de Trabalho do consórcio ATP/Concremat (contrato no 93/2017 – ID 74), elaborado em outubro de 2017; e [4] a Primeira Avaliação de Risco do Projeto, elaborada em 2018.

Com esse tipo de análise, o Projeto fica munido de um instrumento de gerenciamento, planejamento, monitoramento e controle; permitindo visualizar a criticidade/nível dos riscos envolvidos em determinada atividade. Após identificação dos riscos, é estabelecido um conjunto de ações corretivas, culminando na eliminação ou diminuição dos problemas elencados. Para tanto, deve-se delinear todas as nuances da instituição a ser avaliada, nos moldes preconizados no COSO ERM, sendo elas:

1. MACROPROCESSO;
2. PROCESSO;
3. EVENTO DE RISCO;
 - a. CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS
 - b. CLASSIFICAÇÃO DO EVENTO DE RISCO: CATEGORIA E NATUREZA
4. AVALIAÇÃO DO RISCO INERENTE
 - a. PROBABILIDADE
 - b. IMPACTO

- i. ESTRATÉGICO/ OPERACIONAL
 - ii. ESFORÇO DE GESTÃO
 - iii. REGULAÇÃO
 - iv. REPUTAÇÃO
 - v. SERVIÇO À SOCIEDADE
 - vi. INTERVENÇÃO HIERÁRQUICA
 - vii. ECONÔMICO/ FINANCEIRO
5. PREPARANDO O RISCO RESIDUAL – AVALIAÇÃO DE CONTROLE EXISTENTE
 - a. DESCRIÇÃO DO CONTROLE;
 - b. CARACTERIZAÇÃO DO CONTROLE: DESENHO E OPERAÇÃO
 - c. RESULTADO – RISCO RESIDUAL
 6. MEDIDAS MITIGADORAS
 - a. EVITAR, REDUZIR, COMPARTILHAR ou ACEITAR

De forma ilustrativa, todos esses pontos podem ser apresentados no que a literatura denomina do cubo COSO ERM, conforme demonstrado abaixo.



Figura 1 – O Cubo COSO ERM

Fonte: Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, 2018.

Seguindo e respeitando todo esse aparato metodológico, o Projeto Governo Cidadão elaborou a Segunda Avaliação e Gerenciamento de Risco, apresentada ao TCE em meados de junho de 2019. Salienta-se que a elaboração dessa avaliação de risco contou com a participação ativa de todos os setores do Projeto, liderados pelo Núcleo de Monitoramento e Planejamento e validado pelos setores e gerência executiva do Projeto.

Essa Segunda Avaliação de Risco foi devidamente registrada e alimentada no Sistema AGATHA/TCE-RN, disponível em: <http://agatha.tce.rn.gov.br>. Consiste num software público (AGATHA) desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e adaptado para os requisitos de auditoria do TCE, contando com todo apoio e infraestrutura tecnológica do referido Tribunal. Essa avaliação também pode ser encontrada no Relatório de Auditoria Financeira nº 01/2019, do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN), mais especificamente o item 3.1.6, páginas 29 a 46, presente no documento nº 2614325, do Processo SEI nº 00210038.000660/2019-24. O que se segue é a apresentação dos principais pontos atrelados aos riscos levantados e registrados em meados de Junho/2019.

Como toda a Avaliação de Risco foi elaborada diretamente no sistema AGATHA/TCE-RN, que atualmente está em processo de implementação de ferramentas de relatório e análise, o presente relatório recorreu a uma simulação dos cálculos da Avaliação de Risco com base nos critérios do referido sistema para construir a Matriz de Risco, além de posteriormente apresentar a análise presente no Relatório de Auditoria Financeira nº 01/2019, do TCE.

CALCULANDO O NÍVEL DO RISCO DO PROJETO PELA SIMULAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO

Foi elaborada uma matriz 5x5, isto é, 5 níveis de probabilidade e 5 níveis de impacto. Cada nível tem um peso atrelado, e a combinação de pesos permite uma classificação em três níveis de riscos: pequeno, moderado e crítico. A Figura abaixo ilustra essa classificação.

Muito Alto	IMPACTO	5	Risco Pequeno	Risco Moderado	Risco Crítico	Risco Crítico	Risco Crítico
Alto		4	Risco Pequeno	Risco Moderado	Risco Moderado	Risco Crítico	Risco Crítico
Moderado		3	Risco Pequeno	Risco Pequeno	Risco Moderado	Risco Moderado	Risco Crítico
Pequeno		2	Risco Pequeno	Risco Pequeno	Risco Pequeno	Risco Moderado	Risco Moderado
Insignificante		1	Risco Pequeno	Risco Pequeno	Risco Pequeno	Risco Pequeno	Risco Pequeno
				1	2	3	4
		PROBABILIDADE					
			Insignificante	Baixa	Moderada	Alta	Muito Alta

Figura 1 – Níveis de Riscos

Fonte: Elaboração própria.

Dessa forma, eventos de pequeno risco demandam ações menos diretas. Já os riscos de moderado à crítico requerem controles e ações mais definidas e rigorosas. Para maiores detalhes sobre essas ações, ver seção A.1.6. Já as seções A.1.1 e A.1.2 apresentam a classificação dos cinco níveis de impacto e probabilidade, enquanto que a seção A.1.3 elenca e explana os riscos identificados.

A.1.1. ESCALA DE IMPACTO

A escala de impacto tem o objetivo de mensurar a severidade de um determinado evento. Isto é, caso ele ocorra, o quão a execução e metas do Projeto serão comprometidas. Para tanto foram atribuídos 5 níveis de percepção de impacto, compatíveis com as metodologias já mencionadas (COSO ERM II, Orange Book, ISSO 31000) e com o Sistema AGATHA/TCE-RN, conforme demonstra a Tabela abaixo.

PESO	NÍVEIS	DESCRIÇÃO
1	Insignificante	O impacto é nulo ou quase nulo na execução das ações a contento, no alcance das metas e nos objetivos do Projeto
2	Pequeno	O impacto é pouco relevante para a execução das ações, no alcance das metas e nos objetivos do Projeto
3	Moderada	O impacto é significativo para a execução, no alcance das metas e nos objetivos do Projeto
4	Grande	O impacto compromete acentuadamente o alcance das metas e objetivos do Projeto
5	Catastrófico	O impacto pode inviabilizar às ações, metas, objetivos e missão do Projeto

Tabela – Descrição e níveis dos impactos

Fonte: Elaboração própria com base na adaptação da legenda de impacto multivariada contida no Sistema Agatha/TCE-RN para um impacto univariado.

É importante destacar que a adaptação do impacto multivariado para o univariado pode interferir marginalmente no resultado final do risco inerente do Projeto, isso em comparação a esse mesmo tipo de risco contido no Sistema AGATHA/TCE-RN. Com isso, os resultados aqui apresentados podem mostrar-se um pouco mais elevados, ou seja, atuando no sentido de aumentar os riscos do projeto por adotar a abordagem univariada. Isso pode acontecer porque a abordagem multivariada atribui pesos distintos aos fatores de análise, o que por sua vez “dilui” o impacto final. No entanto, é importante enfatizar que essa diferença não prejudica a análise, pois serão também apresentadas as análises do TCE. Além disso, a escala de probabilidade segue fielmente a metodologia empregada no referido sistema, conforme demonstrado a seguir.

A.1.2. ESCALA DE PROBABILIDADE

A escala de probabilidade mede a frequência percebida de ocorrência de um determinado evento. Foram atribuídos cinco níveis de probabilidade percebida, cada um com seu respectivo peso e faixas de frequência. A Tabela abaixo demonstra os níveis e frequências.

Aspectos avaliativos	Evento pode ou não ocorrer apenas em circunstâncias excepcionais	Evento pode ocorrer em algum momento	Evento deve ocorrer em algum momento	Evento provavelmente ocorra na maioria das circunstâncias	Evento esperado que ocorra na maioria das circunstâncias
Frequência observada/ esperada	Muito baixa (<10%)	Baixa (>=10% <=30%)	Média (>30% <=50%)	Alta (>50% <=90%)	Muito Alta (>90%)
Peso	1	2	3	4	5

Tabela – Probabilidades, segundo níveis, frequências e descrição

Fonte: Elaboração própria com base na legenda de probabilidade contida no Sistema Agatha/TCE-RN.

A.1.3. MACROPROCESSOS, EVENTOS DE RISCO, CAUSAS, CONSEQUÊNCIAS E CONTROLES EXISTENTES

Na ocasião de elaboração desse instrumento de análise de risco (maio-junho/2019), o primeiro desafio foi definir quais seriam os macroprocessos do Projeto. Um macroprocesso consiste na divisão de maior agregação à qual o evento de risco está atrelado. É o meio pelo qual a organização reúne os grandes conjuntos de atividades para gerar valor e cumprir a sua missão. Dessa forma, foram definidos como macroprocessos os principais setores do Projeto, culminando na existência de 14 macroprocessos, sendo eles: [1] Gerência; [2] Planejamento e Monitoramento; [3] Social; [4] Ambiental; [5] Jurídico; [6] Administrativo; [7] Capacitação e Eventos; [8] Controle Interno; [9] Licitação; [10] Contratos; [11] Convênios; [12] Engenharia; [13] Financeiro; e [14] Comunicação.

Uma vez definidos esses 14 macroprocessos, faz-se necessário levantar os eventos de risco atrelados a cada um desses setores, verificando sempre suas causas e consequências para o Projeto. Também foram identificados os controles existentes, além do desenho de controle. Vale salientar que a adoção de controles e a resposta ao risco são as ações que separam o risco inerente – isto é, o risco a que uma organização está exposta sem considerar quaisquer ações gerenciais que possam reduzir a probabilidade de sua ocorrência ou seu impacto – do risco residual, ou seja, os risco a que uma organização está exposta após a implementação de ações gerenciais para o tratamento do risco (Art. 2º, XV e XIV, IN Conjunta MP/CGU Nº 01/2016 apud ENAP, 2018). Ao total, foram identificados 48 eventos de risco, comparando sempre sua probabilidade de ocorrência e impacto. Segue a lista de todos os eventos, causas, consequências, desenho e controle adotados.

GERAL - GERENCIAL

Não cumprimento do acordo de empréstimo no tempo pactuado (Closing Date);

- Causas: [1] Complexidade e Multisetorialidade do Projeto; [2] Quadro de pessoal reduzido ou insuficiente para execução do Projeto em setores específicos; [3] Atrasos nas etapas pré, durante e pós execução do contrato/ convênio; [4] Volume de trabalho/ ações; [5] burocracia e elevada quantidade de etapas de trâmites processuais inerente do Setor Público; [6] Estado sem padronização de procedimentos; [7] qualificação/ adequação técnica dos gestores de contratos; [8] Descompasso entre o ritmo do Estado e ritmo do Projeto; [9] Incompatibilidade entre as Diretrizes do BM, a Lei nº 8.666/1993, normas e regras locais, e recomendações do TCE;
- Consequências: [1] Devolução dos recursos por falta de aplicação; [2] Possibilidade de não atendimento ao PDO; [3] Impacto na obtenção de novos Acordos de Empréstimos.
- Controle Existente: [1] Reforço da equipe; [2] Contratação de empresas para gerenciar obras; [3] Eliminação de etapas processuais não obrigatórias por parte do Estado e do Banco Mundial; [4] Revisão do fluxo de tramitação e organização interna das secretarias envolvidas no Projeto; [5] Designação de um procurador dedicado aos processos e demandas do Projeto; [6] Designação de uma secretaria extraordinária dedicada exclusivamente ao Projeto; [7] Utilização de ferramentas de controle em tempo real da execução do Projeto (tramitação, execução e pagamento) - Dashboards (Power BI); [8] Apoio sistemático do Banco Mundial, através de missões e consultas; [9] Procedimentos e normas desenhados e pactuados em documentos formais (PAD, MOP, etc); [10] Controle de gestão de contratos;
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Investimentos em desacordo com o Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (PDO) ou com as diretrizes gerais do Acordo de Empréstimo;

- Causas: [1] Mudança de gestão (governador e secretários de pasta); [2] Mudança de prioridades governamentais.
- Consequências: [1] Não atingir as metas e resultados acordados no Acordo de Empréstimo; [2] Possíveis glosas; [2] Impacto na obtenção de novos Acordos de Empréstimos.
- Controle Existente: [1] Apresentação das normas, objetivos e diretrizes do Acordo de Empréstimo aos novos gestores, enfatizando as consequências de sua violação; [2] Análises prévias da UGP quanto à aderência e previsão dentro do Plano de Aquisições; [3] Procedimentos e normas desenhados e pactuados em documentos formais (PAD, MOP, etc); [4] Apresentação de todos os investimentos ao crivo do Banco Mundial, pactuando quanto à referida aderência, efetuando análises, recusas e emissão de não-objeção; [5] Reforço do Banco Mundial, no momento da troca de gestão, quanto à manutenção dos investimentos e normas do Acordo de Empréstimo.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO

Informações inadequadas, em desconformidades, incompletas e/ou desatualizadas;

- Causas: [1] Falta de alimentação dos sistemas; [2] erros de programação/cruzamento de dados por parte dos sistemas; [3] desatualização das informações de campo; [4] informações alimentadas incorretamente;
- Consequências: [1] Lentidão nas informações do setor, incluindo os diversos relatórios semanais, mensais e anuais, tais como o Relatório de Progresso, Relatório de acompanhamentos dos investimentos produtivos, documentos operacionais, dentre outros; [2] Possíveis atrasos na avaliação de desempenho econômico-financeiro integrado dos investimentos financiados pelo Projeto, acompanhando e monitorando a implantação e verificando os resultados alcançados; [3] dificuldades no acompanhamento, planejamento e formalização de convênios, acordos, termos de cooperação e contratos, resultados de parcerias externas; [4] dificuldades no controle de prazos e a qualidade da execução dos procedimentos para cumprimento das condições contratuais do Empréstimo; [5] Dificuldades no acompanhamento dos indicadores do Projeto; [6] dificuldades na promoção do bom funcionamento das atividades de fortalecimento das cadeias produtivas e viabilidade econômico-financeira, incluindo trabalho de campo com o público alvo e parceiros do Projeto; [7] dificuldades nos diagnósticos socioeconômicos para balizar as ações do projeto; [8] Atrasos na tomada decisão por parte dos gestores/gerentes; [9] Erro de avaliação, levando a tomada de decisão de forma inadequada; [10] vencimento de contratos/convênios; [11] possíveis glosas de valores.
- Controle Existente: [1] Monitoramento diário e sistemático das informações, possibilitando cobrar alimentação nos sistemas de informação; [2] verificação e revisão das informações com os setores/técnicos responsáveis; [3] inserir travas nos sistemas para não avançar processualmente até alimentar a etapa anterior; [4] melhorias nos sistemas, em especial o SMI; [5] elaboração de relatórios interativos e dinâmicos (BI).
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são parcialmente executados.

Fragilidades na Avaliação de Risco do Projeto;

- Causas: [1] Tempo reduzido para elaboração da avaliação; [2] volume de atividades do Projeto;
- Consequências: [1] Evento de risco não identificado; [2] Evento de risco corretamente identificado, porém avaliado/caracterizado incorretamente dentro do preconizado pela metodologia COSO ERM.
- Controle Existente: [1] Reuniões com o TCE-RN, para nivelar conceitos e procedimentos; [2] Elaboração de um Manual Prático de Avaliação de Risco aplicada ao Sistema AGATHA-RN; [3] Reuniões com todos os setores, para elaboração conjunta da avaliação de risco; [4] Participação do Núcleo de Monitoramento e Planejamento e Controle Interno de uma capacitação sobre o tema, ministrada pelo TCE-RN;
- Desenho: Há procedimentos de controles, mas não são formalizados nem adequados (insuficientes);
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua

realização.

Atrasos na execução de Avaliações de Impacto;

- Causas: [1] Atrasos na execução de investimentos a serem avaliados; [2] atraso no acompanhamento e análise das avaliações realizadas; [3] atrasos na execução da avaliação de impacto (DIME e Banco Mundial).
- Consequências: [1] Inviabilidade da Avaliação de Impacto, ocasionando sua não execução, quando esse item foi pactuado no escopo do Acordo de Empréstimo; [2] Não alcance das metas de Monitoramento e Avaliação do Projeto.
- Controle Existente: [1] Monitoramento das ações dos subprojetos; [2] Acompanhamento sistemático dos órgãos que executam a avaliação de impacto (DIME, Banco Mundial e Consultores); [3] Realização de reuniões com gerentes das UES envolvidas nas ações em que foram/estão sendo aplicadas as avaliações de impacto; [4] Planejamento das ações e adoção de data marcos utilizando softwares específicos para essa atividade (Power BI).
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

NÚCLEO DE GESTÃO SOCIAL

Reassentamento involuntário em desconformidade com as diretrizes de salvaguardas sociais do MOP;

- Causas: [1] Fragilidade no acompanhamento social dos Projetos, devido ao corpo técnico reduzido; [2] Informações que não retratam a realidade ou repassadas de forma incompleta por setores/órgãos;
- Consequências: [1] O investimento poderá ser glosado, devido ao não cumprimento das salvaguardas sociais;
- Controle Existente: [1] Aplicação das fichas sociais; [2] Monitoramento e acompanhamento da execução dos investimentos sob a ótica social; [3] Realização de visitas de campo para identificar a existência ou não de ocupações, regulares ou não; [4] Elaboração de Planos de Reassentamentos pelo Núcleo Social, seguindo rigorosamente as diretrizes do Banco Mundial e normas estaduais; [5] Apoio de especialistas do Banco Mundial na supervisão de alguns investimentos (Missões) e orientações quanto à elaboração do Plano de Reassentamento;
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados.
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

Demora em responder às questões levantadas pelo público-alvo do projeto (jovens, mulheres e comunidades tradicionais);

- Causas: [1] Fragilidade no acompanhamento social dos investimentos, devido ao corpo técnico reduzido; [2] fragilidade no repasse de questionamentos/ demanda ao setor social.
- Consequências: [1] Atraso na execução do investimento, postergando o benefício à comunidade; [2] não cumprimento das salvaguardas sociais.
- Controle Existente: [1] Aplicação das fichas sociais; [2] Monitoramento e acompanhamento da execução dos investimentos sob a ótica social; [3] Realização de visitas de campo para identificar e sanar demandas/questionamentos; [4] Capacitação dos beneficiários quanto às salvaguardas sociais do Projeto; [5] Elaboração de diversos materiais orientativos, tais como cartilhas e manuais/regimentos.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados.
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL

Projetos em execução com atrasos na liberação da licença ambiental;

- Causas: [1] problemas na elaboração do projeto (obras estruturantes); [2] limitações no conhecimento dos técnicos das ATERs quanto às atualizações de procedimentos de licenciamento ambiental dos subprojetos; [3] ausência de documentação obrigatória e/ou assinatura em documentos obrigatórios, mesmo mediante a orientação do setor ambiental do projeto; [4] morosidade dos órgãos competentes para emissão das licenças ambientais.
- Consequências: [1] O investimento poderá ser glosado, devido ao não cumprimento da salvaguarda ambiental conforme diretrizes do MOP; [2] O órgão ambiental poderá multar o Estado; [3] Obra poderá ser paralisada/readequada devido ao descumprimento da legislação.
- Controle Existente: [1] monitoramento diário dos processos de licenciamento e de suas pendências; [2] relações intersetoriais e interinstitucionais para solucionar as pendências e agilizar os processos nos órgãos; [3] disponibilização do check-list fornecido pelos órgãos licenciadores.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados.
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Não cumprimento, por parte das organizações beneficiadas pelos subprojetos, das contrapartidas ambientais;

- Causas: [1] As condições climáticas (estiagem) nas ações que exigiam inverno regular; [2] Dificuldade no cumprimento das parcerias com os órgãos municipais; [3] Questão cultural; [4] importância secundária dos beneficiários quanto às contrapartidas não-financeiras; [5] Dificuldade dos beneficiados em assimilar o impacto ambiental positivo gerado pela

contrapartida; [6] Projetos elaborados sem adequação à realidade da comunidade; [7] atuação limitada dos profissionais de ATERs na implantação e acompanhamento dos projetos de caráter ambiental.

- Consequências: [1] O(s) projeto(s) poderá(ão) ser(em) glosado(s), devido ao não cumprimento da cláusula do convênio; [2] Sustentabilidade do Projeto comprometida; [3] Impactos negativos ao meio ambiente; [4] Impossibilidade da promoção do impacto positivo à comunidade e ao meio ambiente.
- Controle Existente: [1] monitoramento periódico dos projetos, por meio da realização de visitas técnicas, elaboração de parecer técnico por parte do Núcleo Ambiental; [2] coleta de informações através do acompanhamento dos supervisores das UES e dos articuladores; [3] elaboração de cartilhas de salvaguardas ambientais, de meio ambiente e água; [4] Ampliação da equipe; [5] realização de sensibilização e orientação dos atores envolvidos no processo;
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados.
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Fragilidades na sustentabilidade ambiental dos investimentos;

- Causas: [1] Possibilidade das empresas executoras e os beneficiários dos Projetos seguirem parcialmente as salvaguardas ambientais antes, durante e/ou após a execução das obras e operação dos empreendimentos; [2] Não cumprimento das condicionantes do licenciamento ambiental por parte dos responsáveis.
- Consequências: [1] Desgaste dos recursos naturais; [2] dificuldades na renovação de licenças ambientais; [3] possíveis atrasos no início ou término do investimento, até atender a exigências ambientais; [4] Possíveis glosas de investimentos.
- Controle Existente: [1] Realização de vistorias periódicas; [2] Monitoramento e elaboração de pareceres ambientais; [3] Elaboração de notificações; [4] contratação de empresas gerenciadora e supervisora de obras.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados.
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

Fragilidades no acompanhamento do cumprimento da salvaguarda ambiental de Controle de Pragas (OP 4.09), para projetos de irrigação;

- Causas: [1] limitações no conhecimento dos técnicos das ATERs e associações quanto à aplicação do Plano de Manejo de Pragas; [2] fragilidades nas orientações sistemáticas do setor ambiental; [3] Questão cultural; [4] alta demanda de trabalho frente à quantidade de técnicos presentes na equipe do Núcleo Ambiental;
- Consequências: [1] O investimento poderá ser glosado, devido ao não cumprimento da salvaguarda ambiental conforme diretrizes do MOP; [2] Uso excessivo de agrotóxicos; [3] Comprometimento da sustentabilidade socioambiental da ação proposta.
- Controle Existente: [1] Realização de vistorias periódicas; [2] Monitoramento e elaboração de pareceres ambientais; [3] realização de treinamentos, intercâmbios e trocas de experiências para adoção do Plano de Manejo de Pragas; [4] Adoção de práticas de

transição agroecológicas.

- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados.
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

SETOR JURÍDICO

Possibilidade de atrasos e incompletude na elaboração de pareceres em processos de licitação, em face da alta demanda às consultas jurídicas estratégicas e de alta complexidade, dadas as situações verificadas na licitação e durante a execução dos contratos;

- Causas: 1) Termos de referências e Projetos de obras incompletos/insuficientemente detalhados; 2) Prazo insuficiente/curto para elaboração da resposta; 3) Alta demanda de consultas jurídicas; 4) pesquisas de preços apresentando insubsistências.
- Consequências: 1) Atrasos na licitação; 2) atraso na execução do contrato; 3) Possíveis glosas pelo Banco Mundial.
- Controle Existente: 1) efetuar uma triagem na distribuição dos processos em função da matéria para consultores específicos; 2) relatar os assuntos prioritários passados ao setor à Gerente Executiva e ao Secretário, de modo que estes possam eleger a ordem de análise dos processos prioritários.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

Emissão de homologação sem a devida verificação da necessidade de revisão prévia do BM;

- Causas: [1] Falhas na avaliação das peças técnicas obrigatórias para emissão do parecer e homologação do procedimento licitatório por parte do setor jurídico; 2) Prazo insuficiente/curto para elaboração da resposta; 3) Alta demanda de consultas jurídicas;
- Consequências: [1] Possibilidade de glosas e casos de miss procurement; [2] Descumprimento das diretrizes do BM; [3] Possíveis atrasos do alcance de metas do Projeto.
- Controle Existente: 1) efetuar uma triagem na distribuição dos processos em função da matéria para consultores específicos; 2) relatar os assuntos prioritários passados ao setor à Gerente Executiva e ao Secretário, de modo que estes possam eleger a ordem de análise dos processos prioritários.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

SETOR ADMINISTRATIVO

Atrasos na análise e tramitação dos processos recebidos;

- Causas: [1] Documentação incompleta/ ausência. [2] Atendimento de demandas externas recorrentes. [3] Rede lógica limitada/ineficiente. [4] Falha de comunicação interna entre os setores. [5] Elevado volume de trabalho.
- Consequências: [1] Atrasos na tramitação dos processos, em especial os relacionados à pagamentos e ordem de serviço. [2] possibilidade de Retrabalho; [3] Possível impacto no tempo de execução, refletindo em todo o fluxo do processo; [4] Possível atraso no alcance das metas físicas e financeiras do Projeto.
- Controle Existente: [1] Monitoramento dos processos no SEI/SMI; [2] Comunicação interna juntos aos setores inerentes ao processo; [3] Check-list setorial para cada tipo de processo, para verificação de conformidades (por exemplo, para verificação de assinaturas, protocolo das páginas, certidões e etc);
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes), mas não estão formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles adequados, são executados, mas sem evidência de sua realização.

Repasse informal dos bens;

- Causas: [1] Falha de comunicação na movimentação de bens portáteis entre os setores e o setor de patrimônio da UGP. [2] Equipe reduzida do setor de patrimônio, podendo demorar a formalizar a realocação dos bens;
- Consequências: [1] Comprometimento do controle e, em último caso, a não localização do bem, podendo causar dano ao erário.
- Controle Existente: [1] Emitir e coletar assinatura do Termo de Responsabilidade; [2] monitoramento pelo SMI (controle de patrimônio), identificando os responsáveis por aquele bem; [3] organizar e manter atualizado no Sistema de Patrimônio do Projeto, o cadastro de bens móveis e imóveis, assim como prezar por sua conservação.
- Desenho: Há procedimentos de controles formalizados, mas não adequados (insuficientes).
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Atraso no envio da Proposta de Concessão de diárias para o setor financeiro;

- Causas: Atraso na liberação da autorização para troca do chip dos carros pelo setor de patrimônio da SEARH;
- Consequências: [1] Indisponibilidade do veículo. [2] Comprometimento dos cronogramas de viagens.
- Controle Existente: [1] Solicitação que os beneficiários apresentem previamente um planejamento das viagens. [2] Elaboração da Instrução normativa 02/2018, relativas à concessão de diárias. [3] Controle/monitoramento dos processos de diárias pelo SMI; [4]

Trava no sistema (SMI) na solicitação de novas diárias, caso o relatório de viagem anterior não seja cadastrado e aprovado.

- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Emissão de relatórios de consumo de combustíveis com informações inconsistentes;

- Causas: [1] Falta de fidedignidade das informações cadastradas no sistema (CTF), quanto ao consumo de combustíveis.
- Consequências: [1] Aumento de gasto com combustíveis; [2] Comprometimento dos relatórios de carros, podendo passar a impressão de subutilização de carros pela má alimentação das informações (devidamente justificadas em relatório).
- Controle Existente: [1] Cobranças formais, através da solicitação via ofício; [2] cobranças/contato por telefone e, se for o caso, presencialmente; [3] monitoramento das informações pelo sistema; [4] Discussão com o gerente do sistema (CTF) para viabilizar a correção dos dados.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

SETOR DE CAPACITAÇÃO E EVENTOS

Não cumprimento dos prazos necessários para realização dos procedimentos licitatórios para viabilização do evento;

- Causas: [1] Atraso nas solicitações de eventos em descumprimento aos prazos estabelecidos na Instrução Normativa; [2] Documentação exigida para a licitação incompleta/inconsistente.
- Consequências: [1] Atraso na tramitação processual; [2] Não realização do procedimento licitatório dentro do tempo hábil; [2] Não realização do evento/ capacitação.
- Controle Existente: [1] Controle realizado através de instrução normativa 01/2016, estabelecendo normas e procedimentos para realização de capacitação e eventos; [2] Cobranças periódicas aos demandantes; [3] Notificações através de ofícios alertando os demandantes quanto às proximidades das datas de realização dos eventos;
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados.
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, e há evidência de sua realização.

Atraso na elaboração de relatórios de Capacitações e Eventos;

- Causas: Falta/atraso de alimentação no SMI por parte dos demandantes, em especial a tela de resultados;

- Consequências: [1] Atraso na emissão de relatório gerencial; [2] Possíveis erros nas informações pela necessidade de utilização de planilhas fora do sistema.
- Controle Existente: [1] Elaboração e divulgação da instrução normativa 01/2016, estabelecendo a obrigatoriedade de preenchimento de informações no sistema; [2] Encaminhamento de e-mail aos demandantes informando a necessidade da alimentação do SMI;
- Desenho: Há procedimentos de controles formalizados, mas não adequados (insuficientes);
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO

Possível incompletude na análise da UCI quanto à identificação dos erros materiais, de dotação orçamentária, de instrução processual, da indoneidade dos contratados, da ausência de autorização do gestor para abertura dos processos (contratos e convênios);

- Causas: [1] Insuficiência na quantidade de membros na comissão; [2] Ausência de membro(s) da comissão na área jurídica; [3] processos instruídos de forma inadequada;
- Consequências: 1) responsabilização dos membros da comissão e do gestor perante o TCE e a administração pública, com possível pagamento de multas e sanções; 2) Possibilidade de glosas pelo Banco Mundial.
- Controle Existente: 1) Elaboração de cartilhas de procedimentos e check list; 2) Existência de um revisor após cada análise.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados.
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

Fragilidades na análise e detecção nas conformidades de atos de gestão;

- Causas: [1] Insuficiência na quantidade de membros na comissão; [2] Volume elevado de trabalho; [3] Prazo curto para a elaboração de outras atividades não relacionadas a esse evento de risco, como pareceres e análises da UCI de investimentos em execução, demandando maior foco para esse tipo de trabalho;
- Consequências: [1] Fragilidade da avaliação, em tempo hábil, dos riscos, de integridade de fatores éticos ligados ao Projeto, estabelecendo controles para que isso não aconteça; [3] fragilidade na verificação da possibilidade de Segregação de função e/ou incompatibilidade de funções nos setores; [3] demora no monitoramento e controle dos indicadores e seus desdobramentos.
- Controle Existente: 1) Emissão de despacho apontando as inconsistências e recomendando correções, inserção de documentos e esclarecimentos; [2] Criação de instrumentos e procedimentos internos; [3] monitoramento dos processos que passam pelo setor;
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

COMISSÃO MISTA ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Realização de várias Relicitações relativas ao mesmo processo licitatório;

- Causas: [1] Más especificações dos Termos de Referência. [2] Demora nas respostas e/ou esclarecimento inadequados aos questionamentos dos licitantes. [3] Preço referencial das licitações incompatíveis com o mercado. [4] Número elevado de questionamentos e impugnações;
- Consequências: [1] Reaprazamentos; [2] Atraso na execução dos investimentos do Projeto; [3] Gastos elevados com republicações em jornais/diários; [4] Atraso no início da execução dos contratos; [5] Comprometimento das metas físicas e financeiras, e do desembolso.
- Controle Existente: [1] Verificar as inconformidades do termo de referência e entrar em contato com o responsável pela elaboração/setor demandante; [2] Revisões/análises das cotações de preço, no momento da preparação da minuta do Edital; [2] Reestruturação do setor, mudando sua coordenação e adicionando técnicos de outros setores para fortalecer a equipe.
- Desenho: Há procedimentos de controles, mas não são formalizados nem adequados (insuficientes);
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, mas sem evidência de sua realização.

Vencimento das propostas apresentadas pelas empresas no certame licitatório;

- Causas: [1] Demora no andamento/tramitação do processo nos outros setores; [2] demora na solicitação de prorrogação das propostas por parte da Comissão de Licitação;
- Consequências: [1] Possibilidade de perder a proposta mais vantajosa, podendo ocasionar não economicidade; [2] Possibilidade de glosas ou casos de miss procurement; [2] Relicitações/Reaprazamentos; [3] Atraso na execução dos investimentos do Projeto; e [4] Comprometimento das metas físicas e financeiras, e do desembolso.
- Controle Existente: [1] Controle dos vencimentos das propostas; [2] Monitoramento via SMI;
- Desenho: Há procedimentos de controles, mas não são formalizados nem adequados (insuficientes);
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, mas sem evidência de sua realização.

Atrasos nos processos licitatórios;

- Causas: [1] Demora do gestor em autorizar a abertura do certame licitatório; [2] erros das cotações apresentadas pelas UES/setores demandantes; [3] atrasos na publicação do certame; [4] grande volume de licitações acontecendo simultaneamente;
- Consequências: [1] Reaprazamentos; [2] Atraso na execução dos investimentos do Projeto; [3] Gastos elevados com republicações em jornais/diários; [4] Atraso no início da execução dos contratos; [5] Comprometimento das metas físicas e financeiras, e do desembolso.
- Controle Existente: [1] Monitoramento diário dos processos licitatórios; [2] Revisões/análises

das cotações de preço, no momento da preparação da minuta do Edital; [2] Reestruturação do setor, mudando sua coordenação e adicionando técnicos de outros setores para fortalecer a equipe.

- Desenho: Há procedimentos de controles, mas não são formalizados nem adequados (insuficientes).
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, e com evidência de sua realização.

Etapas do processo licitatório finalizadas sem a devida anuência do Banco Mundial;

- Causa: [1] Ausência de alimentação no STEP na etapa licitatória pertinente/ adequada;
- Consequências: [1] Processos de revisão prévia e posterior sem o devido acompanhamento; [2] Possibilidade de glosas ou casos de miss procurement.
- Controle Existente: [1] Monitoramento diário dos processos licitatórios; [2] Revisões/análises das cotações de preço, no momento da preparação da minuta do Edital; [2] Reestruturação do setor, mudando sua coordenação e adicionando técnicos de outros setores para fortalecer a equipe.
- Desenho: Há procedimentos de controles, mas não são formalizados nem adequados (insuficientes);
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, e com evidência de sua realização.

Demora nas relicitações de lotes fracassados/desertos, quando outros lotes geraram contratos;

- Causas: [1] TDR mal elaborado; [2] Falhas técnicas na tramitação do processo; [3] Demora das UES em retomar/reavaliar seus processos licitatórios com lotes fracassados/desertos; [4] grande volume de licitações acontecendo simultaneamente;
- Consequência: [1] Necessidade de refazer cotações.
- Controle Existente: [1] Monitoramento diário dos processos licitatórios; [2] Revisões/análises das cotações de preço, no momento da preparação da minuta do Edital; [2] Reestruturação do setor, mudando sua coordenação e adicionando técnicos de outros setores para fortalecer a equipe;
- Desenho: Há procedimentos de controles, mas não são formalizados nem adequados (insuficientes);
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, e com evidência de sua realização.

NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Não formalização/contratação do objeto licitado;

- Causas: [1] Negativa da empresa em assinar o contrato, em decorrência do tempo entre a licitação e formalização do contrato; [2] Proposta de fornecimento fora da validade; [3] Certidões negativas não fornecidas
- Consequências: [1] O Projeto não tem como executar a garantia da proposta, dado que a “proposta de preços” está vencida, não sendo possível contratar a segunda colocada, pois pode caracterizar “mis-procurement”, necessitando uma nova licitação. [2] Não execução do investimento, podendo postergar o alcance das metas físicas e financeiras do Projeto.
- Controle Existente: [1] Monitoramento dos contratos; [2] Revisão na elaboração da minuta com relação principalmente aos pontos chaves; [3] Elaboração do contrato observando o TDR negociado; [4] Reforço da equipe, com a contratação de 2 assessores jurídicos e alocação temporária de um membro no Núcleo de Monitoramento (Carlos Nascimento) dedicado exclusivamente ao Setor de Contratos;
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, e há evidência de sua realização.

Contratação em desconformidade com atividades e produtos propostos do TdR (aplicável a consultorias);

- Causas: [1] Possíveis falhas de concepção e elaboração do Termo de Referência e/ou projetos; [2] TdRs alterados na negociação sem o devido ajuste no contrato: valor negociado, equipe chave negociada; [3] Possíveis falhas na interpretação/ redação das atividades/produtos do contrato; [4] Forma da redação da execução do contrato diferente do estabelecido no edital de licitação;
- Consequências: [1] O contrato poderá ser glosado; [2] Necessidade de aditivos e republicações/extratos por incorreção; [3] Atraso no alcance das metas físicas e financeiras do Projetos.
- Controle Existente: [1] Monitoramento dos contratos; [2] Revisão na elaboração da minuta com relação principalmente aos pontos chaves; [3] Elaboração do contrato observando o TDR negociado; [4] Reforço da equipe, com a contratação de assessores jurídicos.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, e há evidência de sua realização.

Atraso na assinatura do contrato;

- Causas: [1] dificuldade/demora na designação do fiscal do contrato; [2] morosidade na apresentação das garantias por parte do contratado; [3] dificuldades em contactar o vencedor do certame licitatório; [4] Corpo técnico reduzido frente ao elevado volume de trabalho; [4] Falhas técnicas no monitoramento/andamento da elaboração dos contratos.

- Consequências: [1] Atraso no início da execução e conclusão do contrato; [2] Atraso no alcance das metas físicas e financeiras do Projetos.
- Controle Existente: [1] Elaboração de uma lista de possíveis fiscais, por UES, para facilitar sua designação; [2] Monitoramento dos contratos; [3] Entrar em contato formalmente (e-mail/carta/SEI) e, para agilizar, ligando para o vencedor do certame apresentar garantia e assinar o contrato; [4] Reforço da equipe, com a contratação de 2 assessores jurídicos e alocação temporária de um membro no Núcleo de Monitoramento (Carlos Nascimento) dedicado exclusivamente ao Setor de Contratos; [4] Redivisão de tarefas/ fluxos no setor; [5] Aplicação de penalidades previstas em lei, caso a empresa não cumpra com os prazos estabelecidos no edital;
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, e há evidência de sua realização.

Elaboração de contratos e do extrato com dados inconsistentes;

- Causas: [1] Possíveis falhas na interpretação/ redação do contrato; [2] Elevado volume de contratos para elaborar/ aditar em simultâneo; [5] Falhas técnicas na elaboração do Termo de Contrato e extratos;
- Consequências: [1] Retrabalho: Necessidade de alterações no contrato (aditivos e apostilamentos) e de republicações; [2] custo com republicações; [3] Execução do contrato com instrumento errado; [4] O contrato poderá ser glosado; [5] O Erário poderá ser penalizado; [6] Atraso no alcance das metas físicas e financeiras do Projeto.
- Controle Existente: [1] Monitoramento dos contratos; [2] Revisão na elaboração do contrato com relação principalmente aos pontos chaves; [3] Elaboração do contrato observando o TDR negociado; [4] Reforço da equipe, com a contratação de 2 assessores jurídicos e alocação temporária de um membro no Núcleo de Monitoramento (Carlos Nascimento) dedicado exclusivamente ao Setor de Contratos;
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, e há evidência de sua realização.

Execução do investimento em desconformidade com o contrato ou com as regras e normas do acordo de empréstimo;

- Causas: [1] Possíveis falhas de concepção e elaboração dos Termos de Referências/ projetos; [2] Falhas na elaboração do contrato; [3] A pessoa física e/ou jurídica pode não ter obedecido/não entendido plenamente o escopo/objeto/produto do contrato, executando-o de forma equivocada; [4] Contrato executado sem garantia de execução válida/vencida; [5] Execução de etapas dos contratos sem a Não Objeção do Banco (nos casos de revisão prévia); [6] Solicitações de adequações no contrato, sem justificativas coerentes; [7] demora na alimentação de informações contratuais nos sistemas (SEI, SMI);
- Consequências: [1] Glosa parcial ou total do contrato; [2] Aplicação de penalidades por parte do TCE; [3] O Erário poderá ser penalizado; [4] Atraso na execução dos contratos; [5] Não cumprimento dos objetivos do investimento realizado através do contrato; [5] Atraso no alcance das metas físicas e financeiras do Projetos.

- Controle Existente: [1] Monitoramento dos contratos; [2] Realização de orientações/ atendimentos aos contratados e fiscais de contratos quanto às normas e regras do Acordo de Empréstimo e ao escopo do contrato; [3] Reunião de início de obras, registrado em atas, alertando das regras e normas do Acordo de Empréstimo; [4] Comunicação à gerência do Projeto e aos técnicos e gerência das UES; [5] Revisão na elaboração do contrato com relação principalmente aos pontos chaves; [6] Elaboração do contrato observando o TDR negociado; [7] Reforço da equipe, com a contratação de 2 assessores jurídicos e alocação temporária de um membro no Núcleo de Monitoramento (Carlos Nascimento) dedicado exclusivamente ao Setor de Contratos; [8] Apoio nas notificações formais.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, e há evidência de sua realização.

Fragilidades na gestão dos contratos;

- Causas: [1] Vulnerabilidade no monitoramento e acompanhamento sistemático dos contratos; [2] lapsos no acompanhamento da apresentação da garantia de execução do contrato; [2] Fatores supervenientes não previstos; [2] Fatores exógenos (ex: greve dos caminhoneiros, aumento fora do esperado dos preços de derivados de petróleo, etc); [3] Falhas de concepção e elaboração do TdR e/ou dos projetos básicos/executivos; [4] Fragilidade na execução do contrato devido à baixa capacidade técnica da empresa vencedora do certame licitatório; [5] Atraso na execução do contrato, seja intencionalmente por parte do contratado (aditivos) ou por outros fatores externos; [6] Não realização de aditivos com ajustes no cronograma físico financeiro e na vigência; [7] Paralisações de execução do contrato, sem o devido gerenciamento da vigência do contrato; [8] Fiscalização deficitária quanto ao cumprimento do cronograma de execução; [9] Solicitações de alterações na execução do contrato, sem justificativas coerentes; [10] Demora e/ou não aplicação das sanções e ou penalidades previstas no contrato;
- Consequências: [1] Inexecução total ou parcial do contrato; [2] Atrasos na execução do objeto contratado; [3] Possibilidade de realização de aditivos desnecessários; [4] Não execução do investimento, podendo postergar o alcance das metas físicas e financeiras do Projeto; [5] Glosa parcial ou total do contrato; [6] Aplicação de penalidades por parte do TCE e Banco Mundial; [7] O Erário poderá ser penalizado.
- Controle Existente: [1] Monitoramento dos contratos; [2] Realização de orientações/ atendimentos aos contratados e fiscais de contratos quanto às normas e regras do Acordo de Empréstimo e ao escopo do contrato; [3] Reunião de início de obras, registrado em atas, alertando das regras e normas do Acordo de Empréstimo; [4] Comunicação à gerência do Projeto e aos técnicos e gerência das UES; [5] Revisão na elaboração do contrato com relação principalmente aos pontos chaves; [6] Elaboração do contrato observando o TDR negociado; [7] Reforço da equipe, com a contratação de 2 assessores jurídicos e alocação temporária de um membro no Núcleo de Monitoramento (Carlos Nascimento) dedicado exclusivamente ao Setor de Contratos; [8] Apoio nas notificações formais; [9] Aplicação de penalidades administrativas pertinentes.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles, são parcialmente executados, e há evidência de sua realização.

Ausência/atraso da Prestação de contas;

- Causas: [1] Falta da apresentação da prestação de contas dentro da vigência do convênio; [2] Inexecução total ou parcial do convênio; [3] prestação de conta apresentada de forma irregular; [4] grande volume de convênio por técnico da UGP e UES;
- Consequências: [1] Atraso na conclusão do convênio; [2] Possíveis glosas; [3] O Erário poderá ser penalizado; [4] A Organização beneficiada poderá ser penalizada/inadimplente; [5] Impossibilidade de emissão de laudo e análise da prestação de conta, e consequente liberação da parcela posterior.
- Controle Existente: [1] Monitoramento dos convênios através do SMI, SEI, relatórios gerenciais (BI); [2] Reuniões periódicas com as partes envolvidas; [3] Monitoramento da(s) liberações da(s) parcela(s); [4] Comunicação dos fatos à gerência do Projeto e aos técnicos e gerência das UES; [5] Apoio nas notificações formais às organizações beneficárias e gestor(a) do convênio; [6] Apoio nas capacitações/orientações aos beneficiados, às ATERs e equipe técnica; [7] Apoio na elaboração da cartilha, check-list e outros documentos de prestações de contas;
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados.
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Atrasos na comprovação da contrapartida para liberação da primeira parcela;

- Causas: [1] Possível ausência de comprovação legal da dominialidade de bens e/ou imóveis por parte da Entidade; [2] Constatação de que o valor dos bens propostos para contrapartida é inferior ao declarado no plano de trabalho; [3] Dificuldade de acesso ao crédito;
- Consequências: [1] Possíveis prorrogação de prazo para apresentar a contrapartida, o que provoca atrasos no início e término do convênio; [2] O convênio pode-se tornar inexecutável; [3] Comprometimento das metas físicas e financeiras dos Subprojetos.
- Controle Existente: [1] Monitoramento e verificação da contrapartida in loco com realização de avaliação e parecer; [2] Realização de articulações e reuniões com Prefeituras, Bancos e Instituições financeiras, gerência executiva e coordenador do Projeto, articuladores, supervisores, UES objetivando viabilizar as contrapartidas; [3] Notificações formais cobrando a apresentação da contrapartida; [4] Comunicação periódica da situação à gerência do Projeto e aos técnicos e gerência das UES; [5] Apoio nas capacitações/orientações aos beneficiados, às ATERs e equipe técnica; [6] Readequação da contrapartida para viabilização da execução, respeitando o objeto do convênio.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados.
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

Necessidade de realização de readequações dos convênios para ajustes no plano de trabalho aprovado;

- Causas: [1] Possíveis falhas de concepção e elaboração dos projetos/planos de negócios; [2] Baixa qualidade técnica da empresa contratada; [3] A Organização beneficiária pode não

ter obedecido/não entendido plenamente o plano de trabalho; [4] Possível desconformidade e/ou demora no assessoramento à Organização beneficiária por parte dos envolvidos na execução do convênio, em que se destaca o papel da ATER;

- Consequências: [1] Atraso na execução e conclusão do convênio; [2] Possibilidade de aditivo de prazo; [3] O convênio poderá ser glosado; [4] O Erário poderá ser penalizado; [5] Comprometimento das metas físicas e financeiras dos Subprojetos; [6] A Organização beneficiada poderá ser penalizada/inadimplente.
- Controle Existente: [1] Monitoramento e verificação da execução dos convênios através do SMI, SEI e BI; [2] Apoio nas notificações formais; [3] Comunicação à gerência do Projeto e aos técnicos e gerência das UES; [4] Apoio nas capacitações/orientações aos beneficiados, às ATERs e equipe técnica; [5] Apoio na elaboração da cartilha, check-list e entre outros.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados.
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

SETOR DE ENGENHARIA

Possibilidade de atrasos e incompletude na elaboração das análises de peças técnicas de engenharia e acompanhamento das obras (OBRAS ESTRUTURANTES);

- Causas: [1] Falhas de concepção e elaboração de projetos, básicos/executivos; [2] Empresa contratada não executar a obra no período ou qualidade satisfatório, estabelecido no cronograma licitado; [3] Grande volume de trabalho [4] Pouco tempo hábil para realizar as atividades; [5] atraso na análise dos relatórios da gerenciadora;
- Consequências: [1] Má execução do objeto do contrato; [2] atraso na entrega/execução; [3] retrabalho/readequações; [4] possíveis aditivos de prazos e valores inicialmente não previstos.
- Controle Existente: [1] ampliação da equipe técnica de engenharia da UGP, possibilitando uma melhor divisão de tarefas; [2] Divisão dos processos/UES por técnicos, melhorando o fluxo de trabalho e confecção de relatórios; [3] Realização de reuniões periódicas, com o Núcleo de Engenharia, empresa gerenciadora de obras, gerência executiva e coordenação do Projeto, para discutir problemas e propor soluções; [4] Elaboração e aplicação de um modelo para solicitação de aditivos com a finalidade de agilizar a análise do processo; [5] Contratação de uma empresa gerenciadora de obras; [6] Alimentação de informações no SMI e utilização de relatórios gerenciais (BI) para auxiliar no acompanhamento e tomada de decisões.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Possibilidade de atrasos e incompletude na elaboração das análises de peças técnicas de engenharia e acompanhamento das obras (OBRAS DE SUBPROJETOS);

- Causas: [1] Falhas de concepção e elaboração de projetos, básicos/executivos; [2] Contratação de empreiteiras cujos serviços podem não estar a contento; [3] Grande volume

de trabalho [4] Pouco tempo hábil para realizar as atividades; [5] atraso na entrega dos relatórios da gerenciadora;

- Consequências: [1] Má execução do objeto do contrato; [2] atraso na entrega/execução; [3] retrabalho/readequações; [4] possíveis aditivos de prazos inicialmente não previstos.
- Controle Existente: [1] Check list de documentação a ser apresentada pela parte envolvida condizente com processos de medição e/ou readequação. [2] Divisão das obras por território para cada técnico. [3] Controle de medições realizadas mensalmente de cada obra. [4] Controle interno voltado ao desempenho mensal por setor/território. [5] Melhorias no módulo de acompanhamento de execução de obras (SMI) para acompanhamento de execução dos contratos nos subprojetos relacionados às obras; [6] Elaboração de Relatórios despachados via SEI, encaminhados para as UES; [7] Realização de visitas técnicas periódicas aos subprojetos; [8] Realização de reuniões com a ATER, Associações, Empresas, UES, Supervisores, Coordenação e Gerência do Projeto, para discutir a execução e o acompanhamento dos subprojetos; [9] Alimentação de informações no SMI e utilização de relatórios gerenciais (BI) para auxiliar no acompanhamento e tomada de decisões.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Demora em responder/sanar as questões levantadas/Atendimento aos envolvidos nos processos;

- Causas: [1] alta demanda por atendimento, algumas vezes de processos/assuntos não prioritários/secundários; [2] corpo técnico reduzido/limitado;
- Consequências: [1] Interrupção/descontinuidade dos serviços; [2] Mudança do foco no trabalho; [3] Possibilidade de atrasos e incompletude na elaboração das análises de peças técnicas de engenharia e acompanhamento das obras.
- Controle Existente: [1] Divisão interna de pessoal e fluxo de trabalho, possibilitando melhor atendimento; [2] Realização de reuniões periódicas para discutir a execução e o acompanhamento das obras, o que proporciona uma menor procura por parte dos envolvidos; [3] Realização de visitas técnicas; [4] Apoio dos Supervisores/ Articuladores/ Empresa de Gerenciamento/Núcleo Social e Ambiental/ Gerente das UES, para auxiliar no diálogo/comunicação entre os entes envolvidos; [5] Elaboração de agendas, para escalar o atendimento; [6] Recepção da UGP, permitindo passagem/triagem apenas de assuntos prioritários.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Aditivos de obras;

- Causas: [1] Fatores supervenientes, inerentes ao estabelecimento; [2] Fatores exógenos (ex: greve dos caminhoneiros, aumento fora do esperado dos preços de derivados de petróleo, etc); [3] Falhas de concepção e elaboração de projetos, básicos/executivos; [4] Contratação de empreiteiras cujos serviços podem não estar a contento; [5] Grande volume de trabalho dos técnicos da UGP; [6] Quantidade de obras por fiscal, dificultando o

- acompanhamento; [7] Quantidade de obras por técnicos do Núcleo de Engenharia;
- Consequências: [1] Possibilidade de atraso na entrega das obras; [2] Possibilidade de aumento do custo do investimento, podendo impactar no custo total do Projeto.
 - Controle Existente: [1] Contratação de uma empresa gerenciadora de obras, para auxiliar no acompanhamento da execução das obras; [2] Reunião de início de obras, registrado em atas, alertando as regras e normas; [3] ampliação da equipe técnica de engenharia da UGP, possibilitando uma melhor divisão de tarefas; [4] visitas técnicas para auxiliar o fiscal; [5] Acompanhamento e análise dos Diários de Obras; [6] Controle e andamento dos processos por sistema (SEI, SMI), com avisos automáticos alertando para a proximidade do vencimento dos contratos; [7] Utilização de relatórios dinâmicos (BI) para auxiliar na tomada de decisões; [8] Divisão interna de pessoal e fluxo de trabalho, possibilitando melhor acompanhamento; [9] Realização de reuniões periódicas para discutir a execução e o acompanhamento das obras, o que proporciona uma menor procura por parte dos envolvidos; [10] Apoio dos Supervisores/ Articuladores/ Empresa de Gerenciamento/Núcleo Social e Ambiental/ Gerente das UES, para auxiliar no acompanhamento das obras; [11] Notificação formal às construtoras por atrasos e qualidade do serviço, podendo causar distratos.
 - Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
 - Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Erros no planejamento/projetos de engenharia oriundos de terceiros;

- Causas: [1] Qualificação técnica da equipe que analisa e aprova os Projetos; [2] Grande volume de trabalho; [3] Pouco tempo hábil para realizar a atividades;
- Consequências: [1] Possibilidade de atrasos e incompletude na elaboração das análises de peças técnicas de engenharia e acompanhamento das obras (OBRAS ESTRUTURANTES); [2] Aditivos; [3] obras com orçamento super ou subdimensionados.
- Controle Existente: [1] Reuniões constantes com a gerenciadora para discutir o andamento das obras, trocar/coletar informações, e cobrar/discutir a entrega desses relatórios; [2] ampliação da equipe técnica de engenharia da UGP, possibilitando uma melhor divisão de tarefas; [3] visitas técnicas, quando necessário, para apoiar na tomada de decisões; [4] Acompanhamento e análise dos Diários de Obras; [6] Gestão dos contratos, inclusive por sistema (SEI, SMI);
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Obras executadas em desrespeito ao cronograma físico/financeiro;

- Causas: [1] Projetos mal elaborados; [2] Descumprimento por parte da empresa executora; [3] Falhas de supervisão; [4] Ajustes/readequações necessários; [1] Fatores supervenientes, inerentes ao estabelecimento; [2] Fatores exógenos (ex: greve dos caminhoneiros, aumento fora do esperado dos preços de derivados de petróleo, etc); [3] Falhas de concepção e elaboração de projetos, básicos/executivos; [4] Contratação de empreiteiras cujos serviços podem não estar a contento; [5] Grande volume de trabalho dos técnicos da UGP; [6] Quantidade de obras por fiscal, dificultando o acompanhamento; [7] Quantidade de obras

- por técnicos do Núcleo de Engenharia;
- Consequência: [1] Possibilidade de um ou mais aditivos de cronograma/valor; [2] reajustes no valor dos contratos em função dos aditivos de prazos (execução acima de 13 meses); [3] atraso no planejamento para implantação da obra; [4] Atrasos nos desembolsos e objetivos do Projeto (metas físicas e financeiras).
 - Controle Existente: [1] Reuniões constantes com a gerenciadora para discutir o andamento das obras, trocar/coletar informações, e cobrar/discutir a entrega desses relatórios; [2] ampliação da equipe técnica de engenharia da UGP, possibilitando uma melhor divisão de tarefas; [3] visitas técnicas, quando necessário, para apoiar na tomada de decisões; [4] Acompanhamento e análise dos Diários de Obras; [6] Gestão dos contratos, inclusive por sistema (SEI, SMI);
 - Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
 - Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

SETOR FINANCEIRO

Não retenção de Tributos;

- Causa: [1] Notas fiscais sem correta identificação e/ou pouco detalhada dos percentuais de retenções;
- Consequências: [1] Aplicação de Penalidades ao Estado previstas nas leis tributárias; [2] Possível ônus ao Erário.
- Controle Existente: [1] Análise da nota emitida, para verificar se os percentuais estão corretamente identificados; [2] Centralizar parecer em um único técnico para análise de retenção de tributos; [3] Consulta periódica ao Manual Operacional de Tributos (Federais, Estaduais e Municipais) - de Piccoli e Piccoli; [4] Consultas às especificações municipais; [5] Orientação/ apoio aos emissores de notas/recibos quanto à aplicação de percentuais/alíquotas de impostos;
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são parcialmente executados.

Orçamento insuficiente para execução/ desembolso do Projeto;

- Causas: [1] Não aprovação do orçamento total solicitado à Assembléia, dado o Closing Date inicial do Projeto (maio/2019); [2] Necessidade de reforço na articulação do setor com a coordenadoria de orçamento da SEPLAN, no momento da elaboração da LDO.
- Consequências: [1] Limitações financeiras e orçamentárias; [2] Possíveis limitações na execução dos contratos firmados com o Projeto; [3] Atraso no desembolso do Projeto, podendo impactar nas metas e resultados do Projeto.
- Controle Existente: Elaboração de suplementação de crédito especial, através de Projeto de Lei, demonstrando a prorrogação de prazo do Projeto e retomando a necessidade de orçamento apresentada em set/2018. Além disso, foi realizada incorporação orçamentária, através de Decreto.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes) e formalizados;

- Operação: Há procedimentos de controles adequados e são executados com evidência de sua realização.

Pagamentos de diárias;

- Causas: [1] Demora na solicitação das diárias por terceiros. [2] Demanda de solicitações frente à quantidade reduzida de pessoal para execução da atividade. [3] Atraso no envio da solicitação de pagamento ao setor;
- Consequências: [1] Demora no pagamento das diárias, podendo ocasionar, em último caso, a execução da viagem antes do pagamento.
- Controle Existente: [1] Pagamento das diárias no menor tempo possível;
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes), mas não estão formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles adequado e são executados com evidência de sua realização.

Erros no preenchimento das informações orçamentárias relativas aos processos licitatórios e contratos

- Causas: [1] Falhas técnicas na elaboração e revisão das informações alimentadas/repassadas; [2] Corpo Técnico Reduzido; [3] Elevado volume de trabalho;
- Consequências: [1] Erros na minuta de contratos; [2] Erros nos extratos publicados; [3] Atrasos na execução do contrato, podendo gerar aditivos; [3] Metas do Projeto.
- Controle Existente: [1] Análise das informações orçamentárias realizadas;
- Desenho: Há procedimentos de controles inadequados e não estão formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles inadequados, são executados com evidência de sua realização.

NÚCLEO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO

Divulgação pelo Projeto de informações incorretas;

- Causas: [1] Inconsistências das informações repassadas; [2] Erro de apuração ou interpretação da informação recebida; [3] erro de redação e/ou revisão do texto elaborado;
- Consequências: [1] Desinformar a opinião pública sobre o trabalho do Projeto; [2] Prejudicar a imagem externa do Projeto, comprometendo a credibilidade.
- Controle Existente: [1] Checagem e filtragem da informação no setor (revisão) e outros setores correlatos; [2] submeter o material produzido à gerência/ coordenação do Projeto.
- Desenho: Há procedimentos de controles adequados (suficientes), mas não estão formalizados;
- Operação: Há procedimentos de controles adequados, são parcialmente executados, e há evidência de sua realização.

Divulgação de informações do Projeto erradas ou intencionalmente falseadas, elaboradas pela mídia externa ao Setor de Comunicação da UGP;

- Causas: [1] Desinformação sobre o Projeto; [2] objetivos e interesses ocultos, sejam eles políticos ou financeiros;
- Consequências: [1] Desgaste na imagem pública do Projeto; [2] perda de credibilidade; [3] geração de conflitos com a mídia em geral.
- Controle Existente: [1] Monitoramento diário, através de leitura dos principais veículos de mídia e de meios que, mesmo com alcance limitado, já são identificados como fontes geradoras de informações falseadas; [2] Elaboração e envio de material, corrigindo os erros de informações e combatendo fake news.
- Desenho: Há procedimentos de controles, mas não são formalizados nem adequados (insuficientes);
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

Atraso na entrega de material e produção com padrão técnico não a contento.

- Causas: [1] Limitação de espaço físico; [2] Falta de equipamentos e de pessoal para funções específicas, como a produção de vídeos e impressão de material;
- Consequências: [1] Perder o timing da comunicação; [2] Redução da quantidade e qualidade dos vídeos produzidos; [3] demora na produção de material impresso, quando em grande quantidade.
- Controle Existente: [1] Aquisição de equipamentos de vídeo e áudio em andamento; [2] recorrer a equipamentos de outros setores; [3] delegar funções de edição aos publicitários e de cinegrafista ao fotógrafo;
- Desenho: Há procedimentos de controles, mas não são formalizados nem adequados (insuficientes);
- Operação: Há procedimentos de controles e são executados com evidência de sua realização.

A.1.4. APLICAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO

Após elencadas as possibilidades de eventos de risco que o Projeto pode deparar-se, foram atribuídos pesos para o impacto e probabilidade de ocorrência, de acordo com os critérios descritos no presente documento (vide seção A.1.1 e A.1.2). Essa atribuição foi realizada e validada em conjunto com os setores responsáveis.

RISCO RESIDUAL DO PROJETO, POR PROBABILIDADE E IMPACTO

		PROBABILIDADE x IMPACTO		
MACRO-PROCESSOS	Nº	EVENTO DE RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO
GERAL- GERENCIAL	1	Não cumprimento do acordo de empréstimo no tempo pactuado (Closing Date)	Desprezível	Muito Alto
	2	Investimentos em desacordo com o Objetivo de Desenvolvimento do Projeto (PDO) ou com as diretrizes gerais do Acordo de Empréstimo	Desprezível	Muito Alto
PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO	3	Informações inadequada, em desconformidades, incompleta e/ou desatualizadas	Desprezível	Moderado
	4	Fragilidades na Avaliação de Risco do Projeto	Baixo	Moderado
	5	Atrasos na execução de Avaliações de Impacto	Baixo	Alto
SOCIAL	6	Reassentamento involuntário em desconformidade com as diretrizes de salvaguardas sociais do MOP	Desprezível	Moderado
	7	Demora em responder as questões levantadas pelo público-alvo do projeto (jovens, mulheres e comunidades tradicionais)	Baixo	Moderado
AMBIENTAL	8	Projetos em execução com atrasos na liberação da licença ambiental	Baixo	Moderado
	9	Não cumprimento, por parte das organizações beneficiadas pelos	Baixo	Moderado

		subprojetos, das contrapartidas ambientais		
	10	Fragilidades na sustentabilidade ambiental dos investimentos	Desprezível	Baixo
	11	Fragilidades no acompanhamento do cumprimento da salvaguarda ambiental de Controle de Pragas (OP 4.09), para projetos de irrigação	Baixo	Moderado
JURÍDICO	12	Possibilidade de atrasos e incompletude na elaboração de pareceres em processos de licitação, em face da alta demanda à consultas jurídicas estratégicas e de alta complexidade dadas as situações verificadas na licitação e durante a execução dos contratos	Moderado	Moderado
	13	Emissão de homologação sem a devida verificação da necessidade de revisão prévia do BM	Moderado	Moderado
ADMINISTRATIVO	14	Atrasos na análise e tramitação dos processos recebidos	Moderado	Baixo
	15	Repasse informal dos bens	Desprezível	Moderado
	16	Atraso no envio da Proposta de Concessão de diárias para o setor financeiro	Moderado	Baixo
	17	Emissão de relatórios de consumo de combustíveis com informações inconsistentes	Desprezível	Baixo
CAPACITAÇÃO	18	Não cumprimento dos prazos necessários para realização dos procedimentos licitatórios para viabilização do evento	Moderado	Moderado
	19	Atraso na elaboração de relatórios de Capacitações e Eventos	Moderado	Moderado

CCI	20	Possível incompletude na análise da UCI quanto à identificação dos erros materiais, de dotação orçamentária, de instrução processual, da indoneidade dos contratados, da ausência de autorização do gestor para abertura dos processos (contratos e convênios)	Baixo	Alto
	21	Fragilidades na análise e detecção nas conformidade de atos de gestão	Moderado	Moderado
LICITAÇÃO	22	Realização de várias Relicitações relativas ao mesmo processo licitatório	Moderado	Moderado
	23	Vencimento das propostas apresentadas pelas empresas no certame licitatório	Moderado	Moderado
	24	Atrasos nos processos licitatórios	Alto	Moderado
	25	Etapas do processo licitatório finalizadas sem a devida anuência do Banco Mundial	Moderado	Alto
	26	Demora nas relicitações de lotes fracassados/desertos, quando outros lotes geraram contratos	Baixo	Moderado
	27	Não formalização/contratação do objeto licitado	Desprezível	Alto
CONTRATOS	28	Contratação em desconformidade com atividades e produtos propostos do TdR (aplicável a consultorias)	Desprezível	Alto
	29	Atraso na assinatura do contrato	Moderado	Alto
	30	Elaboração de contratos e do extrato com dados inconsistentes	Moderado	Alto
	31	Execução do investimento em desconformidade com o contrato ou com as regras e normas do acordo de empréstimo	Desprezível	Alto
	32	Fragilidades na gestão dos contratos	Moderado	Alto

CONVÊNIOS	33	Ausência/atraso da Prestação de contas	Desprezível	Moderado
	34	Atrasos na comprovação da contrapartida para liberação da primeira parcela	Desprezível	Moderado
	35	Necessidade de realização de readequações dos convênios para ajustes no plano de trabalho aprovado	Desprezível	Moderado
ENGENHARIA	36	Possibilidade de atrasos e incompletude na elaboração das análises de peças técnicas de engenharia e acompanhamento das obras (OBRAS ESTRUTURANTES)	Moderado	Moderado
	37	Possibilidade de atrasos e incompletude na elaboração das análises de peças técnicas de engenharia e acompanhamento das obras (OBRAS DE SUBPROJETOS)	Moderado	Moderado
	38	Demora em responder/sanar as questões levantadas/ Atendimento aos envolvidos nos processos	Moderado	Baixo
	39	Aditivos de obras	Muito Alto	Moderado
	40	Erros no planejamento/ projetos de engenharia oriundas de terceiros	Alto	Moderado
	41	Obras executadas em desrespeito ao cronograma físico/financeiro	Alto	Moderado
	FINANCEIRO	42	Não retenção de Tributos	Moderado
43		Orçamento insuficiente para execução/ desembolso do Projeto	Desprezível	Alto
44		Pagamentos de diárias	Moderado	Baixo
45		Erros no preenchimento das informações orçamentárias relativas aos processos licitatórios e contratos	Moderado	Baixo

COMUNICAÇÃO	46	Divulgação pelo Projeto de informações incorretas	Desprezível	Moderado
	47	Divulgação de informações do Projeto erradas ou intencionalmente falseadas, elaboradas pela mídia externa ao Setor de Comunicação da UGP	Baixo	Moderado
	48	Atraso na entrega de material e produção com padrão técnico não a contento	Moderado	Baixo

Fonte: Elaboração própria

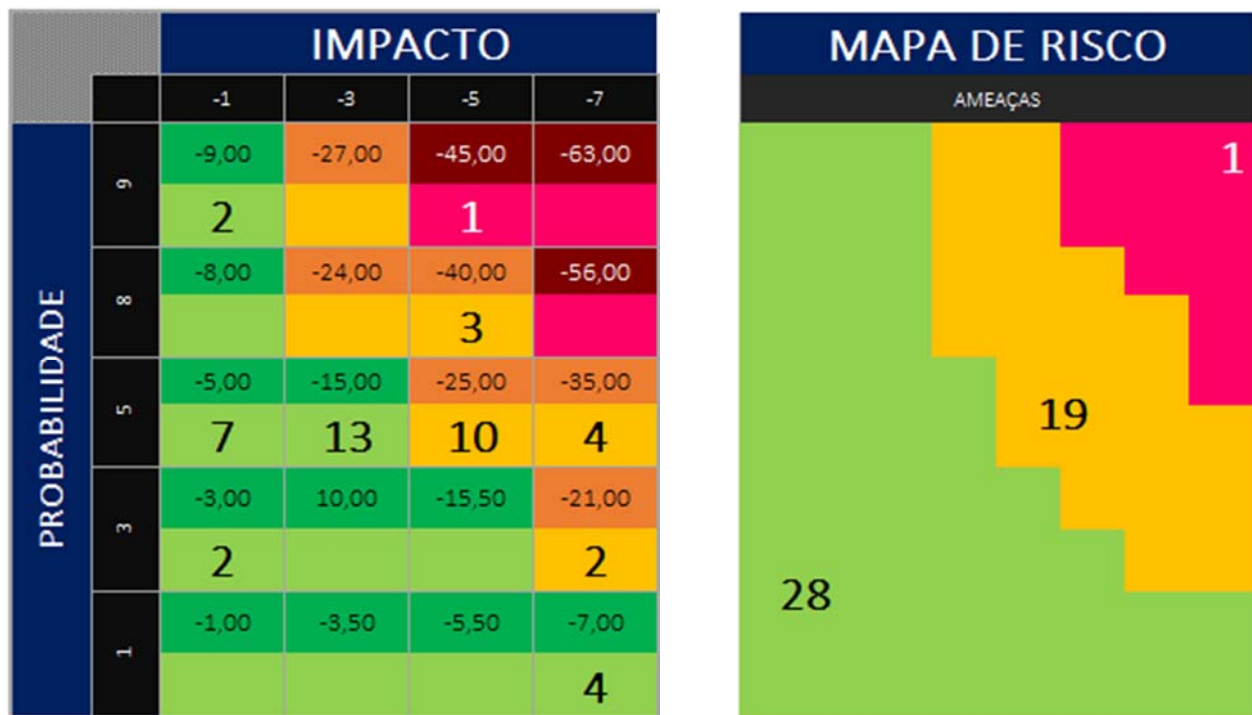


Figura 2 – Resultado da Aplicação da Matriz de Risco

Fonte: Elaboração própria

A.1.5. INTERPRETANDO A MATRIZ DE RISCO

A aplicação acima demonstra o nível de risco do Projeto, obtido através da quantificação da interação entre impacto e probabilidade de ocorrência dos eventos descritos anteriormente. Tal interação permite três níveis de risco: o pequeno, o moderado e o crítico. Um risco é tido como pequeno se sua probabilidade de ocorrência for baixa, bem como se a magnitude do seu impacto se comportar de forma semelhante. De forma análoga, riscos críticos requerem alta probabilidade de ocorrência e impacto.

Cada nível de risco está representado por uma área com cor específica na Matriz apresentada na Figura 2. Cada área possui um intervalo de resultados em função do cálculo dos pesos atribuídos para a perspectiva “impacto”, e dos pesos atribuídos para a perspectiva “probabilidade”.

De acordo com a Matriz aplicada, a maioria dos riscos do Projeto (58%, 28 eventos) é classificada como de nível baixo, enquanto 40% (19 eventos) são de risco moderado, e apenas 2% (1 evento) é de risco crítico. Apesar do risco global ser considerado baixo, é recomendável traçar medidas capazes de mitigar ou diminuir tais riscos, controlando e acompanhando caso a caso. A próxima seção descreve a estratégia adotada para contornar tais riscos.

A.1.6. AVALIAÇÃO DE RISCO – ANÁLISE DO TCE

A análise do TCE apresentou os resultados de 8 dos 14 macroprocessos cadastrados no Sistema AGATHA/TCE-RN. A equipe de auditoria verificou que a média geral para cada nível é de 4,43 para o risco inerente e 3,50 para o risco residual. Essa diminuição foi liderada pelos macroprocessos (setores) Ambiental, Capacitação e Eventos, Contratos e Monitoramento e Planejamento, sendo considerados os “maiores beneficiados dos controles que lhes são impostos para atenuar seus riscos”.

O TCE continua a análise afirmando que “o desenho do controle exprime seu projeto, indicando sua suficiência e adequabilidade para o tratamento do risco a ser gerenciado” (TCE, 2019, p.38). No que concerne aos desenhos de controle, a equipe conclui que há um “alto nível de qualidade no planejamento dos controles de riscos” (TCE, 2019, p.39).

O resultado final mostrou um risco autoavaliado pelo Projeto de 0,7. A equipe de auditoria realizou sua própria avaliação de risco, chegando a um resultado de 2,86 de risco. Como média final, o risco do Projeto Governo Cidadão, avaliado pelo próprio Projeto e pelo TCE foi de 1,78, o que significa um risco baixo. Por fim, a classificação geral da auditoria em relação ao risco do projeto foi detectada como mínima, o que evidencia o esforço da equipe de promover uma execução e implementação do Projeto de forma satisfatória, segura, controlando sempre os impactos e eventos de riscos inerentes à um Acordo de Empréstimo multisetorial, complexo e dinâmico.

A.1.7. AÇÕES DE RESPOSTA AO RISCO

Foram criadas quatro ações possíveis de serem implementadas como respostas aos riscos elencados. Seguem sua descrição e critérios de aplicação.

Acompanhar – Essa ação é aplicável quando a probabilidade e o impacto dos riscos são baixos ou desprezíveis. Nesses casos, não serão adotadas medidas diretas de diminuição dos riscos, mas estes serão acompanhados e monitorados continuamente;

Compartilhar – Aplicável em casos de risco moderado à crítico. Objetiva minorar o impacto e/ou probabilidade através do compartilhamento de uma parte do risco com outros entes envolvidos no Projeto;

Reduzir – Aplicável em casos de risco moderado à crítico. Consiste na adoção de medidas para reduzir o impacto e/ou a probabilidade de ocorrência dos riscos. Tais medidas devem ser descritas caso a caso;

Eliminar – Aplicável em casos de risco de criticidade máxima. Nesses casos, deve-se descontinuar as atividades que geram riscos.

A.1.8. MEDIDAS MITIGADORAS SETORIAIS ADOTADAS

Ao total, os setores apontaram 50 medidas mitigadoras do risco. Mesmo o risco global sendo baixo, 74% dessas medidas foram classificadas do tipo “reduzir”, ou seja, os setores propuseram medidas específicas para reduzir cada um dos eventos de risco. Os outros 26% (13 medidas mitigadoras) são classificadas como de “compartilhar”, envolvendo outros setores do Projeto na tarefa de diminuir os riscos encontrados.

Além disso, é interessante observar que 92% (46 medidas mitigadoras) são preventivas, isto é, atuam na causa dos eventos de riscos. Em decorrência disso, os outros 8% (4 medidas) são corretivas, o que significa que atuam na consequência dos riscos. Por fim, outra característica interessante é que o objetivo do controle é, majoritariamente (92%, 46 medidas), na melhoria de controles já existentes, com apenas 8% sendo na adoção de novos controles.

Esses resultados mostram que o Projeto já adotava medidas de mitigação de riscos, e a maioria dos setores enxergam neles próprios o protagonismo para executar essas medidas já criadas e com necessidade de aperfeiçoamento.

Além disso, é válido pontuar as medidas mitigadoras adotadas em um nível mais geral, em nível de coordenação e gerência do Projeto, necessárias para alavancar a execução física e financeira. Essas medidas já foram anteriormente pontuadas e serão revisitadas nas próximas seções, no sentido de finalizar esse segundo ciclo da Avaliação de Risco do Projeto Governo Cidadão.



ANEXO 2. Medidas mitigadoras adotadas

RESUMO:

Durante o ano de 2018 e 2019 o Projeto Governo Cidadão vem adotando diversas práticas e mecanismos que promovem maior celeridade nos processos. Dentre essas ações, destacam-se:

<p>Designação de uma secretaria extraordinária dedicada exclusivamente ao Projeto (Secretaria Extraordinária Para Gestão de Projetos e Metas de Governo e Relações Institucionais - SEGRI);</p> <p>Adoção de uma gestão integrada entre as secretarias que compõem o Governo Cidadão, promovendo uma maior rapidez na tomada de decisões;</p> <p>Reuniões sistemáticas com os secretários de pasta e gerentes das UES, para cobrar e determinar responsabilidades a cada uma das secretarias de Estados ligadas ao Projeto;</p> <p>Realinhamento de ações e investimentos previstos no empréstimo de acordo com a nova gestão;</p> <p>Reajuste na equipe do projeto para melhor adequá-lo à sua atual etapa de implementação, focada na gestão de contratos e riscos;</p> <p>Designação de um procurador dedicado aos processos e demandas do Projeto;</p> <p>Apresentação do aplicativo de compras de subprojetos a ser utilizado nas compras de equipamentos das cooperativas de queijeiras;</p> <p>Realização de diversas reuniões com todos os atores e articulação com o Tribunal de Contas, atuando de forma preventiva;</p> <p>Busca constante de novas parcerias para fortalecimentos das ações;</p> <p>Reuniões de nivelamento com todas as secretarias, apresentando as ações do projeto e repassando todos os estudos realizados;</p> <p>Diversas reuniões e audiências públicas com atores envolvidos para solucionar pendências</p>	<p>Apoio da EMATER-RN no acompanhamento e fortalecimento da assistência técnica institucional;</p> <p>Articulação com as instituições de ATER contratadas para o acompanhamento dos investimentos, das contrapartidas, e na regularização dos processos em execução;</p> <p>Articulação com agentes financeiros para viabilizar contrapartidas (Banco do Nordeste e Banco do Brasil);</p> <p>Fortalecimento da parceria com o SEBRAE</p> <p>Envolvimento da coordenação de economia solidária (SETHAS) para dar sustentabilidade aos investimentos;</p> <p>Reunião com a articulação do semiárido (ASA) para apoio no acompanhamento dos subprojetos em curso;</p> <p>Melhorias sistemáticas no SMI (Sistema de Monitoramento de Informação do Projeto);</p> <p>Elaboração de uma Análise de Risco do Projeto, sendo um instrumento de gerenciamento, planejamento, monitoramento e controle; permitindo visualizar a criticidade/nível dos riscos envolvidos em determinada atividade. Com isso, traçam-se medidas mitigadoras importantes para assegurar uma execução do Projeto com uma menor margem de riscos;</p> <p>Criação de relatórios gerenciais dinâmicos e interativos, interligado ao SMI e ao Protocolo do Estado. Esses relatórios são atualizados em tempo real, tornando possível uma melhor visualização das informações, o que facilitará na identificação dos dados e terá como finalidade o auxílio em tomadas de decisões, além de proporcionar uma geração mais rápida e</p>
--	---

<p>variadas que impediam o início de obras ou o pleno funcionamento de estabelecimentos;</p> <p>Criação e divulgação do mapa de investimento do Projeto, contendo informações atualizadas por município, território, e links de acesso aos processos das obras;</p> <p>Articulação com a SEARA/SEDRAF no protagonismo de ações vinculadas à agricultura familiar;</p>	<p>automatizada de informações a serem estudadas.</p>
---	---



AS AMÉLIAS

DE: MARIA DE FÁTIMA GOMES (DAZA)

Maria de Fátima (D)

DE VOI
MARIA

Rem

-Nova

ANEXO 3 Capacitação, Mobilização, Sensibilização e Divulgação realizadas entre Outubro de 2018 e 2019.

CAPACITAÇÃO E EVENTOS – TODAS AS SECRETARIAS

Entre outubro de 2018 e outubro de 2019, foram realizados 61 eventos, cursos, capacitações, sensibilizações ou mobilizações, o que corresponde a menos da metade dos 125 eventos realizados no período anterior¹⁵. A despeito dessa drástica redução, os resultados em relação ao número de pessoas beneficiadas cresceram, uma vez que esses 61 eventos atingiram 488.905 participantes – 6.359 a mais em comparação ao período passado. Com relação às áreas, destacam-se a gestão pública, gestão financeira, orçamento, recursos humanos, licitação, turismo, educação, gestão escolar, agricultura e segurança pública. Seguem os detalhamentos dessas ações:

Quadro 1 – Eventos Realizados entre Outubro de 2018 a Outubro de 2019 (Capacitação, Divulgação, Mobilização, Planejamento, Sensibilização, etc).

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
1	Capacitação	RESGATE EM ALTURA E ESPAÇO CONFINADO - RAEC	CBM	08-10-18	10-10-18	3	16	Servidores Públicos	Servidores que atuam na área estratégica de Segurança Pública com conhecimentos atualizados quanto à temática de resgate em altura e espaços confinados de forma a contribuir

¹⁵ O período anterior refere-se aos resultados apresentados no último Relatório de Progresso, a saber, outubro de 2017 a outubro de 2018.

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									com a práxis profissional no âmbito de sua atuação institucional.
2	Capacitação	OFICINAS PARA CONSTRUÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE CURSOS POR EIXOS.	PROSPERE	09-10-18	28-11-18	51	165	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Evento realizado com sucesso.
3	Capacitação	RESGATE EM ALTURA E ESPAÇO CONFINADO - RAEC	CBM	11-10-18	13-10-18	3	15	Servidores Públicos	Servidores que atuam na área estratégica de Segurança Pública com conhecimentos atualizados quanto à temática de resgate em altura e espaços confinados de forma a contribuir com a práxis profissional no

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									âmbito de sua atuação institucional.
4	Capacitação	Encontro Técnico dos Centros de Treinamento e Encontro de Coordenadores Estaduais PROERD do Norte e Nordeste do Brasil	Escola de Governo	16-10-18	18-10-18	3	40	Servidores e gestores da Segurança Pública	Fortalecimento do Programa Proerd No Brasil; Elaboração de um documento oficial referencial nacional, tendo como base as políticas do D.A.R.E, para desenvolvimento das atividades do programa D.A.R.E/PROERD, pelos centros de Treinamentos, Estados e Pedagogos.

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
5	Capacitação	SEMINÁRIO PARA VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES DO RN	SEEC	16-10-18	16-10-18	1	200	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	1. Foi apresentada a versão final do documento curricular do Ensino Fundamental para os professores da rede em forma de devolutiva após a consulta pública. 2. Foi apresentada e discutida a versão preliminar do documento curricular do Ensino Médio com os professores da rede estadual.
6	Capacitação	SEMINÁRIO PARA VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES DO RN	IFESP	16-10-18	16-10-18	1	240	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	1. Foi apresentada a versão final do documento curricular do Ensino Fundamental para os professores da rede em forma de devolutiva após a

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									consulta pública. 2. Foi apresentada e discutida a versão preliminar do documento curricular do Ensino Médio com os professores da rede estadual.
7	Capacitação	SEMINÁRIO PARA VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES DO RN	IFESP	17-10-18	17-10-18	1	190	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	1. Foi apresentada a versão final do documento curricular do Ensino Fundamental para os professores da rede em forma de devolutiva após a consulta pública. 2. Foi apresentada e discutida a versão preliminar do documento curricular do Ensino Médio com os professores da rede estadual.

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
8	Capacitação	SEMINÁRIO PARA VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES DO RN	CENTRO EDUCACIONAL JOSÉ AUGUSTO	18-10-18	18-10-18	1	200	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	1. Foi apresentada a versão final do documento curricular do Ensino Fundamental para os professores da rede em forma de devolutiva após a consulta pública. 2. Foi apresentada e discutida a versão preliminar do documento curricular do Ensino Médio com os professores da rede estadual.
9	Capacitação	SEMINÁRIO PARA VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES DO RN	EE. SENADOR DINARTE MARIZ	18-10-18	18-10-18	1	80	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	1. Foi apresentada a versão final do documento curricular do Ensino Fundamental para os professores da rede em forma de devolutiva após a

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									consulta pública. 2. Foi apresentada e discutida a versão preliminar do documento curricular do Ensino Médio com os professores da rede estadual.
10	Capacitação	SEMINÁRIO PARA VALIDAÇÃO DO DOCUMENTO DIRETRIZES E MATRIZES CURRICULARES DO RN	UFERSA	19-10-18	19-10-18	1	273	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	1. Foi apresentada a versão final do documento curricular do Ensino Fundamental para os professores da rede em forma de devolutiva após a consulta pública. 2. Foi apresentada e discutida a versão preliminar do documento curricular do Ensino Médio com os professores da rede estadual.

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
11	Capacitação	12º PREGÃO WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO	Mabu Thermas Grand Resort	22-10-18	26-10-18	5	4	Técnicos das UES, UGP e Parceiros do Projeto	Atualização e aprofundamento de conhecimento para servidor público envolvido direta ou indiretamente nos procedimentos de licitação-pregão eletrônico
12	Capacitação	CURSO DE FORMAÇÃO DO MÉTODO DE OBSERVAÇÃO DE SALA DE AULA - STALLINGS	AUDITÓRIO PROF. ANGÉLICA MOURA	24-10-18	26-10-18	3	30	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Equipe de pesquisadores formados e certificados no Método Stallings de Observação de Sala de Aula para início da pesquisa em escolas de ensino médio da rede estadual de educação.

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
13	Capacitação	Semana Contábil e Fiscal para Estados e Municípios - SECOFEM	A Definir	05-11-18	09-11-18	5	2	Técnicos das UES, UGP e Parceiros do Projeto	Atualização, trocas de experiências e capacitação de servidores públicos que atuam na área estratégica orçamentária e financeira, especificamente, no que tange à parte contábil e fiscal, de forma que os aprendizados teóricos e metodológicos apreendidos contribuam para o melhor desempenho da gestão pública.
14	Capacitação	E-SOCIAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: NOVO LAYOUT PUBLICADO EM	Pontalmar Praia Hotel – Rua Coronel Inácio Vale, 8868	03-12-18	04-12-18	2	26	Servidores Públicos	Servidores capacitados na área de recursos humanos para atuar junto a

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
		16.07.2018 E LEGISLAÇÃO ATUALIZADA							implantação do E-social
15	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES.	AUDITÓRIO DA SEPLAN	05-04-19	05-04-19	1	23	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e reforma/ampliação (40).
16	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	AUDITÓRIO DA SEPLAN	05-04-19	05-04-19	1	23	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e reforma/ampliação (40).

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
		DOS PRÉDIOS ESCOLARES.							
17	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES.	AUDITÓRIO DA SEPLAN	05-04-19	05-04-19	1	23	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e reforma/ampliação (40).
18	Capacitação	FORMAÇÃO INICIAL COM ALFABETIZADORES E TÉCNICOS AGRÁRIOS.	IFRN	08-04-19	12-04-19	5	53	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Alfabetizadores e técnicos agrários capacitados para executarem com eficácia a proposta contemplada pelo Projeto de Alfabetização com Qualificação

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									Social e Profissional, voltado para jovens e adultos agricultores familiares.
19	Capacitação	FORMAÇÃO INICIAL COM ALFABETIZADORES E TÉCNICOS AGRÁRIOS.	IFRN	08-04-19	12-04-19	5	24	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Alfabetizadores e técnicos agrários capacitados para executarem com eficácia a proposta contemplada pelo Projeto de Alfabetização com Qualificação Social e Profissional, voltado para jovens e adultos agricultores familiares.
20	Capacitação	FORMAÇÃO INICIAL COM ALFABETIZADORES E TÉCNICOS AGRÁRIOS.	IFRN	08-04-19	12-04-19	5	59	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e	Alfabetizadores e técnicos agrários capacitados para executarem com eficácia a proposta contemplada pelo

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
								articuladores das DIREC.	Projeto de Alfabetização com Qualificação Social e Profissional, voltado para jovens e adultos agricultores familiares.
21	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES.	Auditório Profª Angélica Moura	21-05-19	21-05-19	1	24	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e reforma/ampliação (40).
22	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE	Auditório Profª Angélica Moura	21-05-19	21-05-19	1	24	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
		INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES.						articuladores das DIREC.	reforma/ampliação (40).
23	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES.	Auditório Profª Angélica Moura	21-05-19	21-05-19	1	24	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e reforma/ampliação (40).
24	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E	AUDITÓRIO PROF. ANGÉLICA MOURA	13-06-19	13-06-19	1	18	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e reforma/ampliação (40).

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
		CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES.							
25	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES.	AUDITÓRIO PROF. ANGÉLICA MOURA	13-06-19	13-06-19	1	18	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e reforma/ampliação (40).
26	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E	AUDITÓRIO PROF. ANGÉLICA MOURA	13-06-19	13-06-19	1	18	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e reforma/ampliação (40).

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
		CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES.							
27	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES.	AUDITÓRIO PROFª ANGÉLICA MOURA	24-07-19	24-07-19	1	44	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e reforma/ampliação (40).
28	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E	AUDITÓRIO PROFª ANGÉLICA MOURA	24-07-19	24-07-19	1	44	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e reforma/ampliação (40).

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
		CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES.							
29	Capacitação	SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS – ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INTERVENÇÃO COM VISTAS À MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES.	AUDITÓRIO PROFª ANGÉLICA MOURA	24-07-19	24-07-19	1	44	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Encontro realizado com a participação de 100% das escolas contempladas com construção (06) e reforma/ampliação (40).
30	Capacitação	FORMAÇÃO CONTINUADA II DOS ALFABETIZADORES E TÉCNICOS AGRÁRIOS.	IFRN	12-09-19	13-09-19	2	50	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Alfabetizadores e técnicos agrários capacitados para executarem com eficácia a proposta contemplada pelo Projeto de Alfabetização com Qualificação

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									Social e Profissional, voltado para jovens e adultos agricultores familiares.
31	Capacitação	FORMAÇÃO CONTINUADA II DOS ALFABETIZADORES E TÉCNICOS AGRÁRIOS.	IFRN	12-09-19	13-09-19	2	54	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e articuladores das DIREC.	Alfabetizadores e técnicos agrários capacitados para executarem com eficácia a proposta contemplada pelo Projeto de Alfabetização com Qualificação Social e Profissional, voltado para jovens e adultos agricultores familiares.
32	Capacitação	FORMAÇÃO CONTINUADA II DOS ALFABETIZADORES E TÉCNICOS AGRÁRIOS.	IFRN	12-09-19	13-09-19	2	33	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores, diretores e	Alfabetizadores e técnicos agrários capacitados para executarem com eficácia a proposta contemplada pelo

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
								articuladores das DIREC.	Projeto de Alfabetização com Qualificação Social e Profissional, voltado para jovens e adultos agricultores familiares.
33	Divulgação	8º Festival do Turismo de João Pessoa no período de 19 e 20 de outubro de 2018.	Centro de convenções de João Pessoa - Rod. PB008 KM05, João Pessoa PB.	19-10-18	20-10-18	2	3.500	Trade Turístico	Ampla divulgação da campanha "Tudo começa aqui", grande visibilidade do destino Rio Grande do Norte, potencial retorno de investimentos e fluxo turístico.
34	Divulgação	19º evento Adventure Sports Fair 2018.	Expo São Paulo	19-10-18	21-10-18	3	30.000	Trade Turístico	Grande visibilidade dos atrativos principais do estado e de cada Polo Turístico com foco no turismo de aventura,

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									fortalecendo ainda mais a imagem do estado não só para o tradicional Sol e Mar.
35	Divulgação	5º edição da EXPO Abreu Mercado de Viagens de Inverno 2018.	Feira Internacional de Lisboa / PT	27-10-18	28-10-18	2	5.000	Trade Turístico	Divulgação dos destinos do RN no mercado de Portugal, que é grande emissor de turistas.
36	Divulgação	II Mostra de Turismo Regional em Mossoró.	: Estação das Artes – Corredor Cultural	07-11-18	10-11-18	4	10.000	Trabalhadores e pequenos empreendedores do turismo	Valorização e fortalecimento da cultura regional e economia local.
37	Divulgação	30º Festival de Turismo de Gramado-FESTURIS.	Centro de Feiras Serra Park.	08-11-18	10-11-18	3	5.000	Trade Turístico	Divulgação do RN, numa das feiras mais tradicionais do Turismo.
38	Divulgação	5ª Mostra de Cinema de Gostoso no município de São Miguel do Gostoso/RN.	Praia de São Miguel do Gostoso	23-11-18	28-11-18	6	5.000	Trabalhadores e pequenos empreendedores do turismo	O número significativo de público participante fomentou a economia local

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									bem como o conhecimento das belezas locais.
39	Divulgação	Fest Bossa & Jazz Pipa 2018	Praia da Pipa – Tibau do Sul/RN	13-12-18	16-12-18	4	20.000	Trabalhadores e pequenos empreendedores do turismo	Desenvolvimento cultural da população local através das oficinas ofertadas durante o evento e o fomento à economia e cultura local.
40	Divulgação	VAKANTIEBEURS 2019	Utrecht na Holanda	09-01-19	13-01-19	5	105.369	Trade Turístico	Visibilidade de profissionais e visitantes na feira foi bastante expressivo. Com excelente oportunidade de apresentar o Estado ao público holandês e demais países europeus, que de alguma forma estiveram presentes do evento como

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									expositores e/ou visitantes.
41	Divulgação	Convenção anual de Vendas da CVC Porto de Galinhas/PE, de 10 a 12 de fevereiro de 2019.	Porto de Galinhas	09-02-19	14-02-19	6	1.600	Trade Turístico	Divulgação do estado do RN e suas potencialidades no evento com agentes de viagens de uma das operadoras mais procuradas.
42	Divulgação	Evento BTL 2019, de 13 a 17 de março em Lisboa/Portugal.	Na FIL, Parque das Nações em Lisboa.	13-03-19	17-03-19	5	77.000	Trade Turístico	Realizamos a promoção do estado em uma das feiras mais importantes do mercado europeu, sendo Portugal nosso principal mercado emissor desta região.

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									<p>Esperamos com essa participação um incremento nas vendas do destino por meio das agências e operadoras que participaram e através da divulgação realizada para o público final. Algumas ações também foram definidas com a participação na BTL, como a vinda de uma empresária que trabalha com artesanato brasileiro e alguns eventos esportivos que serão realizados no estado.</p>

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
43	Divulgação	B2B Travel FRT (20 a 24 de março de 2019) e MEET FRT (21 a 25 de agosto de 2019)	A definir	20-03-19	24-03-19	5	290	Trade Turístico	.
44	Divulgação	MEETING BRASIL – MISSÃO RIO GRANDE DO NORTE – Etapa II	A definir	25-03-19	25-03-19	1	120	Trade Turístico	Divulgação do estado do RN em um dos mercados mais emissores.
45	Divulgação	MEETING BRASIL – MISSÃO RIO GRANDE DO NORTE – Etapa II	A definir	26-03-19	26-03-19	1	120	Trade Turístico	Divulgação do estado do RN em um dos mercados mais emissores.
46	Divulgação	MEETING BRASIL – MISSÃO RIO GRANDE DO NORTE – Etapa II	A definir	27-03-19	27-03-19	1	120	Trade Turístico	Divulgação do estado do RN em um dos mercados mais emissores.
47	Divulgação	MEETING BRASIL – MISSÃO RIO GRANDE DO NORTE – Etapa II	A definir	28-03-19	28-03-19	1	120	Trade Turístico	Divulgação do estado do RN em um dos mercados mais emissores.
48	Divulgação	MEETING BRASIL – MISSÃO RIO	A definir	29-03-19	29-03-19	1	120	Trade Turístico	Divulgação do estado do RN em

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
		GRANDE DO NORTE – Etapa II							um dos mercados mais emissores.
49	Divulgação	5ª Feira de Municípios e Produtos Turísticos – FEMPTUR e 10º Fórum de Turismo do RN.	Centro de Convenções.	29-03-19	30-03-19	2	5.000	Trabalhadores e pequenos empreendedores do turismo	Apoio à divulgação regional para o fortalecimento da interiorização e valorização da econômica regional.
50	Divulgação	Evento World Travel Market Latin America, 2 a 4 abril 2019.	Expo Center Norte	02-04-19	04-04-19	3	10.000	Trade Turístico	A viabilização do Famtour de operadores internacionais no período de 04 a 09 de abril. Com a expectativa dos destino ser sempre lembrado pelos agentes e buyers.
51	Divulgação	41ª AVIESP Expo	Hotel Monte Real	25-04-19	26-04-19	2	3.000	Trade Turístico	Ampla divulgação da atividade turística do Estado por meio de visitação de

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									agentes de viagens de SP e adjacências ao estande.
52	Divulgação	25ª BNT MERCOSUL	Centreventos	24-05-19	25-05-19	2	3.000	Trade Turístico	Reflexo na grande visitação e participação dos agentes de viagem nos dois dias do evento e na capacitação.
53	Divulgação	Matcher Travel Business Opportunitier 2019, em Fortaleza/CE em 28 e 29 de maio de 2019.	Centro de Eventos do Ceará	28-05-19	29-05-19	2	200	Trade Turístico	Divulgação dos atrativos do estado do RN para operadores de viagens internacionais.
54	Divulgação	14º Festival de Turismo das Cataratas, Foz do Iguaçu – Paraná nos dias: 12 a 14 de junho de 2019.	Rafain Palace Hotel & Convention Center	12-06-19	14-06-19	3	8.000	Trade Turístico	A expectativa é que por meio da participação no festival o destino seja sempre lembrado pelos agentes de viagem e operadores, como

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
									uma primeira opção de destino para seus clientes.
55	Divulgação	IX Festival de Inverno de Serra de São Bento	Centro	02-08-19	04-08-19	3	70.000	Trabalhadores e pequenos empreendedores do turismo	No evento houve grande participação de visitantes impulsionando o mercado local.
56	Divulgação	23ª Edição Feira AVIRRP - 2019	Centro de Eventos Taiwan – Pavilhão Safira	02-08-19	03-08-19	2	3.500	Trade Turístico	Divulgação das potencialidades do estado do RN, para o mercado paulista.
57	Divulgação	III Mostra de Turismo Regional em Mossoró, que ocorrerá 23 a 26 de outubro de 2019.	Estação das Artes – Corredor Cultural	23-10-19	26-10-19	4	30.000	Trabalhadores e pequenos empreendedores do turismo	Fortalecimento das atividades turísticas, cultural e artesanal do Polo Costa Branca.

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
58	Mobilização	Encontro dos Municípios do RN	Escola de Governo	27-11-18	27-11-18	1	116	Trade Turístico	Prefeitos, secretários de turismo e outros participantes tomaram conhecimento das exigências dos novos critérios para dar a devida aplicabilidade aos seus referidos municípios para que possam compor o Mapa do Turismo brasileiro, bem como o entendimento da importância do PRODETUR + TURISMO e o passo a passo de como solicitar para seu município.
59	Mobilização	EVENTO DA CERIMÔNIA PARA LANÇAMENTO DO DOCUMENTO	ESCOLA DE GOVERNO DOM EUGÊNIO	07-12-18	07-12-18	1	488	Gestores, coordenadores pedagógicos, professores,	Documento Curricular do Ensino Fundamental entre

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
		CURRICULAR DO RN - ENSINO FUNDAMENTAL	DR ARAÚJO SALES					diretores e articuladores das DIREC.	a SEEC/UNDIME a sociedade civil e a comunidade escolar do RN.
60	Mobilização	Seminário sobre Institucionalização e Fortalecimento das Instâncias de Governança Regionais	Centro de Convenções de Natal- Auditório Morton Mariz	19-09-19	19-09-19	1	161	Trade Turístico	Devido à excelência dos palestrantes, os representantes dos conselhos dos cinco polos turísticos do RN, mostraram-se mobilizados e interessados em dar início à formalização dos seus conselhos regionais, em razão de ser uma nova exigência estratégica a ser adotada pelo Ministério do Turismo no remapeamento de 2021.

Nº	TIPO DE EVENTO	NOME DO EVENTO	LOCAL DO EVENTO	DATA DE INÍCIO DO EVENTO	DATA DE TÉRMINO DO EVENTO	DURAÇÃO (EM DIAS)	Nº DE PARTICIPANTES	PÚBLICO-ALVO	RESULTADOS ALCANÇADOS
61	Mobilização	Feira Internacional de Turismo da América Latina (FIT) 2019	Predio La Rural	05-10-19	08-10-19	4	90.000	Trade Turístico	A participação em feiras internacionais de turismo como a FIT, mais importante feira de turismo da América Latina, é de fundamental importância para fortalecer a imagem do Rio Grande do Norte como um destino turístico diferenciado na região Nordeste do Brasil, apresentando nossos produtos, diferenciais e atrativos.

ANEXO 4. Detalhamento da Matriz de Indicadores do Projeto

INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	LINHA DE BASE	2016		2017		2018		OBSERVAÇÕES
			META	RESULTADO	META	RESULTADO	META	RESULTADO	
PDO									
Infraestrutura socioeconômica regional implementada	Nº	0	0	1	1	2	10	22	Referente às infraestruturas regionais implementadas até 2018, podendo destacar: ABASTECIMENTO DE COMUNIDADES EM PEDRA GRANDE (ENXÚ QUEIMADO) e Baraúna; Construção de 2 Sistemas de Esgotamentos Sanitários (Cerro Corá e São Miguel do Gostoso); Construção/reforma de 11 Centrais do Cidadão; Construção da E. E. São Gonçalo (Loteamento Plaza Gardens); Reforma e ampliação de 4 Hospitais Regionais; Construção do SINE, e Obras da CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR.

Investimentos produtivos de acesso a mercados com conformidades sanitárias	N°	0	0	0	0	15	30	20	A meta não foi atingida devido aos subprojetos estarem ainda em fase de finalização da execução, dados atrasos iniciais em sua implementação. Dessa forma não conseguiram ainda o registro sanitário. Além disso, alguns subprojetos dos editais 2, 104, 105 e 106, estão em readequação para atender às exigências sanitárias. E a grande maioria dos subprojetos dos editais 4, 5 e 6 não iniciaram sua execução neste ano.
Beneficiários Diretos do Projeto	N°	0	0	0	9.340	25.532	50.000	89.619	Referente aos beneficiários diretos ligados ao primeiro ponto do PDO, englobando os seguintes investimentos em execução no ano de 2018: Edital 1/2014; Edital 104/2014; Edital 105/2014; Edital 106/2014; Edital 107/2016; 2/2014; Edital 4/2015; Edital 5/2017; Edital 6/2017; Abastecimento de Água - Comunidade Pedra Grande; Abastecimento de Água - Comunidade Baraúna; Abastecimento de Água - Campo Redondo; Abastecimento de Água -
Beneficiários Diretos pelo Projeto - sexo feminino	%	0	0	0	10%	56%	20%	45%	

									Jardim do Seridó; CECAFES; Barragem de Lucrécia; e Pecuária Leiteira - Palmas e Tanques.
Pessoas beneficiadas pelos subprojetos com ações ligadas à promoção da Segurança Alimentar	%	0	0	0	0	0	10%	15%	-
Aumento na oferta de serviços de saúde relacionados à redes prioritárias de saúde em nível regional (redes de saúde oncológica, materno - infantil, de urgência e emergência)	%	77%	78%	78%	79%	77%	80%	76%	A UES-SESAP está elaborando um estudo para discutir os resultados desses indicadores frente às metas propostas. A versão preliminar foi apresentada ao consultor Ezaú (Banco Mundial) e ao Núcleo de Monitoramento da UGP, mas ainda não foi finalizado nem entregue em meio físico/digital a referida versão.

<p>Redução na taxa de Abandono das escolas do Ensino Médio da rede estadual beneficiadas pelo projeto</p>	%	12%	12%	12,50%	11%	12,60%	10%	11%	<p>A publicação do Censo Escolar de 2017 demonstrou resultados não satisfatórios para as escolas públicas estaduais do RN. Isso porque foi apresentado que a taxa de abandono geral das escolas estaduais de ensino médio do RN (i.e., beneficiadas ou não pelo Projeto) aumentou de 10,5% em 2016 para 11,6% em 2017 - o que consiste numa taxa de crescimento de 10,5% no período. Infelizmente, as escolas beneficiadas pelo Projeto acompanharam essa tendência de aumento da taxa de abandono do Estado, mas em patamares bem inferiores, passando de 12,5% em 2016 para 12,6% em 2017 - consistindo numa taxa de crescimento de 1% - sendo, dessa forma, bem inferior à taxa de crescimento de 10,5% apresentada no cenário geral do Estado. Em outras palavras, o resultado de 2017 aponta que possivelmente o PIP ajudou na promoção de</p>
--	---	-----	-----	--------	-----	--------	-----	-----	---

									<p>uma atenuação do efeito negativo global das Escolas Estaduais de Ensino Médio (E.E.E.M.) do RN em relação à taxa de abandono. Outro aspecto importante é que, enquanto as E.E.E.M. de todo o RN apresentaram uma piora na taxa de aprovação (de 79,4% em 2016 para 72,6% em 2017), e na taxa de reprovação (13% de 2016 para 15,7% em 2017), aquelas E.E.E.M. beneficiadas pelo PIP apresentaram uma leve melhora na taxa de aprovação (71,1% em 2016 para 71,2% em 2017) e na taxa de reprovação (16,5% em 2016 para 16,2% em 2017), o que reforça a ideia de "efeito atenuador" do Projeto nas E.E.E.M. contempladas pelo PIP.</p>
População assistida localmente (no município) por ações preventivas de segurança pública financiadas pelo Projeto	%	40%	40%	40%	50%	79%	57%	79%	-
INDICADORES INTERMEDIÁRIOS									

COMPONENTE 1

Investimentos produtivos apoiados pelo projeto adotando boas práticas socioambientais e de produção	%	0	0	0	30%	16,4%	40%	43%	-
Pessoas em áreas rurais que obtiveram acesso à fontes melhoradas de água no âmbito do projeto	N° - Pes	0	5100	0	11934	3142	15300	8609	-
	N° - Sub	0	50	0	117	24	150	63	A meta não foi atingida devido aos subprojetos estarem ainda em fase de finalização da execução, dados atrasos iniciais em sua implementação. Além disso, alguns subprojetos estão em readequação, o que atrasa sua conclusão.
Organizações comunitárias com arranjo de cobrança de tarifas para gestão e manutenção dos subprojetos de abastecimento de água financiados pelo projeto	%	0	0	0	0%	23,30%	60%	48,80%	-
Grupo de investimentos socioambientais liderados por mulheres	%	0	0	0	35%	65%	35%	65%	-

Extensão de estradas estaduais melhoradas pelo Projeto.	Km	0	0	0	0	0	80	120,4	-
Infraestrutura turística e cultural criada/melhorada pelo Projeto	Nº	0	0	0	0	0	5	6	As infraestruturas turísticas e culturais criadas/melhoradas pelo Projeto até 2018 foram: Memorial Câmara Cascudo; Museu Café Filho; Teatro Adjuto Dias; Teatro Lauro Monte Filho; e o Sistema de Esgotamento Sanitário de São Miguel do Gostoso e de Cerro-Corá
COMPONENTE 2									
2.1. SAÚDE									
Proporção de mulheres cujos partos foram realizados na região onde residem em relação ao total partos realizados no estado	%	72%	76%	71%	78%	67,3%	80%	69,13%	A UES-SESAP está elaborando um estudo para discutir os resultados desses indicadores frente às metas propostas. A versão preliminar foi apresentada ao consultor Ezaú (Banco Mundial) e ao Núcleo de Monitoramento da UGP, mas ainda não foi finalizado nem entregue em meio físico/digital a referida versão.

Proporção de internações por intercorrências clínicas durante a gestação e puerpério em relação ao total de internação por procedimentos obstétricos	%	14%	12,5%	12,9%	11,5%	14,9%	9,5%	15,7%	A UES-SESAP está elaborando um estudo para discutir os resultados desses indicadores frente às metas propostas. A versão preliminar foi apresentada ao consultor Ezaú (Banco Mundial) e ao Núcleo de Monitoramento da UGP, mas ainda não foi finalizado nem entregue em meio físico/digital a referida versão.
Centros de referência para a detecção precoce de câncer reformados, equipados e operacional	Nº	0	1	0	1	2	2	2	-
Proporção de biópsias realizadas após o exame de câncer cervical - Papanicolau (Parâmetro do Instituto Nacional de Câncer = 2,5%)	%	1,45	1,45	2,65	1,48	2,38	1,55	2,83	A UES-SESAP está elaborando um estudo para discutir os resultados desses indicadores frente às metas propostas. A versão preliminar foi apresentada ao consultor Ezaú (Banco Mundial) e ao Núcleo de Monitoramento da UGP, mas ainda não foi finalizado nem entregue em meio físico/digital a referida versão.

Proporção de mulheres que realizaram Papanicolau na população-alvo em relação à população total de mulheres que realizaram esses exames (Nas regiões adstritas (RN) aos Centros de oncologia)	%	74%	75%	6,63%	76%	3,64%	76,6%	4,05%	A UES-SESAP está elaborando um estudo para discutir os resultados desses indicadores frente às metas propostas. A versão preliminar foi apresentada ao consultor Ezaú (Banco Mundial) e ao Núcleo de Monitoramento da UGP, mas ainda não foi finalizado nem entregue em meio físico/digital a referida versão.
Proporção de mulheres que realizaram Mamografia na população-alvo em relação à população total de mulheres que realizaram esse exame (Nas regiões adstritas (RN) aos Centros de oncologia)	%	48%	59%	60,57%	61%	61,48%	64,3%	58,85%	A UES-SESAP está elaborando um estudo para discutir os resultados desses indicadores frente às metas propostas. A versão preliminar foi apresentada ao consultor Ezaú (Banco Mundial) e ao Núcleo de Monitoramento da UGP, mas ainda não foi finalizado nem entregue em meio físico/digital a referida versão.
Proporção de biópsias realizadas após a mamografia (Parâmetro do Instituto Nacional de Câncer = 5,6% - 12%)	%	2,80%	3,50%	0,43%	3,50%	0,30%	3,60%	0,22%	A UES-SESAP está elaborando um estudo para discutir os resultados desses indicadores frente às metas propostas. A versão preliminar foi apresentada ao consultor Ezaú (Banco Mundial) e ao

									Núcleo de Monitoramento da UGP, mas ainda não foi finalizado nem entregue em meio físico/digital a referida versão.
Hospitais prontos-socorros reformados, equipados pelo projeto concluídos	Nº	0	0	0	4	3	7	4	A UES-SESAP está elaborando um estudo para discutir os resultados desses indicadores frente às metas propostas. A versão preliminar foi apresentada ao consultor Ezaú (Banco Mundial) e ao Núcleo de Monitoramento da UGP, mas ainda não foi finalizado nem entregue em meio físico/digital a referida versão.
2.2. EDUCAÇÃO									
Diretrizes e matrizes curriculares disseminadas nas escolas estaduais	%	0	0	0	0	0	80%	-	Indicador ainda não mensurado. A UES-SEEC informou que ainda não é possível distinguir no sistema utilizado os educadores da rede que participaram dessa ação dos demais educadores. Isso seria possível através do CPF dos participantes, que necessita de autorização do MEC. A UES-SEEC fez essa solicitação junto ao MEC,

									que por sua vez informaram que articulariam diretamente com André Loreiro, do Banco Mundial. Até o momento (25/02/2019) essa tratativa e a mensuração não estão prontas/fechadas.
Escolas dos Projetos de Inovação Pedagógica (PIP) que implementaram satisfatoriamente os subprojetos	%	0	0	0	70%	61%	80%	74%	Referente ao PIP 1a e 2a Ed. O PIP 3a edição será computado em 2019. Esse valor abaixo da meta pode ser atribuído a possíveis subdeclarações das visitas técnicas. Essa situação está sendo levadata pela UES-SEEC, devidamente acompanhada da justificativa.
Escolas com laboratórios com utilização adequada	%	0	0	0	0	0	0%	0	-
Escolas (construídas¹, reformadas e ou/ ampliadas²) financiadas pelo projeto atendendo aos principais quesitos dos padrões físicos operacionais mínimos (metas não cumulativas)	%	0	0	0	90%	0%	90%	100%	Referente à conclusão da Escola Plaza Gardem (Ivani Machado), em dez/2018
	%	0	0	0	70%	0%	70%	0	Previsão de conclusão da primeira E.E. de reforma/ampliação: maio/2019

COMPONENTE 3

Número de secretarias prioritárias do Projeto que firmaram contratualização resultados de primeiro nível	Nº	0	0	0	0	5	1	5	-
Percentual de macroprocessos prioritários remodelados nos órgãos prioritários do Projeto	%	0	0	0	40%	100%	50%	100%	-
Percentual das Recomendações da Auditoria Folha adotadas	%	0	0	0	0	59%	30%	59%	-
Imóveis regularizados levantados e cadastrados em sistema informatizado	%	0	0	0	0	38%	30%	42%	-



RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO

